

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO – SR(08)SP



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

São Paulo/SP/2014

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO – SR(08)SP

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 127/2013**, e das orientações do órgão de controle interno.

São Paulo/SP/2014



Superintendente Regional  
Wellington Diniz Monteiro

Chefe da Procuradoria Regional  
Eduardo Fortunato Bim

Chefe da Divisão de Administração  
Wanderley de Oliveira Brito

Chefe da Divisão de Desenvolvimento  
Reinaldo Rodrigues Leite

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras  
Sinésio Luiz de Paiva Sapucahy Filho

Chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário  
Mauro Furquim de Almeida Baldijão

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada .....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada .....</b>	<b>11</b>
<b>2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia .....</b>	<b>13</b>
<b>3. Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão .....</b>	<b>16</b>
<b>3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária.....</b>	<b>16</b>
<b>3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações.....</b>	<b>16</b>
<b>3.1.2 Cartografia .....</b>	<b>33</b>
<b>3.1.3 Territórios Quilombolas.....</b>	<b>33</b>
<b>3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor .....</b>	<b>34</b>
<b>3.1.5 Indicadores .....</b>	<b>34</b>
<b>3.1.6 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste.....</b>	<b>37</b>
<b>3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento.....</b>	<b>38</b>
<b>3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações.....</b>	<b>38</b>
<b>3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) .....</b>	<b>62</b>
<b>3.2.3 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente .....</b>	<b>62</b>
<b>3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados .....</b>	<b>63</b>
<b>3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária .....</b>	<b>63</b>
<b>3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor .....</b>	<b>63</b>
<b>3.2.7 Indicadores .....</b>	<b>64</b>
<b>3.2.8 Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal .....</b>	<b>67</b>
<b>3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento .....</b>	<b>68</b>
<b>3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações.....</b>	<b>68</b>
<b>3.3.2 Diagnóstico, por microregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura .....</b>	<b>91</b>
<b>3.3.3 Demonstração dos resultados das ações.....</b>	<b>91</b>
<b>3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento .....</b>	<b>92</b>
<b>3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor .....</b>	<b>92</b>
<b>3.3.6 Indicadores .....</b>	<b>93</b>

3.3.7	Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste .....	98
3.3.8	Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul.....	98
3.3.9	Para as Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal .....	100
4.	Prestação Direta de Serviços ao Público .....	100
4.1	Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo	100
4.2	Principais atividades de controle do Gestor .....	101
5.	Gestão de Pessoas.....	102
5.1	Distribuição de servidores.....	102
5.2	Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR .....	105
5.3	Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem .....	105
5.4	Recursos humanos da unidade .....	105
5.4.1	Composição do quadro de servidores ativos .....	105
5.4.2	Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	106
5.4.3	Composição do quadro de estagiários e custos relacionados .....	106
5.4.4	Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa .....	107
5.4.5	Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços .....	108
5.4.6	Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício .....	110
5.4.7	Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal.....	110
5.4.8	Indicadores Gerenciais sobre Pessoal .....	113
5.5	Análise crítica sobre a distribuição de servidores.....	115
6.	Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil	115
6.1	Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres .....	115
6.2	Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR	118
6.3	Demonstração da gestão dos créditos a receber .....	118
6.4	Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR ..	118
7.	Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão .....	118
7.1	Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência.....	118
7.2	Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos.....	120
7.3	Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações .....	120
7.4	Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos .....	120
7.5	Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais.....	124

<b>8.</b>	<b>Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas .....</b>	<b>125</b>
<b>8.1</b>	<b>Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício .....</b>	<b>125</b>
<b>8.2</b>	<b>Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior .....</b>	<b>126</b>
<b>9.</b>	<b>Ouvidoria.....</b>	<b>128</b>
<b>9.1</b>	<b>Demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria no âmbito de atuação da Superintendência, contemplando a quantidade de cada tipo de registro (denúncia, pedido de informações, etc.), prazos de atendimentos, proporção de registros não atendidos.....</b>	<b>128</b>
<b>9.2</b>	<b>Principais resultados no tratamento de registros feitos pela Ouvidoria relacionados a invasões de terras e conflitos no campo .....</b>	<b>128</b>
<b>10.</b>	<b>Correição .....</b>	<b>128</b>
<b>10.1</b>	<b>Consolidação das informações sobre os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados no âmbito da Superintendência, incluindo informações sobre a obrigação da Superintendência de registro de tais Processos no Sistema CGU-PAD.....</b>	<b>128</b>

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

APP - Área de Preservação Permanente  
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar  
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal  
CAR – Cadastro Ambiental Rural  
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas  
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural  
CCU - Contrato de Concessão de Uso  
CDB – Associação Crédito do Brasil  
CDR – Comitê de Decisão Regional  
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia  
CGU - Controladoria Geral da União  
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas  
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais  
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CPL - Comissão Permanente de Licitação  
CRC – Conselho Regional de Contabilidade  
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade  
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF  
DE - Diretoria de Gestão Estratégica  
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação  
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária  
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário  
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária  
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola  
DN - Decisão Normativa  
DOU - Diário Oficial da União  
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social  
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde  
GAP - Gestão e Administração do Programa  
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso  
GEE - Grau de Eficiência na Exploração  
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)  
GT – Grupo de Trabalho  
GUT - Grau de Utilização da Terra  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica  
IN - Instrução Normativa  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LIO - Licença de Instalação e Operação  
LOA - Lei Orçamentária Anual  
LP - Licença Prévia  
LTDA - Limitada  
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem  
MAS – Microssistema de Abastecimento de Água  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MP - Medida Provisória  
MPF – Ministério Público Federal  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
NE - Norma de Execução  
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal  
OCI – Órgão de Controle Interno  
PA - Projeto de Assentamento  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PAF - Projeto de Assentamento Florestal  
PB – Projeto Básico  
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento  
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação  
PGE - Plano Geral de Estatísticas  
NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural  
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária  
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária  
PC – Plano de Compromisso  
PPA - Plano Plurianual  
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento  
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural  
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
PU - Planos de Utilização  
RB – Relação de Beneficiários  
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo  
RG - Relatório de Gestão  
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS  
RL - Reserva Legal  
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação  
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental  
SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente  
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos  
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse  
SIG - Sistema de Informações Geográficas  
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia  
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária  
SIR - Sistema de Informações Rurais  
SISDOC – Sistema de Documento  
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar  
SISPROT – Sistema de protocolo  
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural  
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União  
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil  
TCE - Tomada de Contas Especiais  
TCT – Termo de Cooperação Técnica  
TCU - Tribunal de Contas da União  
TD - Título Definitivo  
TDA - Título da Dívida Agrária  
TI - Tecnologia da Informação  
UA - Unidade Avançada  
UG - Unidade Gestora  
UGR - Unidade Gestora Responsável  
UJ - Unidade Jurisdicionada  
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento  
UO - Unidade Orçamentária

## INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão tem por objetivo apresentar de forma objetiva e transparente a execução física e orçamentária da Superintendência Regional no Estado de São Paulo – SR(08)SP ao longo do exercício de 2013, retratando as principais atividades realizadas nos programas de Reforma Agrária e de Ordenamento da Estrutura Fundiária, através da consonância entre as disposições constantes nos Normativos do Tribunal de Contas da União.

Os conteúdos gerais estão de acordo com a Decisão Normativa - TCU nº 127 de 2013, tais como a identificação da unidade, informações sobre o planejamento, gestão orçamentária e financeira, considerando o atingimento dos objetivos de metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em planos orçamentários e atividades.

Demonstraremos o acompanhamento das ações específicas da Superintendência Regional no Estado de São Paulo - SR-08/SP, apresentados por macro processos finalísticos e sua execução por ação, meta física, plano orçamentário, recursos recebidos e despesas pagas. Contextualizamos as principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação. As ações dos macro processos gerarão quadros de indicadores institucionais que gradativamente vêm sendo utilizados como instrumento de análise quanto ao direcionamento das ações empreendidas ao longo do exercício.

Apresentamos informações de serviços ao público, gestão de pessoas, transferências voluntárias e demonstrativos contábeis, com os respectivos quadro de indicadores que refletem ou não da adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ.

Pretende-se assim, que este relatório, seja utilizado como um instrumento de reflexão ao esforço e ao aprimoramento da busca ao benefício coletivo, onde esta UJ precisa avançar.

## INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

### 1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

#### 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: : Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional de São Paulo		
Denominação abreviada: INCRA (SR-08)		
Código SIORG: 4033	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373066
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executiva		
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(011) 3823-8560	
Endereço eletrônico: wellington.monteiro@spo.incra.gov.br		
<a href="http://www.INCRA.gov.br">http://www.INCRA.gov.br</a>		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
<ul style="list-style-type: none"><li>- Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA</li><li>- Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA</li><li>- Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA</li></ul>		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
<ul style="list-style-type: none"><li>- Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA</li><li>- Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA</li></ul>		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
<ul style="list-style-type: none"><li>- Manual Operacional de ATES 2008 – Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº 78, de 31/10/2008</li><li>- Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária – junho/2006</li><li>- Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - Aprovado pela Norma de Execução INCRA / DT no 52, de 25 de outubro de 2006</li><li>- Manual de Operações do PRONERA – Edição Revista e Atualizada de acordo com o Decreto nº 7.352/2010 e Acórdão TCU nº 3.269/2010. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011</li><li>- Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais – 2ª Edição/Revisada – agosto/2010</li><li>- Manual de Orientação – Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais – abril/2002</li><li>- Manual de Cadastro Rural</li><li>- Manual de Fiscalização Cadastral</li></ul>		

## **2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações**

### **Missão**

Promover a política de desenvolvimento do Brasil rural, a democratização do acesso à terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão produtiva e a ampliação de renda da agricultura familiar, contribuindo com a soberania alimentar, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.

### **Visão**

Ser reconhecido nacional e internacionalmente como ator fundamental na construção de um meio rural com equidade, com mais oportunidades de renda e vida, mais humano, com inclusão produtiva e social e respeito ao meio ambiente.

## **DIRETRIZES ESTRATÉGICAS**

### **Primeira Diretriz**

O INCRA implementará a reforma agrária promovendo a democratização do acesso a terra através da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da regularização fundiária de terras públicas e gerenciará a estrutura fundiária do país, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária, para a redução da violência e da pobreza no campo e promoção de igualdade.

### **Segunda Diretriz**

O INCRA Implementará a reforma agrária de forma participativa reafirmando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, contribuindo para o fortalecimento das parcerias e da sociedade civil organizada.

### **Terceira Diretriz**

O INCRA implementará a reforma agrária de forma a fiscalizar a função social dos imóveis rurais, contribuindo para a capacitação dos(as) assentados(as), o fomento da produção agroecológica de alimentos e a inserção nas cadeias produtivas.

### **Quarta Diretriz**

O INCRA implementará a reforma agrária buscando a qualificação dos assentamentos rurais, mediante o licenciamento ambiental, o acesso a infraestrutura básica, o crédito e a assessoria técnica e social e a articulação com as demais políticas públicas, em especial a educação, saúde, cultura e esportes, contribuindo para o cumprimento das legislações ambiental e trabalhista e para a promoção da paz no campo.

## **Quinta Diretriz**

O INCRA implementará a reforma agrária pela destinação das terras públicas, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades tradicionais e quilombolas e gerenciará a estrutura fundiária nacional pelo conhecimento da malha fundiária mediante o cadastramento e certificação dos imóveis rurais, contribuindo para as políticas de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Confeccionado o Planejamento Institucional preliminar de atuação nacional pelo INCRA/SEDE, ocorre a elaboração dos Planos de Ação de cada superintendência regional do INCRA, cujo fundamento principal é a capacidade operacional, demandas e perspectivas de execuções que essas repassaram.

Assim, o Plano de Ação contendo as metas físicas e orçamentárias alocadas dentro das ações orçamentárias a serem executadas, é considerado o documento balizador para alcance do que foi estabelecido e para condução dos trabalhos em busca das metas estabelecidas. Toda a estratégia de condução dos trabalhos foi construída com foco no Plano de Compromissos 2013. Tal documento apresentou no início do exercício as metas que deveriam ser perseguidas dentro de cada ação orçamentária a ser executada.

Contudo devemos lembrar que o Plano de Ação, assim como qualquer plano estratégico, inclusive o Planejamento Estratégico idealizado pelo INCRA-SEDE é muito dinâmico, normalmente alterado pelo contingenciamento de recursos em razão de mudanças no cenário econômico mundial, portanto, é inevitável redefinições de metas ao longo de todo o exercício, como têm acontecido nos últimos anos, pois a Lei Orçamentária Anual sofre alterações através de decretos.

### **2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia**

Oficialmente, o Planejamento Estratégico é de responsabilidade do INCRA/SEDE – Brasília, porém os programas executados na UJ seguem orientações e ações vinculadas às definições e preceitos contidos no Plano Plurianual 2012-2015.

Confeccionado o Planejamento Institucional preliminar de atuação nacional pelo INCRA/SEDE, ocorre a elaboração dos Planos de Ação de cada superintendência regional do INCRA, cujo fundamento principal é a capacidade operacional, demandas e perspectivas de execuções que essas repassaram.

Assim, o Plano de Ação contendo as metas físicas e orçamentárias alocadas dentro das ações orçamentárias a serem executadas, é considerado o documento balizador para alcance do que foi estabelecido e para condução dos trabalhos em busca das metas estabelecidas. Toda a estratégia de condução dos trabalhos foi construída com foco no Plano de Ação 2013-2014. Tal documento apresentou no início do exercício as metas que deveriam ser perseguidas dentro de cada ação orçamentária a ser executada.

Contudo devemos lembrar que o Plano de Ação, assim como qualquer plano estratégico, inclusive o Planejamento Estratégico idealizado pelo INCRA-SEDE é muito dinâmico, normalmente alterado pelo contingenciamento de recursos em razão de mudanças no cenário econômico mundial, portanto, é inevitável redefinições de metas ao longo de todo o exercício, como têm acontecido nos últimos anos, pois a Lei Orçamentária Anual sofre alterações através de decretos.

Com base no Plano de Ação 2013-2014, o INCRA-SP por intermédio de cada Divisão, as quais compõem e coordenam os macroprocessos, executou as ações orçamentárias sob sua responsabilidade para consecução dos objetivos institucionais do Órgão.

Cada divisão, responsável pela consecução do seu macroprocesso correspondente coordena, executa e fiscaliza o seu planejamento estratégico, proposto e definido a partir do grupo de ações orçamentárias que interagindo ou simultaneamente quando de suas execuções vão propiciar o cumprimento das metas de acordo com o que foi estabelecido no Plano de Ação.

Portanto, podemos entender que o Plano de Ação estabelecido para a UJ é parte integrante do Planejamento Estratégico Nacional e cumpri-lo, significa atender as diretrizes estratégicas idealizadas e levar a êxito ao estabelecido no Plano Plurianual 2012-2015.

No ano de 2013, o Presidente do INCRA celebrou com todas UJ(s) o documento denominado Agenda de Gestão, que alinha a atuação da UJ em relação ao Planejamento Estratégico da Autarquia, o qual transcrevemos abaixo, in verbis:

### ***AGENDA DE GESTÃO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DE SÃO PAULO (SR-08/SP)***

*Agenda de Gestão que entre si celebram o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária– INCRA e o Superintendente do INCRA no Estado de São Paulo*

*O Presidente do INCRA, Sr. Carlos Mário Guedes de Guedes, o Superintendente Regional do INCRA no Estado de São Paulo, o Sr. Wellington Diniz Monteiro, firmam a presente Agenda de Gestão, com os seguintes termos e condições:*

#### ***Cláusula primeira: Do objeto***

*São objetos desta Agenda de Gestão:*

- 1.1) as ações e atividades planejadas para o período 2013 e 2014, conforme Anexo I;*
- 1.2) as metas propostas e pactuadas para 2013, conforme Anexo II;*
- 1.3) os recursos orçamentários necessários à realização das ações e ao alcance das metas, conforme Anexo II;;*
- 1.4) as metas intermediárias de avaliação institucional da Superintendência, conforme anexo III.*

#### ***Cláusula segunda: Das obrigações das partes***

*2.1) Cabe ao Presidente do INCRA:*

*2.1.1) garantir os recursos que estiverem sob sua responsabilidade, necessários a realização das ações e ao alcance das metas, conforme previsto no Plano de Ação 2013/2014, nos quadros de metas físicas 2013 e na Avaliação Institucional – 3º ciclo, da Superintendência do INCRA no Estado de São Paulo;*

*2.2) Cabe ao Presidente do INCRA, com delegação à Diretora de Gestão Estratégica:*

*2.2.1) Monitorar a execução desta Agenda de Gestão e propor, quando necessário e conforme estabelecido na Resolução nº 12, de 19 de junho de 2013 , o ajuste dos quadros de metas físicas e créditos orçamentários;*

*2.2.2) Tornar pública e transparente esta Agenda de Gestão, bem como a evolução da execução orçamentária e o grau de atingimento das metas físicas 2013 e de Avaliação Institucional – 3º ciclo;*

*2.2.3) Disponibilizar esta Agenda de Gestão, eventuais aditivos e os relatórios de*

*avaliação da execução na INCRANET;*

*2.3.4) Realizar eventos de avaliação e socialização dos resultados de monitoramento com as equipes da superintendência.*

*2.3) Cabe ao Superintendente e à equipe da SR-08/SP:*

*2.3.1) Assegurar o alcance das metas acordadas nesta Agenda de Gestão, buscando parcerias com outros órgãos e entidades, garantindo a correta atuação dos servidores em exercício na superintendência, orientando e esclarecendo as equipes, buscando suporte nas Diretorias da autarquia;*

*2.3.2) Executar as ações, atividades e/ou tarefas nos prazos estabelecidos no Plano de Ação 2013/2014;*

*2.3.3) Utilizar os recursos orçamentários pactuados nesta Agenda de Gestão exclusivamente para o cumprimento das ações, atividades e/ou tarefas e metas aqui acordadas;*

*2.3.4) Observar, na execução das ações, as diretrizes governamentais do MDA/INCRA para a sua atuação;*

*2.3.5) Fornecer as informações necessárias ao monitoramento, garantindo sua precisão e apresentando documentação comprobatória sempre que necessário;*

*2.3.6) providenciar ampla divulgação desta Agenda de Gestão e de seus resultados para as equipes da superintendência.*

### ***Cláusula terceira: Da revisão***

*3.1) Até abril de 2014, A Diretoria de Gestão Estratégica promoverá, junto à equipe da Superintendência, uma revisão programada do Plano de Ação 2013-2014, no tocante às ações, atividades, tarefas, marcos, metas e orçamento estabelecidos para 2014.*

*3.2) Extraordinariamente esta Agenda de Gestão poderá ser revista em função de ocorrência de fatores supervenientes que impeçam, total ou parcialmente a sua consecução.*

***Carlos Mário Guedes de Guedes***

*Presidente do INCRA*

***Wellington Diniz Monteiro***

*Superintendente Regional do INCRA no Estado de São Paulo*

### 3.Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão

#### 3.1Ordenamento da Estrutura Fundiária

##### 3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações

*Quadro 2 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	9487	20887	R\$ 77.742,01	R\$ 77.742,01	R\$ 31514,15	R\$ 31464,15	R\$ 46227,86
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	0	0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	0	0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	3196	0	R\$ 1.209.008,89	R\$ 1.208.931,63	R\$ 920.871,92	R\$ 103.371,92	R\$ 288.059,71
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	6680	0	R\$ 3.577,43	R\$ 3.577,43	R\$ 3.577,43	R\$ 3.577,43	R\$ 0
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	0	0	R\$ 86.073,00	R\$ 86.073,00	R\$ 85.559,67	R\$ 85.559,67	R\$ 513,33
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	0	0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0

Fonte: SIR Módulo de Monitoramento e SIAFI

### **Ação 2105 – PO Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural**

De acordo com as informações extraídas do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, no período de janeiro a dezembro de 2013, foram gerenciados 20.887 imóveis rurais localizados no estado de São Paulo. A meta prevista para o ano de 2013 foi estimada em 17.000 imóveis e o executado 20.887, resultando em 3.887 imóveis gerenciados acima da meta, com um percentual de 122,86% de meta realizada.

Por outro lado, a execução física ficou próxima à média histórica, uma vez que o Serviço de Cadastro Rural conta com o apoio das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, que executam atualizações cadastrais de imóveis com dimensão de até 4 Módulos Fiscais, sem oneração para o orçamento da Autarquia. Neste caso, o instrumento de vinculação entre o INCRA e a UMC é o Termo de Cooperação Técnica, que não implica em repasse de recursos.

Em 2013 foram firmados 31 Termos de Cooperação Técnica com Prefeituras Municipais, para implantação de Unidades Municipais de Cadastro – UMC, mantendo-se desta forma a mesma média de UMC's do ano anterior.

Finalizando, cabe destacar que no ano de 2013 foram emitidos 258.291 Certificados de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR.

### **Ação 210U – PO 2114 Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais Cartográficos**

**Administração e Gerenciamento dos Sistemas Cadastrais Cartográficos centralizados na SEDE/INCRA.**

**Não se aplica no âmbito desta UJ**

### **Ação 210U – PO Regularização Fundiárias de Imóveis Rurais**

Para o ano de 2013 foram previstas vistorias e conseqüente consolidação de processos em cerca de 150 lotes, para fins de regularização fundiária, em área remanescente de antiga fazenda, denominada Valformoso, localizada no município de Sete Barras, no Vale do Ribeira, desapropriada pelo INCRA em 1986. De fato, apenas 12 lotes foram vistoriados – e não para fins de regularização, e sim para retomada de terras irregularmente ocupadas (por pessoas jurídicas ou com áreas maiores que cem hectares). Desta forma, a ação de regularização fundiária foi praticamente nula durante o ano. Isto se deveu ao fato de se permanecer no aguardo de definições de Brasília, em especial da aprovação de nova Instrução Normativa que consiga dar cabo da especificidade da situação, em especial do fato de a área ter sido objeto de desapropriação por interesse social.

A área da Fazenda Valformoso foi considerada de interesse social para efeitos de regularização fundiária e reforma agrária e se encontra na posse do INCRA desde 1986, por força de “despacho inicial” da 13ª Vara da Justiça Federal – Seção de São Paulo. Estão cadastradas 321 famílias na área. Os lotes foram delimitados por ação do ITESP- Instituto de Terras do estado de São Paulo - em 2008.

### **Ação 210U – PO Georreferenciamento de Malha Fundiária**

Para o ano de 2013 foram executadas as certificações de 1317 processos de certificação de imóveis dentro do mesmo exercício e mais 2.360 processos de exercícios anteriores, o que resulta em um total de 3.677 processos analisados no decorrer de 2013

Para o resultado apontado, alguns fatores contribuíram de forma significativa para o número de processos como a simplificação da análise feita pelo comitê regional através da instrução normativa 105/2012, foram executadas duas forças tarefas que contaram com diversos servidores oriundos de outras superintendências o que gerou um número satisfatório de análises e por último o envio de processos ao Termo de Cooperação INCRA x Exército Brasileiro, para qual foram enviados os processos de certificação remanescentes represado na superintendência

Finalizando, cabe ressaltar que o comitê regional sofreu diminuição da força de trabalho que ainda não foi recomposta e mesmo assim ainda atingiu resultado significativo dentro das metas propostas.

### **Ação 210U – PO Gestão de Terras Públicas**

Em razão de contingenciamento e material humano não foi possível cumprir com a meta estabelecida.

## **Ação 210Z - Reconhecimento, delimitação, desintrusão e titulação de territórios quilombolas**

Foram empenhados R\$ 86.073,00 e liquidados R\$ 85.559,67 – o que representa, respectivamente, 100% e 99,40% das provisões recebidas. Os gastos da ação se dividiram entre diárias, locação de veículos e aquisição de combustível para diligências e trabalhos de campo, além de pagamento de publicações necessárias no Diário Oficial da União e do Estado e aquisição de uma imagem de satélite. Além disso, uma parcela considerável da provisão orçamentária recebida foi utilizada para financiar a realização do Seminário: Convenção 169 da OIT, conforme detalhado adiante.

### **Ação: Elaborar relatório antropológico e as demais peças do RTID**

#### **Atividades:**

- a) Finalizar a elaboração de Relatório Antropológico em andamento / Meta 2013: 1 (José Joaquim Camargo);
- b) Fazer nova licitação/convênios/ contrato ou execução direta para elaboração de novos Relatórios Antropológicos / Meta 2013: 0;
- c) Elaborar o RTID / Meta 2013: 3 (Camargo, Porto Velho e Cangume);
- d) Acompanhar e monitorar os RTIDs em elaboração / Meta 2013: 3 (Camargo, Porto Velho e Cangume);
- e) Propor a publicação do RTID / Meta 2013: 2 RTIDs publicados.

Em relação à elaboração do relatório antropológico (RA), uma das peças técnicas do RTID, a meta física estipulada para exercício de 2013 dizia respeito à comunidade remanescente de quilombo de José Joaquim de Camargo (Salto de Pirapora e Votorantim/SP). As seguintes ações foram realizadas: processamento das entrevistas feitas em 2012 para elaboração do RA; levantamento bibliográfico e leituras pertinentes; construção da árvore genealógica da comunidade.

O RA tomou um formato mais claro, com nova organização dos capítulos e com a preparação dos seguintes itens: origem da comunidade e de seu território; biografia do ancestral fundador e árvore genealógica das famílias até a atualidade; detalhamento do processo de expropriação fundiária (do século XIX até a década de 1940); análise da escritura de parte do território (marco fundador da comunidade); relação com as empresas mineradoras que atuam na área; marcos referenciais no espaço. Dois breves deslocamentos em dezembro de 2013 levaram à coleta de novos elementos, que complexificaram o quadro, com o aparecimento de graves problemas e conflitos internos na comunidade, antes desconhecidos, que impediram a conclusão dessa peça técnica.

Quanto à elaboração do RTID, a meta física para o exercício de 2013 previa o trabalho em três comunidades quilombolas:

#### **1) Comunidade remanescente de quilombo de José Joaquim de Camargo (Salto de Pirapora e Votorantim/SP, proc. adm. nº 54190. 002985/2006-41)**

Em relação às demais peças técnicas do RTID da comunidade em questão, foi realizado o cadastramento das famílias e a cadeia dominial de três áreas. Foi elaborada uma versão inicial do território histórico apontado pela comunidade, porém, em campo, concluímos que a planta preliminar precisa de ajustes, por estar sobreposta a outra comunidade quilombola. Foram realizadas visitas a campo em três áreas pleiteadas pela comunidade, identificando os limites e

confrontações, o que propiciou condições de iniciar a elaboração de mapa de uso e declividade (em fase de elaboração).

Ainda não foi possível concluir a elaboração da planta do território reivindicado pela comunidade: existe a possibilidade de se trabalhar algumas áreas específicas, para depois realizar este procedimento em definitivo, pois há muita incerteza quanto à área pleiteada atualmente. A produção do RTID esbarra em conflitos internos da comunidade, na desinformação da mesma, na falta de um trabalho de base adequado e de mobilização, e ainda, na própria sabotagem ao trabalho da equipe técnica do Serviço Quilombola por uma parcela das lideranças. Há informações desencontradas sobre o pleito da comunidade, seu território tradicional e sua origem. Também houve omissão de informações significativas, que foram repassadas por outras fontes. Têm surgido desconfiança e incertezas da equipe técnica, que não sente mais segurança em relação às informações prestadas. Em tal contexto, não é possível avançar com as demais peças e procedimentos necessários.

A equipe técnica do Serviço Quilombola elaborou um relatório circunstanciado que detalha todos os problemas que impedem a finalização do RTID. Este relatório deverá ser analisado pela chefia e superintendente deste órgão, para os encaminhamentos necessários.

## **2) Comunidade remanescente de quilombo de Porto Velho (Itaóca e Iporanga/SP, proc. adm. nº 54190.001281/2005-70):**

O RTID da comunidade remanescente de quilombo de Porto Velho, que teve início no exercício de 2012, foi concluído em 2013 e publicado nos dias 05 e 06 de novembro de 2013 no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado de São Paulo. Após a publicação do RTID, foram cumpridas, ainda no exercício de 2013, todas as etapas que dizem respeito à publicidade, tal como determina os artigos 11 a 17 da IN nº 57/09:

a) Afixação do edital de publicação do RTID na sede da Prefeitura Municipal onde está situado o imóvel, acompanhada de memorial descritivo e mapa da área estudada;

b) Notificação de ocupantes e confinantes, detentores de domínio ou não, identificados na terra pleiteada, informando-os do prazo para apresentação de contestações. As notificações devem ser apresentadas no prazo máximo de 90 (noventa) dias;

c) Consulta aos seguintes órgãos e entidades, para, no prazo comum de 30 (trinta) dias, apresentarem manifestação sobre as matérias de suas respectivas competências: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e seu correspondente na Administração Estadual; Secretaria do Patrimônio da União - SPU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Fundação Nacional do Índio - FUNAI; Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional - CDN; Fundação Cultural Palmares; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, e seu correspondente na Administração Estadual; e Serviço Florestal Brasileiro - SFB. O INCRA terá um prazo de 30 (trinta) dias para adotar as medidas cabíveis diante de eventuais manifestações dos órgãos e entidades.

Vencida a etapa da publicidade, o INCRA/SP está aguardando o prazo de 90 dias para receber as possíveis contestações e, então, analisá-las e dar prosseguimento às demais etapas do processo administrativo.

## **3) Comunidade remanescente de quilombo de Cangume (Itaóca/SP, proc. adm. nº 54190.001485/2005-19):**

O processo administrativo de reconhecimento e titulação da comunidade remanescente de quilombo de Cangume (Itaóca/SP) encontra-se em fase de elaboração do RTID, que é composto por seis peças técnicas fundamentais: I - relatório antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sócio-cultural da área quilombola identificada; II - levantamento fundiário; III - planta e memorial descritivo do perímetro da área reivindicada pelas comunidades remanescentes de

quilombo, bem como mapeamento e indicação dos imóveis e ocupações lindeiras de todo o seu entorno; IV - cadastramento das famílias remanescentes de comunidades de quilombos; V - levantamento e especificação detalhada de situações em que as áreas pleiteadas estejam sobrepostas a unidades de conservação constituídas, a áreas de segurança nacional, a áreas de faixa de fronteira, terras indígenas ou situadas em terrenos de marinha, em outras terras públicas arrecadadas pelo INCRA ou Secretaria do Patrimônio da União e em terras dos estados e municípios; VI - parecer conclusivo da área técnica e jurídica sobre a proposta de área.

A primeira peça técnica foi concluída. Trata-se do Relatório Técnico Científico – RTC publicado pela Fundação ITESP em 2003 e remetido ao INCRA para integrar o processo administrativo em questão. Por meio da INFORMAÇÃO/INCRA /SR08/F4/Nº17/2011, o RTC foi acolhido e credenciado a ser utilizado como relatório antropológico do RTID.

As demais peças técnicas, que também apresentam um elevado grau de complexidade e demandam dedicação de uma equipe multidisciplinar para sua produção, estão em processo de elaboração. Uma equipe composta por dois Analistas em Reforma e Desenvolvimento Agrário (uma antropóloga e um engenheiro agrimensor) e por um Perito Federal Agrário realizou ao todo quatro incursões a campo a fim de coletar informações in loco para a produção do RTID.

A peça técnica IV - cadastramento das famílias remanescentes de comunidades de quilombos foi concluída no exercício de 2013. Foi realizada visita a cada uma das casas que compõem o território quilombola, tendo sido cadastradas 47 famílias e 167 moradores quilombolas na comunidade.

Estão em andamento os trabalhos para confecção da planta e memorial descritivo do território reivindicado e detalhamento da malha fundiária em questão (peça técnica III), isso é, levantamento e medição de todas as posses ou propriedades não-quilombolas que incidem no território quilombola. Também estão sendo coletadas informações para elaboração do relatório das sobreposições (peça técnica V). Como se trata de um território acidentado e de difícil acesso, o trabalho de agrimensura apresenta um alto grau de dificuldade e complexidade. Há apenas uma estrada de terra de acesso ao território; todos os outros caminhos e divisas têm que ser percorridos a pé. Em duas das visitas a campo, a chuva e o mau tempo dificultaram ou impediram os trabalhos. Ainda será necessária nova incursão a campo para a conclusão do levantamento de informações georreferenciadas.

O levantamento fundiário (peça técnica II) depende fundamentalmente da emissão de certidões pelo cartório de registro de imóveis através de busca em nome de ocupantes e proprietários levantados em campo. Também foi realizada pesquisa nos arquivos da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Estado de São Paulo tendo em vista a existência de uma Ação Discriminatória envolvendo todo o perímetro do quilombo, iniciada na década de 1930 e concluída em 1969. Em julho de 2013, foram enviados os Ofícios/INCRA/SP/GAB/nº 4284 a 4287/2013 para o Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Apiaí-SP e para o Cartório de Registro de Imóveis, Notas e Protestos da Comarca de Eldorado-SP. Os dois cartórios se negaram a realizar o serviço sem o devido pagamento, apesar da legislação que garante isenção. Em relação ao Cartório de Eldorado-SP, o INCRA ajuizou Mandado de Segurança para garantir acesso gratuito às certidões. Em decisão liminar de 06 de dezembro de 2013, foi determinado que o Cartório fornecesse as certidões solicitadas “independente do pagamento de emolumentos”. As certidões já foram juntadas ao processo administrativo em tela, mas o Serviço Quilombola aguarda o deslinde da mesma situação no que se refere ao Cartório de Apiaí-SP para, então, concluir o levantamento fundiário.

Uma vez concluídas as peças técnicas II, III e V será possível elaborar o parecer conclusivo da área técnica e jurídica sobre a proposta de área (peça técnica VI), que subsidiará o Comitê de Decisão Regional da Superintendência do INCRA em São Paulo e a Diretoria Fundiária do INCRA/Sede a decidir sobre a publicação do RTID da comunidade remanescente de quilombo de Cangume.

Em síntese, a meta física prevista para o exercício de 2013 na ação em comento era a publicação de dois RTIDs, mas devido à complexidade do trabalho e à existência de condicionantes que extrapolam as atribuições do Serviço Quilombola, apenas o RTID da comunidade remanescente de quilombo de Porto Velho pôde ser publicado; os demais RTIDs estão em processo de elaboração.

Além dessas ações, o Serviço Quilombola também atuou em um processo relativo à comunidade remanescente de quilombo de Pilar (Pilar do Sul/SP). Em fevereiro de 2013 o INCRA participou de uma reunião com a Prefeitura de Pilar do Sul e a associação representativa da comunidade, na qual foi solicitado à Prefeitura a restituição de parte do território quilombola, posto que a gestão municipal iniciara um processo de regularização fundiária junto à Fundação ITESP. Foi feito um acordo com a Prefeitura: a partir de uma planta das áreas reivindicadas, a prefeitura as examinaria e se comprometia a ceder algumas áreas possíveis. O INCRA, então, adquiriu uma imagem de satélite em alta definição para levantamento e aferição da área urbana incidente sobre o território reivindicado pela comunidade e produziu a planta com as reivindicações. A comunidade apresentou-a para a Prefeitura, que recuou e negou-se a fazer qualquer acordo. Diante disso, o Serviço Quilombola retomará a elaboração as peças técnicas do RTID de acordo com o procedimento padrão adotado no órgão, ação que está prevista para o exercício de 2014.

### **Ação: Publicar Portarias de Reconhecimento**

#### **Atividades**

a) Analisar técnica e juridicamente as contestações oferecidas ao RTID / Meta 2013: 5 comunidades (Camargos, Porto Velho, Cangume, São Pedro e Galvão);

b) Elaborar, analisar e publicar o conjunto portaria de reconhecimento de território quilombola / Meta 2013: 1 comunidade (Mandira - 1.254,3475 ha).

No exercício de 2013, apenas os RTIDs das comunidades remanescentes de quilombo de Galvão e São Pedro, ambas localizadas nos municípios de Iporanga e Eldorado/SP, foram objeto de contestação. Em relação ao primeiro, esta Superintendência recebeu um recurso em segunda instância e, em junho de 2013, remeteu o processo administrativo nº 54190.000474/2005-11 ao INCRA/Sede para análise e julgamento da manifestação, tal como determina o art. 15 da IN 57/2009. Em relação à segunda comunidade, o INCRA/SP recebeu uma contestação em primeira instância e procedeu às devidas análises técnica e jurídica. O Comitê de Decisão Regional desta Superintendência julgou a contestação improcedente e o interessado foi notificado em julho de 2013. Vencido o prazo para interposição de recurso, o processo administrativo em comento encontra-se apto para a fase de publicação da Portaria de Reconhecimento. Em relação às demais comunidades, não foram recebidas contestações no exercício de 2013.

A meta de elaborar, analisar e publicar o Conjunto Portaria de Reconhecimento do Território Quilombola do Mandira (Cananéia/SP) não pôde ser concluída no exercício de 2013. Em que pese a fase de contestações ao RTID já ter sido vencida, uma especificidade do TQ em questão tornou necessário novos trabalhos técnicos e cartográficos ao longo do exercício, após constatação de pequenas sobreposições com a Reserva Extrativista do Mandira, Unidade de Conservação (UC) administrada pelo ICMBio, que faz divisa com o TQ. Como neste caso não há conflito de interesses, mas apenas ajustes técnicos para definir com maior grau de precisão a divisa entre o TQ e a UC, foram realizados trabalhos de campo e gestões juntos a técnicos do ICMBio para obtenção de informações e ratificação dos limites. Os ajustes necessários estão a cargo do Serviço de Cartografia desta Superintendência e, uma vez prontos e apresentados à comunidade, permitirão o prosseguimento do processo.

### **Ação: Inserir dados de todas as comunidades quilombolas no Sistema 13Geo e Sipra**

#### **Atividades**

a) Coletar as coordenadas geográficas e qualificar as informações das comunidades quilombolas com processos abertos / Meta 2013: 33.

Em abril de 2013, foi organizada e enviada planilha para a DFQ contendo informações das coordenadas geográficas referentes a 34 comunidades remanescentes de quilombo do Estado de São Paulo.

### **Ação: Propor a decretação de territórios quilombolas**

#### **Atividades**

a) Acompanhar e monitorar os processos com áreas reconhecidas passíveis de serem decretadas / Meta 2013: 0;

b) Elaborar, analisar e acompanhar o andamento dos conjuntos decretos / Meta 2013: 0.

Em relação a essa ação, não havia meta estipulada para SR-08.

### **Ação: Titulação de terras públicas e particulares**

#### **Atividades**

a) Acompanhar e monitorar os territórios com áreas (públicas e particulares) passíveis de titulação / Meta 2013: 0;

b) Elaborar termo de parceria com Estados, Municípios e SPU para titular terras públicas de comunidade Quilombola / Meta 2013: 0;

c) Georreferenciar/demarcar/certificar/titular/registrar títulos de comunidade quilombola / Meta 2013: 0.

Em relação a essa ação, não havia meta estipulada para SR-08.

### **Ação: Incursão a campo para iniciar o contato com comunidades quilombolas**

#### **Atividades**

a) Identificar comunidades e realizar reuniões informativas em campo / Meta 2013: 2.

Ao longo do exercício de 2013, surgiu uma demanda para realização de viagem de campo para iniciar o contato com comunidades quilombolas cujo processo administrativo encontra-se na fase inicial, ou seja, não foi iniciada a elaboração do RTID.

Em março de 2013, foi realizada uma reunião, no INCRA/SP, entre representantes da comunidade remanescente de quilombo de Sertão de Itamambuca (Ubatuba/SP) e o Serviço Quilombola para apresentar os problemas enfrentados pela comunidade, sobretudo no que diz respeito à urgência da regularização fundiária tendo em vista um inquérito movido pelo GAEMA/MPE sobre a ocupação irregular de oito moradias quilombolas em APP. O INCRA interveio no processo através de um ofício informando sobre o andamento do processo administrativo e detalhando as etapas necessárias para a regularização fundiária do território quilombola. A proposta era realizar uma reunião e uma visita técnica à comunidade ainda em 2013 para planejar o início dos trabalhos. Por excesso de demandas, não foi possível a realização dessa viagem, que ficou agendada para o início de 2014.

## **Ação: Mediação de conflitos**

### **Atividades**

- a) Monitorar processos judiciais (ACPs, entre outros) e tomar providências necessárias / Meta 2013: 5 processos monitorados;
- b) Participar de reuniões a pedido das comunidades / Meta 2013: 2 comunidades;
- c) Mediar conflitos que envolvem as comunidades quilombolas / Meta 2013: 2 comunidades.

As atividades que envolvem a ação em questão foram realizadas ao longo de todo o exercício de 2013. A mediação de conflitos tem caráter eminentemente processual e as duas comunidades envolvidas nesta atividade foram: Cafundó (Salto de Pirapora/SP) e Caçandoca (Ubatuba/SP). Em relação à primeira, a iminência da titulação do território gerou uma série de conflitos internos relacionados à ocupação do território. Algumas famílias que há anos viviam fora do território quilombola quiseram regressar após as imissões de posse. Coube ao INCRA realizar reuniões a fim de promover o entendimento entre as partes e garantir que o processo de reordenamento do espaço ocorra através de instâncias institucionais da associação quilombola.

Quanto à Caçandoca, o procedimento administrativo de reconhecimento e titulação da comunidade remanescente de quilombo foi aberto no INCRA/SP em 2005. Desde então foram cumpridas as seguintes etapas: publicação do RTID, publicação da portaria de reconhecimento, publicação do decreto-desapropriação de parte da área do quilombo. Foi ajuizada ação de desapropriação do imóvel na Justiça Federal de Taubaté, tendo sido expedido mandado de imissão de posse em 1º de dezembro de 2006.

Contudo, ao longo desse processo, acirrou-se a animosidade entre diferentes grupos que compõem a comunidade, o que motivou a criação de outra entidade representativa de parte da coletividade em questão, a Associação dos Remanescentes da Comunidade do Quilombo Caçandoquinha, Raposa, Saco das Bananas e Frade (ARCQCRSB), reunindo parte das famílias tradicionais da Caçandoca que, no início do processo, não haviam aceitado se associar ou reivindicar a identidade quilombola.

Ao longo do ano de 2008, a ARCQCRSB reivindicou aos órgãos pertinentes (INCRA, FCP, SEPPIR, ITESP), o reconhecimento como comunidade quilombola distinta da comunidade da Caçandoca – ainda que com pleito territorial idêntico. Em 07 de julho de 2008, a Fundação Cultural Palmares (FCP) expediu Certidão de Autorreconhecimento à Comunidade Remanescente de Quilombo da Caçandoquinha, Raposa, Saco das Bananas e Frade, criando uma situação inédita no Estado de São Paulo: duas associações quilombolas distintas, ambas certificadas pela FCP, reivindicando um mesmo território.

No primeiro semestre de 2013, após um longo período de conflitos, o INCRA atuou na intermediação de um processo de aproximação e reconciliação entre os diferentes atores da comunidade em questão. Como o autorreconhecimento étnico é um direito reconhecido e assegurado pela Convenção 169 da OIT e pelo Decreto no 4.887/2003, não cabe ao INCRA nem a nenhum outro agente externo definir os sujeitos de direito de tal reconhecimento. Cabe a este órgão atuar como mediador de conflitos para compatibilizar os interesses em questão. Dessa forma, ao longo do ano passado, foram realizadas reuniões até que as partes concordaram em unificar a atuação das duas entidades através da Associação dos Remanescentes da Comunidade do Quilombo de Caçandoca. Foi possível, pois, retomar a ação judicial de desapropriação e as ações de desenvolvimento e geração de renda implementadas pelo INCRA.

Além disso, o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas monitorou e tomou providências – através de subsídios encaminhados à PFE – em processos judiciais envolvendo pelo

menos cinco comunidades quilombolas. Conforme o Artigo 151 do Decreto nº 4.887/03, o INCRA atua em qualquer pólo (ativo ou passivo) e em qualquer instância, na defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos, inclusive antes da existência de processo de desapropriação, na defesa da posse de seus territórios.

**Cambury (Ubatuba/SP):** em junho de 2013, uma decisão da justiça estadual de Ubatuba autorizou a reintegração de posse movida por um particular contra parte da comunidade quilombola, em um processo iniciado em 1976. A atuação jurídica e da equipe do INCRA, em conjunto com o MPF, conseguiu adiar a reintegração. Em julho, INCRA e FCP ajuizaram uma ACP na Justiça Federal de Caraguatatuba para manutenção da posse da comunidade. O juiz federal concedeu liminar favorável e iniciou-se um imbróglio jurídico para definir a competência para julgar o caso. Desde então, uma ação que suscitou conflito de competência no STJ determinou a suspensão das decisões proferidas até que seja definido qual o juízo competente. Paralelamente, o Serviço Quilombola vem participando do processo instaurado pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) entre INCRA e ICMBio para deslinde da sobreposição territorial existente entre o TQ e o Parque Nacional da Serra da Bocaina;

**Pedro Cubas (Eldorado/SP):** ACP movida pelo MPF contra o INCRA em julho de 2013 para que o órgão conclua o processo de regularização fundiária da comunidade. A equipe técnica elaborou resposta para subsidiar a AGU e aguarda o andamento da ação judicial;

**José Joaquim de Camargo (Salto de Pirapora e Votorantim/SP):** ACP movida pelo MPF contra o INCRA para que o órgão conclua o processo de regularização fundiária da comunidade. Há uma equipe trabalhando na produção do RTID da comunidade;

**Cangume (Itaóca/SP):** ACP movida pelo MPF contra o INCRA para que o órgão conclua o processo de regularização fundiária da comunidade. Há uma equipe trabalhando na produção do RTID da comunidade;

**Porcinos (Agudos/SP):** Em dezembro de 2010, membros da comunidade remanescente de quilombo de Porcinos sofreram uma reintegração de posse (por decisão liminar da Justiça estadual de Agudos) sobre a área de aproximadamente 2,5 alqueires que consistia no último remanescente de território tradicional sob posse da comunidade. Desde então, o INCRA, com base no Artigo 15 do Decreto nº 4.887/03, vem buscando, em conjunto com a AGU, reverter esta reintegração de posse, ainda sem sucesso.

## **Ação: Regulamentação da Convenção 169 da OIT**

### **Atividades**

a) Organizar seminário com representantes das comunidades quilombolas / Meta 2013: 1 seminário realizado.

Em janeiro de 2012, foi assinada a Portaria Interministerial nº 35, publicada no dia 30 de janeiro, que estabeleceu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) sobre os mecanismos de consulta prévia da Convenção 169, do qual o INCRA faz parte. Assim, coube à Superintendência do INCRA em São Paulo, com apoio da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), a tarefa de organizar o evento no Estado de São Paulo para contribuir com o processo de regulamentação dos mecanismos de consulta livre, prévia e informada previstos na Convenção 169 da OIT.

O Seminário: Convenção 169 da OIT ocorreu nos dias 03 e 04 de maio de 2013 no município de Registro, na região do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo. A manhã do dia 03

---

<sup>1</sup> Decreto 4887/2003, art. 15: “Durante o processo de titulação, o INCRA garantirá a defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos nas questões surgidas em decorrência da titulação das suas terras”.

de maio (sexta-feira) e do dia 05 de maio (domingo) foram utilizadas para o deslocamento dos participantes. A região do Vale do Ribeira concentra a maior parte das comunidades remanescentes de quilombo do Estado de São Paulo. Dos 48 processos de reconhecimento e titulação de comunidades quilombolas em trâmite nesta Superintendência do INCRA, 32 estão localizadas no Vale do Ribeira. Assim, a realização do evento nesta região tornou mais fácil e menos dispendioso o deslocamento dos representantes de várias comunidades do entorno para a participação no Seminário.

O local de realização do evento foi o Estoril Palace Hotel, localizado na Rodovia Régis Bittencourt (BR 116), km 442. A hospedagem dos representantes quilombolas, a alimentação dos participantes (café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar) e todas as atividades do evento (credenciamento e mesas de debate) foram concentradas no mesmo local para otimização de tempo e recursos. Ao todo 137 pessoas participaram do Seminário, sendo 86 representantes de 41 comunidades quilombolas do Estado de São Paulo.

O INCRA realizou processo licitatório para contratação de dois tipos de serviço: hotelaria, incluindo as três refeições, auditório e equipamento audiovisual (para atender 100 pessoas); e transporte para deslocamento de cerca de 85 participantes, que foram divididos em 5 veículos distintos de acordo com a localização da comunidade quilombola no Estado de São Paulo.

A equipe do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas desta Superintendência empreendeu o máximo de esforço para a realização do evento, que consumiu boa parte do tempo e atenção dos servidores no mês que antecedeu a realização do seminário. Toda a equipe do F4, além do chefe da Divisão Fundiária, quatro motoristas e uma representante da assessoria de comunicação da SR deslocaram-se para Registro para atuar na organização do evento.

### **Ação 210Z - PO Indenização das benfeitorias e de terras aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas**

#### **Ação: Desintrusão das áreas decretadas**

##### **Atividades:**

- a) Fazer gestão da desintrusão dos territórios com áreas decretadas/ Meta 2013: 2 territórios decretados, mas ainda não totalmente desintrusados (Brotas e Cafundó);
- b) Avaliar o imóvel / Meta 2013: 2013: 2 imóveis (Morro Seco e Ivaporunduva, já titulado);
- c) Indenizar o imóvel / Meta 2013: 0.

Há oito ações judiciais de desapropriação por interesse social relativas a quatro territórios quilombolas no Estado de São Paulo, conforme detalha a planilha abaixo:

Ordem	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	NOME DO IMÓVEL	ÁREA (HA)	DATA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO	SITUAÇÃO	VALOR DA INDENIZAÇÃO
1	Salto de Pirapora	Cafundó	Gleba A - Sítio Cafundó	17,65	22/9/2011	Processo em andamento	R\$ 1.056.499,21
2	Salto de Pirapora	Cafundó	Gleba B - Fazenda Paraná	46,16	18/11/2011	Processo em andamento	R\$ 190.510,90
3	Salto de Pirapora	Cafundó	Gleba C - Sítio São Benedito	32,59	19/7/2011	Imissão provisória de posse (dezembro de 2012)	R\$ 144.219,16
4	Salto de Pirapora	Cafundó	Gleba D - Faz. Eureka	122,02	4/11/2011	Imissão provisória de posse (fevereiro de 2012)	R\$ 1.248.536,28
5	Itatiba	Brotas	Gleba A - Sítio Brotas	2,54	18/11/2011	Imissão provisória de posse (abril de 2012)	R\$ 391.765,22
6	Itatiba	Brotas	Gleba B - Nascente	7,26	18/11/2011	Processo em andamento	R\$ 61.103,86
7	Ubatuba	Caçandoca	Fazenda Maranduba	210	20/10/2006	Imissão provisória de posse (dezembro de 2006)	R\$ 4.175.670,31
8	Iguape	Morro Seco	São Miguel Arcanjo do Morro Seco	150	26/11/2013	Ação ajuizada em novembro de 2013 e depósito da indenização realizado	R\$ 1.503.799,46
				<b>588,22</b>			<b>R\$ 8.772.104,40</b>

Os itens 1 a 7 dizem respeito a atividades iniciadas em exercícios anteriores, conforme discrimina a coluna "Data do ajuizamento a ação". Segundo os índices de monitoramento empregados, para que valores liquidados possam ser convertidos em "Meta física realizada", é necessário que os imóveis correspondentes tenham sido integralmente indenizados e desintrustados, o que depende, fundamentalmente, do trânsito em julgado das respectivas ações de desapropriação. Assim, em que pese o depósito judicial dos valores descritos na tabela acima, aguarda-se a sentença judicial para pagamento das indenizações aos legítimos detentores dos títulos e aos posseiros detentores de benfeitorias de boa-fé, além da completa desintrustação dos imóveis. Em síntese, não houve a desintrustação total dos imóveis, tampouco a titulação parcial ou total de nenhum dos territórios quilombolas em questão.

Em quatro das ações elencadas acima houve imissão provisória do INCRA na posse dos imóveis. Em relação ao item 4, em 2012, foi celebrado um Contrato de Concessão e Direito Real de Uso entre a Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó e a Superintendência Regional do INCRA em São Paulo. Em relação ao item 3, foi realizado o reassentamento de um casal de ocupantes não-quilombolas com perfil da clientela da reforma agrária, tal como prevê o artigo 14 do Decreto 4.887/13 e artigo 22 da IN 57/09. No exercício de 2013, após a imissão do INCRA na posse da "Gleba C – Sítio São Benedito" da comunidade remanescente de quilombo do Cafundó, o INCRA providenciou o reassentamento da Sra. Maria Benedita de Jesus Lara e do Sr. José Bonifácio no Assentamento Ipanema (Iperó/SP). Através do processo administrativo nº 54190.001086/2013-50, sob responsabilidade da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento desta Superintendência, constatou-se que o casal preenche os requisitos da legislação agrária. Também foi necessário providenciar o transporte de cerca de 30 cabeças de gado pertencentes ao casal, através de contratação de serviço por dispensa de licitação. O procedimento foi acompanhado por servidores do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas.

O item 8 refere-se a uma ação de desapropriação por interesse social ajuizada em novembro de 2013, mas cuja abertura do processo administrativo ocorreu em 2011. Em julho de 2013 foi concluído o Laudo de Vistoria e Avaliação (LVA) do Sítio São Miguel Arcanjo do Morro Seco, sob responsabilidade da Divisão de Obtenção de Terras desta Superintendência, e o "Conjunto Avaliação" foi encaminhado ao INCRA/Sede no mesmo mês.

O valor referente às indenizações do item 8 configuram como restos a pagar de 2012, quando foram empenhados R\$ 3.500.000,00 em nome da Superintendência Regional do INCRA em São Paulo (Nota de Empenho nº 2012NE000276 emitida em 05 de dezembro de 2012), destinado a atender despesas com indenização das terras do Quilombo do Morro Seco. Ressalta-se que este era um valor estimado e, após a conclusão do LVA, o valor total do imóvel ficou em R\$ 2.082.134,52, sendo R\$ 1.936.805,44 relativos às benfeitorias e R\$ 145.329,08 relativos à terra nua (cf. Extrato de Laudo de Avaliação). Dessa feita, foi solicitado o cancelamento do empenho de R\$ 1.417.865,48, valor remanescente. Em seguida, no ajuizamento da ação de desapropriação por interesse social, optou-se por depositar o valor referente apenas à terra nua e às benfeitorias de ocupantes não-quilombolas, uma vez que a população quilombola não será desintrusada e não há nenhuma benfeitoria individual que será convertida em coletiva. Assim, o valor total, segundo a inicial, ficou em R\$ 1.503.799,46, que serão depositados em juízo. A diferença em relação ao valor de R\$ 2.082.134,52 calculado no LVA ficou em R\$ 578.335,06, que também será devolvido ao INCRA/Sede.

Em relação aos demais itens discriminados na tabela, o Serviço Quilombola acompanhou as ações judiciais e tomou as providências solicitadas pela PFE/SP no que diz respeito à elaboração de subsídios para resposta a demandas judiciais. Em relação às Glebas A e B da comunidade remanescente de quilombo do Cafundó e à Gleba B da comunidade remanescente de quilombo de Brotas, as ações judiciais tiveram andamento, mas ainda não foi autorizada a imissão de posse do INCRA na área dos respectivos imóveis.

Finalmente, estipulou-se como meta para o exercício de 2013 a avaliação de um conjunto de benfeitorias, pertencentes a ocupantes não-quilombolas, inseridas no território da comunidade remanescente de quilombo de Ivaporunduva (Eldorado-SP), que já se encontra titulado e registrado em nome da comunidade. Não obstante, dada a complexidade do caso, que demanda uma solução jurídica para a questão, a avaliação não foi realizada no presente exercício. A titulação do território quilombola em comento foi obtida através de Ação Declaratória, ajuizada pela própria comunidade contra a União, em 1994, que tramitou paralelamente aos procedimentos de reconhecimento executados pelo INCRA. Em 2010, decisão judicial na sede desta ação determinou que a União expedisse título de domínio favorável à Associação Quilombo de Ivaporunduva, referente a 2.035,1202 hectares de seu território. O título foi expedido pelo INCRA e levado a registro. Portanto, tendo sido o território da comunidade titulado por meio de iniciativa judicial própria da sua representante legal, restou pendente de conclusão o procedimento administrativo de avaliação de benfeitorias, indenização e desintrusão de ocupantes não quilombolas, que permanecem no território titulado. Havia sido estimada em R\$ 60.000,00 a meta financeira para tal avaliação.

*Quadro 3 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar\**

<b>Ação</b>	<b>Plano Orçamentário</b>	<b>Meta Física (Produto/Unidade)</b>	<b>Execução física**</b>	<b>RAP Inscritos</b>	<b>RAP Cancelados</b>	<b>Rap Pagos</b>	<b>Rap a Pagar</b>
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	0	R\$ 53.202,48	R\$ 50.000,00	R\$ 2.386,28	R\$ 816,20
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	0	R\$ 2.285.735,00	R\$ 0	R\$ 904.616,05	R\$ 1.381.118,95
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	0	R\$ 451,04	R\$ 0	R\$ 423,03	R\$ 28,01
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	0	R\$ 3.500.000,00	R\$ 1.417.865,48	R\$ 0	R\$ 2.082.134,52

Fonte: SIR Módulo de Monitoramento e SIAFI

\*Incluem RAP processado e não-processado.

\*\*A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício

## **Ação 2105 – PO Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural**

Inexistiu meta física a ser executada para o exercício..

## **Ação 210U – PO 2114 Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais Cartográficos**

**Administração e Gerenciamento dos Sistemas Cadastrais Cartográficos centralizados na SEDE/INCRA.**

**Não se aplica no âmbito desta UJ**

### **Ação 210U – PO Regularização Fundiária de Imóveis Rurais**

Inexistiu meta física a ser executada para o exercício.

### **Ação 210U – PO Georreferenciamento de Malha Fundiária**

Inexistiu meta física a ser executada para o exercício.

### **Ação 210U – PO Gestão de Terras Públicas**

Inexistiu meta física a ser executada para o exercício.

**Ação 210Z – PO Reconhecimento, delimitação, desintrusão e titulação de territórios quilombolas**

Devido a complexidade do assunto; todas as atividades realizadas e caracterizadas como Restos a Pagar – RAP, neste item, são descritas acima, na **Ação 210Z – PO Reconhecimento, delimitação, desintrusão e titulação de territórios quilombolas**.

**Ação 210Z – PO Indenização das benfeitorias e de terras aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas**

Devido a complexidade do assunto; todas as atividades realizadas e caracterizadas como Restos a Pagar – RAP, neste item, são descritas acima, na **Ação 210Z – PO Indenização das benfeitorias e de terras aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas**.

### **3.1.2 Cartografia**

Com o advento da Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001, foram criados mecanismos de controle e cadastro nos serviços de registro de imóveis rurais. Em especial, os serviços de registro de imóveis sofreram alterações, incluindo o georreferenciamento e o cadastramento no Sistema Nacional de Cadastro Rural como elementos fundamentais de referência no registro desses imóveis. Assim, o gerenciamento da estrutura fundiária existente, a perfeita delimitação e identificação das dimensões, da disposição física e localização dos imóveis passa a contar com níveis cada vez melhores de precisão e clareza nas referências utilizadas.

Assim, assegurar a qualidade e a conformidade técnica nos serviços de cadastramento de imóveis rurais tem sido uma meta social e institucional, principalmente agora, em que esta nova legislação possibilita compor uma base única de informações a ser compartilhadas por instituições públicas produtoras e usuárias de informações sobre o meio rural do país.

A Superintendência Regional de São Paulo, visando atender às exigências do Decreto 4449/02 que regulamentou a Lei nº 10.267/01, em seu artigo 8º, relativo aos custos financeiros de que tratam o §3º do Artigo 176 e o §3º do Artigo 225 da Lei nº 6.015/73 elaborou um Programa para o georreferenciamento e a certificação de imóveis dos proprietários rurais do Estado de São Paulo. No exercício de 2013 foram certificados 1317 no total 2.344 processos, sendo possível atender a 56,19% da demanda de serviços.

### **3.1.3 Territórios Quilombolas**

Todas as atividades previstas neste item são descritas acima, na **Ação 210Z – PO Reconhecimento, delimitação, desintrusão e titulação de territórios quilombolas.**

### 3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor

### 3.1.5 Indicadores

*Quadro 4 - Indicadores do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária.*

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR.	<b>89,87%</b>
				Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em <a href="http://www.ibge.gov.br">www.ibge.gov.br</a> .	
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. Fonte: Certificaweb	<b>56,19%</b>
				Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. Fonte: Certificaweb	
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	<b>0</b>
				Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	

Fonte: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – SR(08)F

## Comentários aos resultados dos indicadores

### Ordenamento da Estrutura Fundiária.

#### a) Índice de Cadastramento de imóveis Rurais

Superintendência Regional do INCRA	Superfície Territorial IBGE (em ha)	Total de imóveis rurais cadastrados no SNCR - em 03/01/2013	Total de área cadastrada no SNCR (em ha) - em 03/01/2013	Indicador TCU (área cadastrada no SNCR/área Territorial)x100
SR 08 - São Paulo	24.822.280,1000	446.607	22.308.474,4700	89,87%

O índice de cadastramento de imóveis rurais em 2013 foi de 89,87%, considerando o total de área cadastrada no SNCR em relação à superfície territorial do Estado de São Paulo. Comparado ao ano de 2012, cujo índice foi de 89,26%, verifica-se um pequeno aumento de 0,61% do total de área cadastrada.

Segundo dados fornecidos pela Coordenação Geral de Cadastro, em janeiro de 2013 estavam cadastrados no SNCR 446.607 imóveis rurais e em 16/02/2012, havia 440.649 imóveis cadastrados, significando um aumento de 5.958 imóveis rurais cadastrados no período de um ano.

Dentre outros motivos, o aumento de imóveis cadastrados no SNCR deve-se ao cumprimento das exigências legais, em especial da Lei 10.267/2001, e aperfeiçoamento da Rede de Cadastro Rural através da qualificação e capacitação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastro – UMC's do Estado de São Paulo.

#### b) Índice de análise de processos de Certificação de imóveis

Número de processos com análise de certificação finalizada	Número de processos de certificação protocolados	Percentual
		%
1317	2344	56,19

O percentual de 56,19% é considerado satisfatório, tendo em vista que no decorrer do exercício de 2013, priorizou-se a eliminação do passivo dos processos represados na SR decorrentes de outros exercícios, tal fato culminou em um alto índice de análise de processos em exercícios anteriores e um índice satisfatório no ano de 2013.

Salienta-se que no decorrer de 2013 houve diminuição de força de trabalho no comitê regional de certificação o que foi suprido por um termo de cooperação entre o INCRA e o Exército Brasileiro e 2 forças tarefas executadas em 2013 que contaram com vários servidores de outros comitês.

No dia 29 de novembro de 2013 entrou em produção o programa SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária que procede de forma automática a certificação de imóveis rurais e desde seu

lançamento percebe-se uma diminuição expressiva no número de processos protocolados na SR(08), sendo que a expectativa para o ano de 2014, como previsto na instrução normativa 97/2013 é de nenhum protocolo efetivado a partir do dia 28 de fevereiro de 2014, cabendo ao comitê a eliminação do passivo de anos anteriores e a gestão do sistema.

**c) Índice de Regularização Fundiária**

<b>Número de imóveis regularizados e titulados</b>	<b>Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado</b>	<b>Percentual</b>
		<b>%</b>
<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Índice de Regularização Fundiária: Nenhum imóvel foi regularizado durante o ano de 2013, conforme explicações constantes em item anterior. Permaneceu na expectativa da edição de Instrução Normativa cujo teor já foi acordado entre os técnicos das Superintendências de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, além de técnicos e diretores do INCRA–Brasília.

**3.1.6 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste**

**Não se aplica no âmbito da UJ**

### 3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento

#### 3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações

*Quadro 5 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária.*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	18.000	31.071,22	R\$ 324.356,64	R\$ 323.011,42	R\$ 289.671,27	R\$ 287.367,39	R\$ 33.340,15
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	850	941	R\$ 114.918,08	R\$ 114.859,08	R\$ 106.059,08	R\$ 104.059,08	R\$ 8.800,00
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	3.013,02	R\$ 6.190.462,78	R\$ 6.190.462,78	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 6.190.462,78
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	R\$ 4.708.048,01	R\$ 4.708.048,01	R\$ 4.708.048,01	R\$ 4.708.048,01	R\$ 0
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	0	0	R\$ 52.500,00	R\$ 51.512,20	R\$ 49.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.512,20
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	13	17	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 2.399,66	R\$ 0	R\$ 30.600,34

Fonte: SIR/Módulo de Monitoramento e SIAFI

## **Ação 211A – PO Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais**

O ordenamento jurídico em vigor permite ao INCRA variadas formas de arrecadação de áreas para serem destinadas ao PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária. Entre elas, as três principais formas são: desapropriação (áreas que não cumprem sua função social, vide arts. 184 c/c 186 da Constituição Federal); aquisição (compra e venda disciplinada pelo decreto 433/92 e alterações posteriores); e não-onerosa (transferência de imóveis de propriedade da União).

No estado de São Paulo, a principal forma de arrecadação de terras se dá pela desapropriação por interesse social (lei 8.629/93), decorrente do descumprimento da função social da propriedade e, em segundo lugar, a aquisição disciplinada pelo decreto 433/92.

Com o fim precípuo de legitimar a atuação estatal, resguardando os direitos dos interessados envolvidos além de respeitar outros ordenamentos, como por exemplo, a legislação ambiental, a lei disciplinou um rito a ser seguido, atos concatenados que se desenrolam dentro de um processo administrativo.

Com este fito que se faz necessário as vistorias dos imóveis rurais. No percurso de um processo administrativo, a SR-08 realiza no mínimo 3 (três) vistorias distintas: primeiramente é realizado a vistoria de fiscalização para verificar o cumprimento da função social, posteriormente é realizado a vistoria de avaliação ao qual será levantado o valor de mercado do imóvel para fins de indenização pela desapropriação do imóvel. Não menos importante, há também as vistorias ambientais, as quais surgem necessárias para atender as exigências da legislação ambiental vigente.

Em 2013 a Superintendência Regional do INCRA/SP vistoriou 23 (vinte e três) imóveis, num total de 31.071,22 ha (trinta e um mil e setenta e um hectares e vinte e dois ares), traduzindo em 172,62 % da meta esperada para o ano.

Conforme se verifica abaixo, o fator que influenciou decisivamente para extrapolar a meta pretendida foram as vistorias ambientais: foram 22.019,02 ha (vinte e dois mil e dezenove hectares e dois ares), resultando sozinha, em 122,33 % da meta. Este resultado se deu em decorrência de algumas demandas do Ministério Público, que demandou desta Autarquia novas vistorias em alguns imóveis não previstos no início do exercício de 2013.

VISTORIAS AMBIENTAIS			
PROCESSO 54190.00	IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA MEDIDA (ha)
54190.003.998/2013-66	PDS PROFESSOR LUIZ DE DAVID MACEDO	APIAI	7767,22
54190.000.839/2013-18	UHE TRÊS IRMÃOS	PEREIRA BARRETO	113,70
54190.001.896/2009-20	PA SIMON BOLIVAR	GETULINA	768,38
54190.001.072/2009-50	PA MARGARIDA ALVES	MIRANTE DO PARANAPANEMA	1257,58
54190.003.164/2007-11	FAZ. SUINÃ	AGUDOS	838,26
54190.001.401/2007-09	FAZ. RETIRO DO TURVO	AGUDOS	538,63
54190.003.159/2007-08	FAZ. MARACY II/ FENIX	AGUDOS	469,14
54190.003.163/2007-68	FAZ. MARRUÁ	AGUDOS	231,15
54190.000.648/2007-08	FAZ. PONTE ALTA	AGUDOS	1.140,38
54190.004.508/2006-10	FAZ. NOSSA SENH. DE FÁTIMA	AGUDOS	1.653,70
54190.003.081/2007-13	FAZ. TANGARÁ/ STA LÚCIA	AGUDOS	778,70
	FAZ OBA	MIRANDOPOLIS	923,76
54190.004.832/2008-08	FAZ ITAHYE	SÃO PAULO	115,31
54190.004.185/2007-45	HORTO FLORESTAL AIMORÉS	BAURU	5.423,10
TOTAL			22.019,0158

As demais vistorias (fiscalização e avaliação) foram realizadas dentro do previsto:

<b>AVALIAÇÃO PARA FINS DE INDENIZAÇÃO (DESAPROPRIAÇÃO)</b>			
<b>PROCESSO</b>	<b>IMÓVEL</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>ÁREA (MEDIDA)</b>
54190.004.143/2007-12	FAZ BELA VISTA	LAGOINHA	1.650,45
54190.001.520/1999-55	ASSENTAMENTO BELA VISTA DO CHIBARRO	ARARAQUARA	3.428,13
54190.004.506/2006-21	FAZ. SUINÃ	AGUDOS	838,26
54190.003.408/2006-76	FAZ. RETIRO DO TURVO	AGUDOS	538,63
54190.003.414/2006-23	FAZ. MARACY II/ FENIX	AGUDOS	469,14
54190.003.413/2006-89	FAZ. MARRUÁ	AGUDOS	231,15
54190.001.623/2008-02	FAZ RANCHAO	PONTALINDA	502,08
54190.001.211/2008-64	FAZ S JOSE E STO ANTONIO	TURMALINA	859,37
<b>TOTAL</b>			<b>8.517,2178</b>
<b>VISTORIA PARA FINS DE FISCALIZAÇÃO e AVALIAÇÃO</b>			
<b>PROCESSO</b>	<b>IMÓVEL</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>ÁREA (REGISTRADA)</b>
54190.005.452/2013-40	FAZ MARGARIDA	SUZANÁPOLIS	534,9800
<b>TOTAL</b>			<b>534,9800</b>

Conforme se verifica, as vistorias ambientais foram fator determinante para surgimento das distorções nos resultados em relação às metas traçadas. Entretanto, como explicitado anteriormente, esta distorção foi resultado de demandas inesperadas, se tratam de demandas externas, o que torna impossível sua programação. Sendo assim, se faz necessário um levantamento minucioso a respeito das causas que motivaram essas vistorias, e sendo possível, mitigá-las tornando mais previsíveis as ações desta Autarquia.

### **Ação 211A – PO Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária**

No ano de 2013 foram homologadas 941 famílias, conforme “ PLANILHA 2 “. A partir de maio de 2013 os processos de Seleção de famílias para áreas emitidas na posse da Superintendência Regional de São Paulo foram realizados pela Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos, ficando a cargo desta divisão.

Até o término de 2013 foram instaladas as Mesas de Seleção e selecionado o número de famílias conforme a tabela abaixo, “ PLANILHA 1 “ :

#### **PLANILHA 1**

Fazenda (PA Criado)	Município	Capacidade do PA	Nº de famílias selecionadas
São Vicente (União)	Guarani D'Oeste	79	57

Bom Jesus (Bom Jesus)	Indiaporã	66	65
São Jorge (Augusto Boal)	José Bonifácio	18	18
Ranchão (Ranchão)	Pontalinda	30	25
Santo Antonio I e II (Santo Antonio)	Dracena	38	37
Portal do Paraíso e Recreio Gleba 3 (Luiz Beltrame)	Gália/Ubirajara	78	68
Moinho (Moinho)	Guaraçaí	35	22
TOTAL		344	292

Tais Mesas de Seleção foram compostas por um representante da Prefeitura e um representante da presidência da Câmara do município que abrigará o novo Projeto de Assentamento, além de um representante do movimento social que organiza os reivindicantes da área. Coube a este servidor representar o INCRA e coordenar os trabalhos das reuniões realizadas.

Tendo como base para o trabalho as listas de candidatos fornecidas pelo SIPRA - PLANILHA 2, é importante salientar que a participação das prefeituras e das Câmaras Municipais foi fundamental para o fornecimento de informações que balizaram os trabalhos de seleção de famílias e para a eliminação de famílias que não se enquadram nos critérios estabelecidos pela NE 45, que rege o processo de seleção. Foram realizadas, em média, 3 reuniões com tais representantes em cada um dos municípios nos quais foram criados Pas.

Outra etapa do trabalho da seleção de famílias, além dessas reuniões realizadas nos municípios, é a análise de documentação apresentada pelos candidatos, que possibilitam complementar o trabalho das Mesas de Seleção e verificar se os candidatos estão aptos legalmente a serem beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Ressalte-se que, como demonstra a “ PLANILHA 1 “ , algumas Mesas de Seleção ainda não terminaram seus trabalhos, tendo ainda que selecionar mais famílias para o preenchimento integral da capacidade dos Pas.

## PLANILHA 2



Sistema:  
SIPRA  
Fonte: SDM  
Usuário:  
Relatório:  
Rel\_0229  
Data:  
31/03/2014

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA**  
**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**  
DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT  
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA

### Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária

Famílias Assentadas de : 01/01/2013 Até 31/12/2013

Código do Projeto			Ano de Criação	Capacidade	Número de Famílias por Trimestre				
Projeto	Município				I	II	III	IV	Total
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SR (08)			UF: SP						
SP0005000	PA AROEIRA	GUARACAI	1987	40	1	-	-	-	1
SP0010000	PA SÃO JOSÉ I - GLEBA I	BIRIGUI	1988	46	-	-	1	-	1
SP0010100	PA SÃO JOSÉ I - GLEBA II	BREJO ALEGRE	2008	2	-	-	1	-	1
SP0011000	PA FAZENDA REUNIDAS	PROMISSAO	1988	631	-	8	22	9	39
SP0014000	PA AGUA SUMIDA	TEODORO SAMPAIO	1988	121	-	-	-	4	4
SP0015000	PA BELA VISTA DO CHIBARRO	ARARAQUARA	1990	210	-	-	7	-	7
SP0018000	PA TREMEMBÉ	TREMEMBE	1995	101	-	-	-	1	1
SP0020000	PA IPANEMA	IPERO	1995	151	-	-	1	-	1
SP0021000	PA NOVA CONQUISTA	RANCHARIA	1997	104	-	-	-	3	3
SP0025000	PE SANTA MARIA	PRESIDENTE VENCESLAU	1999	85	-	-	2	2	4

SP0026000	PE PRIMAVERA 1	PRESIDENTE VENCESLAU	1999	82	-	1	-	2	3
SP0027000	PE TUPANCIRETÃ	PRESIDENTE VENCESLAU	1997	78	-	-	1	2	3
SP0028000	PE RADAR	PRESIDENTE VENCESLAU	1997	29	-	-	-	1	1
SP0029000	PE PRIMAVERA II	PRESIDENTE VENCESLAU	1999	43	-	-	1	-	1
SP0032000	PE SANTO ANTONIO DA LAGOA	PIQUEROBI	1997	29	-	-	1	-	1
SP0033000	PE FLOR ROXA	MIRANTE DO PARANAPANEMA	1997	39	-	-	-	1	1
SP0034000	PE HAROLDINA	MIRANTE DO PARANAPANEMA	1997	71	-	-	1	1	2
SP0035000	PE SANTA CARMEM	MIRANTE DO PARANAPANEMA	1997	37	-	-	-	1	1
SP0036000	PE ARCO ÍRIS	MIRANTE DO PARANAPANEMA	1997	105	-	-	3	-	3
SP0038000	PE CANAÃ	MIRANTE DO PARANAPANEMA	1997	56	-	-	1	-	1
SP0039000	PE KING MEAT	MIRANTE DO PARANAPANEMA	1997	46	-	-	2	-	2
SP0040000	PE SANTANA	MIRANTE DO PARANAPANEMA	1999	29	-	-	-	1	1
SP0041000	PE SANTA APOLONIA	MIRANTE DO PARANAPANEMA	1997	104	-	1	1	5	7
SP0042000	PE SANTA ROSA I	MIRANTE DO PARANAPANEMA	1997	24	-	-	1	-	1
SP0044000	PE NOVO HORIZONTE	MIRANTE DO PARANAPANEMA	1997	57	-	-	1	3	4
SP0045000	PE SANTA IZABEL	MIRANTE DO PARANAPANEMA	1999	70	-	1	-	2	3
SP0046000	PE SANTA CRISTINA	MIRANTE DO PARANAPANEMA	1997	36	-	-	1	1	2

Page 1 of 7



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA**  
**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**  
DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT  
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA

Sistema:  
SIPRA  
Fonte: SDM  
Usuário:  
Relatório:  
Rel\_0229  
Data:  
31/03/2014

**Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária**

Famílias Assentadas de : 01/01/2013 Até 31/12/2013

<b>Código do Projeto</b>	<b>Projeto</b>	<b>Município</b>	<b>Ano de Criação</b>	<b>Capacidade</b>	<b>Número de Famílias por Trimestre</b>				
					<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>	<b>Total</b>
<b>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SR (08)</b>			<b>UF: SP</b>						
SP0047000	PE VALE DOS SONHOS	MIRANTE DO PARANAPANEMA	1997	23	-	-	1	-	1
SP0048000	PE SANTA LÚCIA	MIRANTE DO PARANAPANEMA	1997	24	-	-	1	1	2
SP0049000	PE NOVA PONTAL	ROSANA	1999	122	-	2	1	3	6
SP0050000	PE ÁGUA LIMPA I	PRESIDENTE BERNARDES	1997	31	-	-	1	-	1
SP0051000	PE ESTÂNCIA PALU	PRESIDENTE BERNARDES	1997	44	-	1	2	-	3
SP0052000	PE RODEIO	PRESIDENTE BERNARDES	1997	65	-	1	3	1	5
SP0053000	PE BOM PASTOR	SANDOVALINA	1997	130	-	1	-	1	2
SP0054000	PE ALVORADA	MIRANTE DO PARANAPANEMA	1997	21	-	-	-	1	1
SP0057000	PE SANTO ANTONIO I	MIRANTE DO PARANAPANEMA	1997	21	-	-	1	1	2
SP0058000	PE NOSSA SENHORA APARECIDA	MIRANTE DO PARANAPANEMA	1997	9	-	-	1	-	1
SP0061000	PA LAGOINHA	PRESIDENTE EPITACIO	1998	153	-	1	-	-	1
SP0062000	PE PORTO LETÍCIA	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	1998	36	-	-	1	-	1
SP0063000	PE MATURI	CAIUA	1998	172	-	3	1	1	5
SP0064000	PE SANTA RITA	TUPI PAULISTA	1998	31	-	-	-	1	1
SP0065000	PE CHE GUEVARA	MIRANTE DO PARANAPANEMA	1998	46	-	1	-	-	1
SP0066000	PE SÃO BENTO	MIRANTE DO PARANAPANEMA	1998	182	-	-	5	1	6
SP0071000	PE HAIDÉIA	TEODORO SAMPAIO	1998	24	-	-	1	-	1
SP0072000	PE VALE VERDE	TEODORO SAMPAIO	1998	50	-	-	1	-	1
SP0073000	PE SANTA RITA DA SERRA	TEODORO SAMPAIO	1997	40	-	-	-	2	2
SP0075000	PA ZUMBI DOS PALMARES	IARAS	1998	432	3	1	-	-	4
SP0076000	PE CACHOEIRO DO ESTREITO	TEODORO SAMPAIO	1998	30	-	-	-	2	2

SP0077000	PE FLORESTAN FERNANDES	PRESIDENTE BERNARDES	1998	55	-	-	1	1	2
SP0078000	PE SANTO ANTONIO II	PRESIDENTE BERNARDES	1998	24	-	-	2	-	2
SP0079000	PE LAUDENOR DE SOUZA	TEODORO SAMPAIO	1998	67	-	-	-	1	1
SP0080000	PE SÃO JOSÉ DA LAGOA	PIQUEROBI	1998	29	-	-	1	-	1
SP0081000	PE SANTA RITA	PIQUEROBI	1998	26	-	2	1	1	4
SP0082000	PA ANTONIO CONSELHEIRO	GUARANTA	1998	151	2	2	2	-	6



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA**  
**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**  
 DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT  
 COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA

Page 2 of 7

Sistema:  
SIPRA  
Fonte: SDM  
Usuário:  
Relatório:  
Rel\_0229  
Data:  
31/03/2014

### ***Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária***

Famílias Assentadas de : 01/01/2013 Até 31/12/2013

<b><i>Código do Projeto</i></b>	<b><i>Projeto</i></b>	<b><i>Município</i></b>	<b><i>Ano de Criação</i></b>	<b><i>Capacidade</i></b>	<b><i>Número de Famílias por Trimestre</i></b>				
					<b><i>I</i></b>	<b><i>II</i></b>	<b><i>III</i></b>	<b><i>IV</i></b>	<b><i>Total</i></b>
<b>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SR (08)</b>			UF:	<b>SP</b>					
SP0083000	PA PORTO VELHO	PRESIDENTE EPITACIO	1998	87	-	-	1	3	4
SP0084000	PA ENGENHO	CAIUA	1998	29	1	-	1	2	4
SP0089000	PA PAULO FREIRE	MIRANTE DO PARANAPANEMA	1998	62	-	-	1	-	1
SP0090000	PA SÃO PEDRO	RANCHARIA	1999	74	-	-	-	2	2
SP0092000	PA PALMARES	PRESIDENTE ALVES	1999	31	-	2	-	3	5
SP0094000	PA NOVA ESPERANÇA	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	1999	98	-	-	-	1	1

SP0095000	PE RANCHO ALTO	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	1999	52	-	1	1	-	2
SP0096000	PE BONANZA	ROSANA	1999	33	-	-	-	1	1
SP0098000	PE ÁGUA BRANCA I	TEODORO SAMPAIO	1999	29	-	-	-	2	2
SP0101000	PE ALCÍDIA DA GATA	TEODORO SAMPAIO	1999	19	-	1	-	-	1
SP0102000	PE CAMAQUA	IPEUNA	2000	47	-	1	-	1	2
SP0103000	PE REAGE BRASIL	BEBEDOURO	2000	84	-	-	1	-	1
SP0105000	PE SANTA TEREZINHA DA ALCÍDIA	TEODORO SAMPAIO	1999	26	-	-	1	-	1
SP0106000	PE SANTA ROSA	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	1999	65	-	-	2	2	4
SP0107000	PE SANTA ROSA II	MIRANTE DO PARANAPANEMA	1999	27	-	-	1	-	1
SP0108000	PE BELA VISTA	IPERO	1999	31	1	-	-	3	4
SP0109000	PE VERGEL	MOJI-MIRIM	1999	89	-	-	1	-	1
SP0110000	PE BOA SORTE	RESTINGA	1999	159	-	-	6	5	11
SP0111000	PE CORDEIROPOLIS	CORDEIROPOLIS	1999	21	-	-	1	-	1
SP0113000	PE SUMARÉ II	SUMARE	1999	39	-	-	-	1	1
SP0116000	PE ARARAS III	ARARAS	1999	46	-	-	-	2	2
SP0118000	PE PIRITUBA II ÁREA 1	ITAPEVA	1999	107	-	-	1	1	2
SP0119000	PE PIRITUBA II ÁREA 2	ITAPEVA	1999	56	-	2	1	-	3
SP0120000	PE PIRITUBA II ÁREA 3	ITABERA	1999	73	-	-	1	1	2
SP0121000	PE PIRITUBA II ÁREA 4	ITAPEVA	1999	51	-	-	1	-	1
SP0123000	PE PIRITUBA II ÁREA 6	ITABERA	1999	52	-	-	1	2	3
SP0124000	PE HORTO SILVANIA	MATAO	2000	19	-	-	1	-	1



**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**  
**DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA**

**Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária**

Famílias Assentadas de : 01/01/2013 Até 31/12/2013

Código do Projeto	Projeto	Município	Ano de Criação	Capacidade	Número de Famílias por Trimestre				
					I	II	III	IV	Total
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SR (08)			UF:	SP					
SP0127000	PE MONTE ALEGRE II	MOTUCA	1999	62	-	-	-	1	1
SP0131000	PE MONTE ALEGRE VI	ARARAQUARA	1999	96	-	-	1	3	4
SP0132000	PE GLEBA XV	ROSANA	1999	572	-	6	7	4	17
SP0135000	PE SANTA RITA DO PONTAL	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	1999	49	-	-	2	-	2
SP0137000	PE CASA BRANCA	CASA BRANCA	1999	24	-	-	1	-	1
SP0139000	PE SANTO ANTONIO	MARABA PAULISTA	1999	74	-	2	2	-	4
SP0140000	PE SANTA RITA	CAIUA	1999	21	-	-	2	-	2
SP0141000	PA GUARANY	PRADOPOLIS	2000	321	-	-	1	-	1
SP0142000	PE SANTO ANTONIO	MIRANTE DO PARANAPANEMA	2005	24	-	-	-	1	1
SP0145000	PE BUENO DE ANDRADE	ARARAQUARA	1999	31	-	-	-	1	1
SP0147000	PA SÃO FRANCISCO II	PRESIDENTE ALVES	2001	28	-	1	-	-	1
SP0148000	PA PIRAJUI	PIRAJUI	2001	7	-	-	1	1	2
SP0150000	PE SANTA TEREZINHA DA ÁGUA SUMIDA	TEODORO SAMPAIO	2001	50	-	-	2	-	2
SP0151000	PE SANTA CRUZ DA ALCÍDIA	TEODORO SAMPAIO	2001	28	-	-	-	4	4
SP0155000	PE GUARANY	SANDOVALINA	2001	68	-	1	-	-	1
SP0175000	PA FAZENDA SÃO SEBASTIÃO	ANDRADINA	2002	75	1	-	-	-	1
SP0199000	PA FAZENDA REGÊNCIA	PAULICEIA	2002	33	-	-	1	-	1
SP0200000	PA LUIS MORAES NETO	CAIUA	2002	105	-	-	1	4	5
SP0207000	PE GUANA MIRIM	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	2003	35	-	-	2	-	2

SP0213000	PE PADRE JOSIMO	TEODORO SAMPAIO	2003	97	-	2	2	-	4
SP0214000	PE SANTA EDWIRGES	TEODORO SAMPAIO	2003	25	-	-	-	2	2
SP0216000	PE ROSELI NUNES	MIRANTE DO PARANAPANEMA	2004	55	-	-	-	1	1
SP0219000	PE SÃO ROQUE	FRANCO DA ROCHA	2004	66	-	-	-	2	2
SP0221000	PA DANDARA	PROMISSAO	2004	203	1	1	1	-	3
SP0222000	PE SÃO PAULO	PRESIDENTE EPITACIO	2004	76	-	-	1	2	3
SP0223000	PE SANTO ANTONIO DA PRATA	MARABA PAULISTA	2004	34	-	1	1	2	4
SP0227000	PA NOVA VILA	GUARACAI	2005	57	-	1	-	-	1



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA**  
**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**  
DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT  
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA

**Page 4 of 7**

Sistema:  
SIPRA  
Fonte: SDM  
Usuário:  
Relatório:  
Rel\_0229  
Data:  
31/03/2014

### ***Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária***

Famílias Assentadas de : 01/01/2013 Até 31/12/2013

Código do Projeto			Ano de Criação	Número de Famílias por Trimestre					
Projeto		Município	Capacidade	I	II	III	IV	Total	
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SR (08)			UF: SP						
SP0228000	PA ESTRELA DA ILHA	ILHA SOLTEIRA	2005	210	-	-	1	2	3
SP0229000	PA ROSELY NUNES	ITAPURA	2005	85	-	-	-	1	1
SP0231000	PE NOVA VIDA	IARAS	2005	19	-	-	-	1	1
SP0233000	PDS ASSENTAMENTO AGROAMBIENTAL ALVES, TEIXEIRA E PEREIRA	ELDORADO	2005	72	-	-	1	-	1

SP0236000	PE SÃO PEDRO	MARABA PAULISTA	2005	8	-	-	-	1	1
SP0252000	PE SANTO EXPEDITO	TEODORO SAMPAIO	2006	37	-	-	-	1	1
SP0264000	PDS PROFESSOR LUIZ DE DAVID MACEDO	APIAI	2006	87	-	-	15	4	19
SP0271000	PDS DA BARRA	RIBEIRAO PRETO	2007	468	-	-	3	-	3
SP0286000	PA SIMON BOLIVAR	GETULINA	2007	49	1	-	-	-	1
SP0292000	PA CHICO MENDES	ARACATUBA	2008	267	-	1	-	-	1
SP0297000	PA DONA CARMEM	MIRANTE DO PARANAPANEMA	2008	185	-	-	43	1	44
SP0298000	PA PENDENGO	CASTILHO	2009	201	-	-	-	2	2
SP0322000	PA SANTA LUZIA	GUARACAI	2009	70	1	-	-	-	1
SP0328000	PE NOSSA TERRA	BATATAIS	2008	30	-	-	-	1	1
SP0330000	PE ASA BRANCA	MIRANTE DO PARANAPANEMA	2008	21	-	1	-	-	1
SP0331000	PA ZUMBI DOS PALMARES	ITAPURA	2008	80	-	-	1	-	1
SP0333000	PE SÃO CAMILO	PRESIDENTE VENCESLAU	2009	25	-	-	-	1	1
SP0338000	PA ORLANDIA	ORLANDIA	2009	14	12	-	-	1	13
SP0340000	PA FREI PEDRO	PEREIRA BARRETO	2010	67	-	19	-	-	19
SP0363000	PA CASULO CIO DA TERRA	CAMPINAS	2011	23	-	2	-	-	2
SP0366000	PE MARIO COVAS	SAO SIMAO	2012	130	-	-	3	9	12
SP0367000	PE SALTINHO	ARARAS	2012	5	-	-	1	1	2
SP0368000	PE TREZE DE MAIO	ITABERA	2012	21	-	-	5	-	5
SP0369000	PA FLORESTAN FERNANDES	MIRANDOPOLIS	2013	210	-	161	-	49	210
SP0370000	PA FAZENDA BOM JESUS I	OUROESTE	2013	66	-	-	-	65	65
SP0371000	PA RANCHAO	PONTALINDA	2013	37	-	-	-	26	26
SP0372000	PA AUGUSTO BOAL	JOSE BONIFACIO	2013	18	-	-	-	18	18



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA**  
**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**  
 DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT  
 COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA

**Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária**

Famílias Assentadas de : 01/01/2013 Até 31/12/2013

<b>Código do Projeto</b>	<b>Projeto</b>	<b>Município</b>	<b>Ano de Criação</b>	<b>Capacidade</b>	<b>Número de Famílias por Trimestre</b>				
					<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>	<b>Total</b>
<b>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SR (08)</b>			UF: <b>SP</b>						
SP0373000	PA MOINHO	GUARACAI	2013	35	-	-	-	22	22
SP0374000	PA LUIZ BELTRAME	GALIA	2013	78	-	-	-	68	68
SP0375000	PA MACUCO	TAUBATE	2013	26	-	-	-	15	15
SP0376000	PA UNIAO	GUARANI D'OESTE	2013	74	-	-	-	57	57
SP0378000	PA SANTO ANTONIO	DRACENA	2013	38	-	-	-	23	23
<b>Total da Superintendência :</b>				<b>140 Projetos</b>	<b>11.042</b>	<b>24</b>	<b>232</b>	<b>199</b>	<b>486</b>
								<b>941</b>	



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA**  
**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**  
 DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT  
 COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA

**Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária**

Famílias Assentadas de : 01/01/2013 Até 31/12/2013

Código do Projeto	Projeto	Município	Ano de Criação	Capacidade	Número de Famílias por Trimestre				
					I	II	III	IV	Total
		Total Geral : 140	Projetos	11.042	24	232	199	486	941

### **Ação 211B - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária**

Como parte do processo de desapropriação, a Lei 8.629/93 determina que o INCRA, antes de ajuizar a ação de desapropriação, faça o depósito inicial do valor a ser pago pelo imóvel a título de indenização. A terra nua é paga em Títulos da Dívida Agrária – TDA, já as benfeitorias úteis e necessárias são pagas em moeda corrente.

Embora a Superintendência não tenha projetado para o exercício de 2013 uma meta para esta demanda, houve a descentralização de recursos para a indenização de 04 (quatro) imóveis. São 3.482,17 hectares a um custo total de R\$ 62.662.211,94 reais, uma média de R\$ 17.995,18 por hectare que beneficiarão 484 famílias aproximadamente.

PROCESSO	IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA REGISTRADA - ha	AREA MEDIDA - ha	TDA indenização terra nua - de	Indenização de benfeitorias (\$)	Sobras de TDAs pagas em espécie
54190.000.611/2002-67	FAZ SÃO PEDRO	NOVA INDEPENDÊNCIA	592,92	585,28	7.051.112,40	884.158,54	732,37
54190.001.106/1998-65	FAZ. COLOMBIA	COLOMBIA	1.939,76	1.939,76	40.819.280,60	3.823.157,10	75,96
54190.004.756/2006-61	FAZ TROPICAL	PAULISTÂNEA	435,60	487,98	4.705.179,10	413.131,04	77,84
54190.003.414/2006-23	FAZ. MARACYII/ FENIX	AGUDOS	460,62	469,14	4.734.302,09	231.004,90	-
<b>3.482,17</b>					57.309.874,19	5.351.451,58	886,17
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 62.662.211,94</b>	

Para efeitos de controle de metas, nesta ação contabiliza-se apenas os valores gastos com indenização de benfeitorias, tendo em vista serem os valores que são pagos imediatamente.

Em 2013 foram descentralizados para esta ação um total R\$ 5.352.337,75, conforme o quadro acima, sendo o resultado da indenização de benfeitorias propriamente dita e as sobras de TDAs que são pagas em moeda corrente também.

O valor informado no Quadro 5 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária, valor este de R\$ 6.190.642,78, está equivocado.

Do valor informado, apenas R\$ 644.213,78 foram utilizados para pagamento de indenização inicial nas aquisições de imóveis rurais para reforma agrária, referente a processos administrativos de competência desta Autarquia. O restante do valor, ou seja, os R\$ 5.546.000,00, fora empenhado em favor da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP.

PROCESSO	IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA REGISTRADA - há	ÁREA MEDIDA - há	TDA indenização terra nua - de	Indenização de benfeitorias (\$)	Sobras de TDAs pagas em espécie
54190.004.756/2006-61	FAZ TROPICAL	PAULISTÂNEA	435,60	487,98	4.705.179,10	413.131,04	77,84
54190.003.414/2006-23	FAZ. MARACY II/ FENIX	AGUDOS	460,62	469,14	4.734.302,09	231.004,90	-
SUB TOTAL						644.135,94	77,84

**TOTAL R\$ 644.213,78**

Nota de Empenho - NE

Data / Hora: 26/02/2014 - 11:08

Gestão		Exercício	Empenho	PI	Valor	Tp Favorecido	Nome Favorecido
373066	37201	2013	800791	T211B000250	R\$ 5.546.000,00	PJ	FUNDACAO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SAO PAULO JOS
TOTAL					R\$ 5.546.000,00		

**TOTAL - R\$ 6.190.642,78**

**Ação 211B - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária**

Em 2013 não houve indenizações complementares nos processos de desapropriação. Embora exista registro nessa ação, esses valores foram empregados para pagamento de indenização inicial nas aquisições de imóveis rurais para reforma agrária, conforme quadro abaixo.

PROCESSO	IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA REGISTRADA - há	ÁREA MEDIDA - há	TDA - indenização de terra nua	Indenização de benfeitorias (\$)	Sobras de TDAs pagas em espécie
54190.000.611/2002-67	FAZ SÃO PEDRO	NOVA INDEPENDÊNCIA	592,92	585,28	7.051.112,40	884.158,54	732,37
54190.001.106/1998-65	FAZ. COLOMBIA	COLOMBIA	1.939,76	1.939,76	40.819.280,60	3.823.157,10	75,96
SUB TOTAL						4.707.315,64	808,33

**TOTAL R\$ 4.708.123,97**

## **Ação 211A – PO Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária**

Os valores referentes ao PO – Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária referem-se à aquisição de notebooks para utilização em trabalhos de campo, fora da sede da Superintendência Regional do INCRA do Estado de São Paulo, pelos servidores da Divisão de Obtenção de Terras. Temos a esclarecer que a meta para o ano de 2013 era o atendimento de 0,0 (zero) Projetos de Assentamento de Reforma Agrária e que o Setor de Meio Ambiente, que também é responsável pela ação de licenciamento ambiental, priorizou o atendimento das demandas do Ministério Público Estadual e Federal assim como a atividade de licenciamento ambiental dos assentamentos. Isso porque esse setor carece de recursos humanos capacitados e disponíveis para atender minimamente e de forma digna as famílias assentadas nos seus anseios em relação a essa ação. Ademais, a escassez de recursos orçamentários para atender os elevados custos que a atividade de recuperação dos passivos ambientais demanda dificulta, sobremaneira, a articulação, o planejamento, a execução e o acompanhamento das ações necessárias para implementação dessa ação de forma satisfatória.

Relatamos o andamento de iniciativas na ação de gestão ambiental que não demandaram recursos orçamentários para esta Autarquia. Dentre elas destacamos a cessão para esta Superintendência Regional do INCRA do Estado de São Paulo das ortofotos e do modelo digital de superfície do ano de 2010/2011 gerados para todo o território estadual por meio do Projeto de Atualização Cartográfica (Mapeia São Paulo) pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A – EMPLASA.

Outra parceria em andamento refere-se à parceria com a OSCIP Iniciativa Verde que vem atuando em 03 Projetos de Assentamento de Reforma Agrária (Ipanema em Iperó/SP, Comunidade Agrária Nova São Carlos em São Carlos/SP e 23 de Maio em Itapetininga/SP) utilizando-se de parte dos recursos do projeto “Plantando Águas”, desenvolvida por essa entidade com patrocínio da Petrobras Ambiental. São objetivos específicos do projeto o desenvolvimento da adequação ambiental (inscrição no CAR, recuperação de áreas de preservação permanente, implantação de sistemas agroflorestais demonstrativos), a promoção do saneamento ambiental rural (implantação de sistemas de saneamento) e o desenvolvimento do monitoramento participativo e a educação ambiental (capacitações, intercâmbio de experiências e monitoramento da água e ecokits).

No ano de 2013 foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica com a Associação Ambientalista de Marília – ORIGEM visando à implantação do projeto denominado “Recuperação de Ecossistemas com Manejo Agrosustentável no Projeto de Assentamento Pasto do Planalto, em Guarantã/SP”, com recursos oriundos do Instituto HSBC Solidariedade. O projeto prevê a recuperação de 10,00 ha de áreas de preservação permanente com vegetação nativa, a implantação de 12,00 ha de reserva legal com sistemas agroflorestais e a implantação de plano de manejo do sistema agroflorestal.

Outra iniciativa em andamento desde o ano de 2013 refere-se ao projeto intitulado “Renascer das Águas do Aquífero Guarani – Agrofloresta: Vida, Alimento, Gente e Natureza Voltando para a Agricultura de Ribeirão Preto e Região” elaborado pelo Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Helder Câmara” em parceria com a Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis – COOPERA FLORESTA foi classificado no primeiro processo de seleção do PDRS – Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado, iniciativa coordenada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SAA em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente – SMA e financiado pelo Banco Mundial e pelo Governo do Estado de São Paulo. O projeto prevê o aprimoramento e a ampliação da prática agroflorestal junto a 90 famílias agricultoras do Assentamento Mario Lago, no Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS da Barra, localizado em Ribeirão Preto/SP. As atividades previstas objetivam a implantação de 20 hectares de Sistemas Agroflorestais – SAFs e o enriquecimento de 40 hectares já implantados, áreas essas a serem instituídas como reserva legal do assentamento. Ademais, está prevista a construção de viveiro de espera para mudas e a reforma da sede do assentamento para vir

a ser utilizado como central de recolhimento e distribuição dos produtos oriundos dos SAFs implantados, dentre outras atividades.

O projeto apresentado pela Associação Cultural e Ecológica Pau-Brasil denominado “SAFeirão Legal Agroecológico - produção e comercialização justa e ambientalmente correta na agricultura familiar” foi selecionado pelo mesmo processo de seleção do PDRS e prevê unir dois fragmentos florestais por meio da recuperação de 10,5 hectares de reserva legal utilizando Sistemas Agroflorestais; oferecer condições de infraestrutura e organizacionais para a Cooperativa Agroecológica Mãos da Terra visando à implantação de uma agroindústria de processamento mínimo de alimentos; e criar paradigmas de produção e consumo, preferencialmente por meio de feiras livres, comércio itinerante e vendas de cestas de alimentos pela internet.

No final do ano de 2013, realizamos com a Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais – CBRN da Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SMA, eventos de divulgação junto às prestadoras de assistência técnica nos projetos de assentamento do INCRA/SP do segundo processo de seleção do PDRS – Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II para apoio financeiro a agricultores familiares visando à implantação de Sistemas Agroflorestais. No início deste ano de 2014, relatamos que foram selecionados na primeira fase de pré-propostas (elegibilidade e seleção), 08 organizações que atuarão em diversos Projetos de Assentamento desta SR(08)/SP.

Ainda no final do ano de 2013, relatamos a participação da equipe do Setor de Meio Ambiente no Mutirão Agroflorestal organizado pela Rede Agroflorestal do Vale do Paraíba do Sul na implantação de 3.000m<sup>2</sup> de Sistema Agroflorestal em área produtiva de lote do Projeto de Assentamento Olga Benário em Tremembé/SP e no enriquecimento e implantação de áreas demonstrativas de Sistemas Agroflorestais na Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios APTA – Polo Regional do Vale do Paraíba com o objetivo de capacitar agricultores familiares, profissionais de assistência técnica, ensino e pesquisa para instalação e manejo de sistemas agroflorestais adotando metodologia participativa.

## **Ação 211A – PO Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária**

Execução física e orçamentária do PO – Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária

Os recursos da PO-Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária foram utilizados para a aquisição de imagem aerofotogramétrica visando a demarcação de Reserva Legal para atendimento ao Ministério Público – Promotoria de Meio Ambiente em Ribeirão Pires, referente ao licenciamento ambiental do PA Hugo Mazzilli, localizado no município de Caconde.

Esclarecemos, ainda, a despeito da Resolução CONAMA nº 458/2013, que estabelece que apenas atividades agrossilvipastoris e empreendimentos de infraestrutura em assentamentos necessitam de licença ambiental, no Estado de São Paulo o órgão ambiental estadual (CETESB) manteve a exigência das Licenças Prévia, de Instalação e de Operação para os assentamentos, entendendo que apenas a Resolução CONAMA 387/2006 foi revogada, mas que permanecem as determinações da Resolução CONAMA nº 237/97, que sujeita os projetos de assentamento e de colonização ao licenciamento ambiental, de acordo com o seu Anexo 1, que manteve-se sem alterações. Diante de tal situação, ao contrário do que tem acontecido na grande maioria dos outros estados, para as ações de licenciamento ambiental dos projetos de assentamento do Estado de São Paulo permanecem as dificuldades do reduzido número de servidores diante da grande demanda, aumentando constantemente as solicitações de esclarecimentos por parte do Ministério Público, sendo que vários casos já resultaram em ações civis públicas.

Outro fator que em alguns casos tem dificultado o licenciamento ambiental dos assentamentos em São Paulo é a necessidade de se apresentar quatro certidões municipais na fase de Licença Prévia e mais duas certidões na fase de Licença de Instalação, de acordo com exigências do órgão ambiental. Algumas prefeituras demoram demasiadamente para atender as solicitações do INCRA e outras até mesmo criam impedimentos para a instalação ou regularização dos projetos de assentamentos nos municípios, emitindo manifestações contrárias ou recusando-se a fornecer as certidões, barrando, dessa forma, o processo de licenciamento ambiental junto à CETESB.

Outro documento exigido pela CETESB que o INCRA tem tido grande dificuldade para apresentar é o estudo arqueológico, que deve ser realizado por profissional capacitado (arqueólogo), de acordo com a legislação de patrimônio arqueológico vigente. Tais profissionais são escassos nas empresas de consultoria e no mercado de trabalho, de forma geral.

Quanto à análise dos documentos apresentados pelo INCRA à CETESB, ao contrário do que acontecia quando as licenças eram emitidas por um único departamento, que centralizava as análises, atualmente os projetos de assentamento são analisados nas respectivas agências regionais, de acordo com o município onde o projeto fica localizado. Dessa forma, há uma certa falta de padronização, havendo algumas exigências adicionais, dependendo da agência que analisa o processo.

Ressaltamos, ainda, quanto à aplicação da Resolução CONAMA 458/13, que a manutenção da necessidade de licenciamento ambiental dos projetos de assentamento em São Paulo, impede que o INCRA ou as famílias assentadas possam obter licenças para obras específicas de infraestrutura ou empreendimentos individuais que necessitem de licenciamento junto ao órgão ambiental. Ao analisar esse tipo de solicitação, o órgão ambiental informa que primeiramente o assentamento deverá obter não só a Licença Prévia, mas também a Licença de Instalação e a de Operação.

É importante também ressaltar que, enquanto o Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR – não é implantado pelo Ministério do Meio Ambiente, esta SR continua tendo que solicitar a averbação das Reservas Legais de acordo com os procedimentos exigidos pelo órgão ambiental e visando as averbações nos Cartório de Registro de Imóveis, o que leva muito tempo e demanda o atendimento de eventuais notas de devolução dos cartórios e requisições de informações complementares do órgão ambiental. Agravando essa situação, a base de dados cartográficos desta SR-08/SP foi organizada, em sua totalidade, em estrutura CAD (extensão “dwg”) e a migração para

outras plataformas livres têm gerado morosidade nos serviços necessários e mesmo desconfigurado dados até então existentes, dificultando sobremaneira os trabalhos a serem executados.

A despeito das dificuldades citadas, a meta da SR 08 foi ultrapassada devido à utilização dos serviços prestados através do Contrato de ATER, cuja equipe tem elaborado os Memoriais de Caracterização de Empreendimento – MCE – exigidos pela CETESB. Outro fator que tem contribuído para a obtenção das licenças é o estreitamento do diálogo entre os servidores do setor de meio ambiente do INCRA-SP e a diretoria da CETESB, através de reuniões e contatos para esclarecimento de dúvidas relacionadas às particularidades de cada assentamento. Diante do desafio de se obter Licenças Prévias, de Instalação e de Operação para todos os 127 projetos de assentamento e projetos de desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo criados sob jurisdição federal até o ano de 2013, entretanto, a estrutura e o quadro funcional dos quais dispomos atualmente revelam-se insuficientes para o atendimento das necessidades das famílias assentadas de forma minimamente digna e igualitária.

*Quadro 6 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar\**

<b>Ação</b>	<b>Plano Orçamentário</b>	<b>Meta Física (Produto/Unidade)</b>	<b>Execução física** (RAP)</b>	<b>RAP Inscritos</b>	<b>RAP Cancelados</b>	<b>Rap Pagos</b>	<b>Rap a Pagar</b>
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	0	R\$ 5.197,90	R\$ 5.007,57	R\$ 190,33	R\$ 0
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	0	R\$ 4536,50	R\$ 3363,50	R\$ 0	R\$ 1.173,00
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	R\$ 1.084.350,81	R\$ 1.084.350,81	R\$ 0	R\$ 0
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	R\$ 474.357,84	R\$ 0	R\$ 474.357,84	R\$ 0
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	8	R\$ 3.633.829,11	R\$ 0	R\$ 3.169.166,28	R\$ 464.662,83
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	0	R\$ 13.187,73	R\$ 308,62	R\$ 0	R\$ 12.879,11

Fonte: SIR/Módulo de Monitoramento e SIAFI

\*Incluem RAP processado e não-processado.

\*\*A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

## **211A - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais**

Inexistiu meta física a ser executada para o exercício.

**Ação 211B – PO Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária**

Inexistiu meta física a ser executada para o exercício.

No quadro 6, também há um equívoco quanto a informação da Emissão de TDAs. Em 2013 houve a descentralização e o pagamento de R\$ 474.357,84 que se destinou ao pagamento de indenização inicial, e não complementar conforme mencionado, para indenização das benfeitorias e sobras de TDAs referente ao imóvel denominado Fazenda Nossa Senhora Aparecida I e II, localizada no município de Aparecida D'Oeste.

PROCESSO	IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA REGISTRADA - há	ÁREA MEDIDA - há	TDAs indenização de terra nua	Indenização de benfeitorias (\$)	Sobras de TDAs pagas em espécie
54190.003.095/2007-37 (3028/08-01 APENSO)	FAZ NOSSA SENHORA APARECIDA I e II	APARECIDA D OESTE	614,63	611,74	R\$ 5.594.063,62	R\$ 74.184,22	R\$ 173,62
TOTAL							R\$ 474.357,84

## **Ação 211A – PO Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária**

O valor de R\$ 3.633.829,11 de RAP Inscritos refere-se a dois processos distintos. O primeiro, no valor de R\$ 85.000,00 diz respeito ao processo de aquisição de mudas da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento por meio da dispensa de licitação de nº 58/2012 (processo administrativo/INCRA/SR-08/SP/nº 54190.003511/2012-64), para implantação de Sistemas Agroflorestais em Áreas de Preservação Permanente em Projetos de Assentamento Rurais no Estado de São Paulo sob jurisdição do INCRA/SP a fim de atender Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA), firmados com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB. No ano de 2013 foi pago o valor total de R\$ 84.998,70 correspondente a aquisição de 18.569 mudas para comporem os sistemas agroflorestais juntamente com as mudas de espécies nativas a serem doadas pela CESP – Companhia Energética do Estado de São Paulo.

O valor restante de R\$ 3.548.829,11 de RAP Inscritos refere-se ao Contrato CRT 051/2009 tendo como favorecido a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo – CODASP (Processo Administrativo/INCRA/SR-08/SP/nº 54190.006893/2009-82). No ano de 2013 foi pago o valor de R\$ 3.084.167,58 como parte do pagamento de Ordens de Serviço assinadas em 08/03/2013, sendo elas: PA Simon Bolívar em Getulina/SP para execução de topografia de locação e construção de terraços; PA Margarida Alves em Mirante do Paranapanema/SP para execução de topografia de locação e construção de terraços; PDS Luiz David de Macedo em Apiaí/SP para adequação do sistema viário com revestimento primário; PA Horto Aimorés Gleba II em Bauru/SP para pagamento de serviços para construção de estradas (acessos internos) com revestimento primário. Como RAP a Pagar restou o valor de R\$ 464.662,83 referente ao contrato CRT 051/2009 com a CODASP.

Relatamos ainda o pagamento no ano de 2013 do valor de R\$ 95.955,40 (valor de R\$ 95.984,00 empenhado no ano de 2009) para o pagamento de sementes e mudas fornecidas pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento adquiridas por meio da dispensa de licitação de nº 048/2009 (processo administrativo/INCRA/SR-08/SP/nº 54190.005531/2009-74) visando beneficiar Projetos de Assentamento de Reforma Agrária através do plantio de sementes variedade para formação de banco comunitário e recomposição de áreas de preservação permanente por meio de sistemas agroflorestais. No ano de 2013 teve início o plantio do material adquirido consorciado com as mudas de espécies nativas doadas pela CESP – Companhia Energética do Estado de São Paulo nos Projetos de Assentamento Celso Furtado e Pendengo, ambos localizados no município de Castilho/SP com a utilização da mão de obra dessas comunidades.

## **Ação 211A – PO Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária**

Inexistiu meta física a ser executada para o exercício.

### **3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)**

Existe no Estado de São Paulo, existe relação administrativa bastante próxima com o Serviço de Patrimônio da União - SPU, de maneira a permitir de maneira rápida busca dos imóveis rurais disponíveis, constantes do patrimônio da União. Transferências dos imóveis rurais de interesse tem sido realizadas ao longo dos últimos anos. Buscamos em 2013 a realização de convenio com a Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Presidente Prudente no sentido de poder levantar os imóveis transferidos ao SPU pela extinta Rede Ferroviária Federal. Inobstante os esforços dispendidos não foi possível ainda firmar a cooperação, sendo certo no entanto tratar-se de áreas de pequenas dimensões anteriormente destinadas a pátio de manobra e antigas estações.

A demanda de vistorias de fiscalização fundiária, para verificar o cumprimento da função social dos imóveis rurais é muito maior do que a capacidade operacional da Autarquia. Dessa maneira esforços são envidados no sentido de otimizar o trabalho de fiscalização, elegendo para vistorias imóveis que apresentem indícios de improdutividade. Buscando esse objetivo, nas regiões de interesse realizamos previamente a qualquer fiscalização, levantamentos em campo, sem adentrar aos imóveis, buscando constatar esses indícios.

No ano de 2013 os trabalhos da Divisão de Obtenção de terras concentraram-se muito mais em avaliações do que em vistorias de fiscalização. Isto como decorrência ainda da alteração dos normativos administrativos incidentes sobre processo já iniciados, que determinou que somente seriam encaminhados a decreto, imóveis já avaliados. Esta disposição administrativa, trouxe sérios percalços a obtenção de terras já que sem a existência dos decretos inexistia dispositivo legal que autorize unilateralmente nossa entrada no imóvel. Na maioria das situações, houve recusa do proprietário em admitir passivamente nossa entrada no imóvel.

Os valores atualmente definidos como custo máximo de assentamento por família ( R\$ 140.000,00) tem trazidos dificuldades adicionais a atividade visto o custo da terra rural neste Estado. Como exemplo citamos o município de Mirandópolis, onde Projeto de Assentamento criado na década de 80 destinava 18 hectares de área útil por parcela. Em 2012 premidos pelo limite de custo criamos Projeto com área de 10 hectares e em 2013 encaminhamos a decreto imóvel onde propomos como área útil da parcela 6 hectares.

### **3.2.3 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente**

O valor referente ao passivo ambiental existente nas áreas de reserva legal e de preservação permanente dos imóveis avaliados é subtraído do valor total do imóvel. No ano de 2013, registramos 04 imóveis, discriminados a seguir com o valor do passivo ambiental correspondente: 1) Fazenda Tropical em Paulistânia/SP - R\$ 27.680,81; 2) Fazenda Colômbia em Colômbia/SP – R\$ 615.134,47; 3) Fazenda São Pedro em Nova Independência/SP - R\$ 273.547,56 e 4) Fazenda Maracy II/Fenix em Agudos/SP – R\$ 105.814,57. Os valores destinados à recomposição desses

imóveis, totalizando o valor de R\$ 1.022.177,41, não foram repassados para esta Superintendência Regional do INCRA do Estado de São Paulo.

### **3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados**

Nesta Superintendência, assim como no Banco de Dados - SIPRA estão facilmente disponíveis os dados necessários a correta identificação dos imóveis onde estão instalados os projetos de assentamentos criados pelo Governo Federal.

### **3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária**

Considerando como prioridade assentar as famílias moradoras de acampamentos reivindicantes de reforma agrária, existem cadastradas no Estado de São Paulo 6.937 famílias, distribuídas por todas as regiões do Estado. Em algumas dessas regiões, como na região que denominamos eixo Anhanguera (Campinas, Limeira, Ribeirão Preto) a possibilidade de obtenção de terras é bastante restrita, visto a pujança econômica da região, que leva a intensa exploração de suas terras e ainda a elevado valor. Nessa região temos procurado, identificar as áreas remanescentes da Rede Ferroviária Federal, mesmo que de pequenas possibilidades de assentamento como forma de dar alguma satisfação as reivindicações.

Nas demais regiões do estado, o mecanismo da desapropriação para fins de Reforma Agrária por descumprimento da função social é o mecanismo preponderante. Este mecanismo está atualmente muito pressionado pelo limite do custo de assentamento por família, que se mantido no patamar atual em pouco tempo perderá totalmente sua efetividade. No Estado de São Paulo excetuada o assentamento em áreas públicas o custo de assentamento tem na expressiva maioria das situações resvalados ao teto permitido de R\$ 140.000,00 por família assentada. Exceptuou-se dessa proximidade ao custo máximo, área recentemente obtida nas cercanias da metrópole paulistana denominada Chácara Santo Ângelo, localizada em Mogi das Cruzes, na planície aluvional do alto rio Tietê onde em função de sua localização e mormente pela excepcional qualidade de seus solos para o cultivo de hortigranjeiros é possível a subsistência e o progresso econômico das famílias assentada em áreas de dimensão muito menor que aquelas destinadas nas regiões de agricultura familiar tradicional.

### **3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor**

O processo administrativo de obtenção de Terras, após instrução administrativa, técnica e jurídica, é submetido a auditoria pela Procuradoria Jurídica que elabora peça técnica denominada “ Parecer sobre a viabilidade expropriatória” que verifica se os condicionantes normativos e decorrentes da legislação aplicável a espécie foram corretamente seguidos.

Também na área técnica existe servidor de nível superior que verifica a conformidade legal do processo antes de seu encaminhamento ao INCRA/Sede. Estes dois procedimento tem sido suficiente para assegurar baixa retorno dos processos por falha na sua instrução assim como como para que estejam assegurada a correta instrução destes processos.

### 3.2.7 Indicadores

*Quadro 7 - Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos.*

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Reais/hectare	{ valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício <sup>[3]</sup> , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício }, no nível de agregação.	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – Pagamento de TDA.	<b>R\$ 17.995,18</b>
				Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Áreas com pagamento de TDA – Fonte DT -	
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	<b>61,54%</b>
				Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	<b>10,45%</b>

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento – SR(08)T

## Comentários aos resultados dos indicadores

### *Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos.*

#### a) Índice de Gastos com Obtenção de Terras

Liquidado	Realizado	Custo de Obtenção por ha
R\$	Hectare	R\$
<b>R\$ 5.352.337,75</b>	<b>3.482,17 ha</b>	<b>R\$ 17.995,18</b>

Por força de lei, é prerrogativa do INCRA a arrecadação de áreas para incorporação ao Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA. Esta arrecadação pode ser feita através da desapropriação-sanção ou por aquisição (compra e venda). Em ambos os casos se faz necessário a indenização do proprietário referente ao valor de mercado do imóvel, sendo as benfeitorias pagas em moeda corrente e a terra nua em Títulos da Dívida Agrária (TDA), conforme legislação correlata.

Em 2013 foram arrecadados 3.482,17 hectares (4 imóveis) a um custo total de R\$ 62.662.211,94 reais, uma média de R\$ 17.995,18 por hectare, que beneficiarão 484 famílias aproximadamente.

#### b) Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento

Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada	Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida	Percentual
		%
<b>8</b>	<b>13</b>	<b>61,54</b>

É importante esclarecer que houve também o Protocolo de licença ambiental prévia para 9 imóveis em processo de desapropriação, totalizando 17 protocolos de licença ambiental no ano de 2013.

**c) Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento**

<b>Projetos com Licença</b>	<b>Projetos da SR (08)</b>	<b>Percentual</b>
		%
<b>14</b>	<b>134</b>	<b>10,45</b>

É importante esclarecer que houve a emissão de 4 licenças para imóveis em processo de desapropriação, totalizando 17 licenças ambientais prévias emitidas. E ainda a solicitação de renovação de 1 licença ambiental prévia.

Houve um avanço na regularização dos assentamentos existentes e de imóveis em desapropriação que necessitam das licenças ambientais para a criação dos assentamentos junto a CESTEB.

### **3.2.8 Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal**

**Não se aplica no âmbito da UJ**

### 3.3Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

#### 3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 8 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	11.064	11.131	R\$ 12.732.811,47	R\$ 12.620.142,09	R\$ 10.318.935,63	R\$ 9.112.927,01	R\$ 2.301.206,46
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	0	0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	1.354	433	R\$ 14.524.307,46	R\$ 14.524.307,46	R\$ 1.969.263,74	R\$ 1.234.880,92	R\$ 12.555.043,72
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	2342	0	R\$ 2.898.439,73	R\$ 1.346.363,24	R\$ 29.620,00	R\$ 29.620,00	R\$ 1.316.743,24
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	0	268	R\$ 84.220,70	R\$ 84.046,29	R\$ 59.260,84	R\$ 46.148,26	R\$ 24.785,45
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	550	496	R\$ 36.200,00	R\$ 32.620,38	R\$ 31.780,38	R\$ 31.780,38	R\$ 840,00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	57	3.614	R\$ 20.332,50	R\$ 20.309,71	R\$ 20.309,71	R\$ 20.309,71	R\$ 0
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	712	864	R\$ 31.505,00	R\$ 31.357,85	R\$ 28.346,31	R\$ 26.346,31	R\$ 3.011,54
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	480	0	R\$ 298.996,30	R\$ 298.995,04	R\$ 22.238,24	R\$ 22.238,24	R\$ 276.756,80
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	105	111	R\$ 42.576,30	R\$ 42.375,52	R\$ 4.055,52	R\$ 4.055,52	R\$ 38.320,00
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	200	191	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0

Fonte: SIR Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIAFI

### **Ação 210S – PO Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária**

Em 2013, os 5 (cinco) contratos firmados através da Chamada Pública 01/2011 foram prorrogados até 2014. O número de famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária atendidas pelos contratos de ATER foi ampliado para 11.131 famílias, assentadas em 125 Projetos de Assentamentos, número também ampliado em relação aos anos anteriores.

<b>CONTRATOS ATER</b>				
<b>Lote</b>	<b>Nº de PAs</b>	<b>Nº de famílias</b>	<b>Nº de técnicos</b>	<b>Valor do Lote</b>
01 – Pontal do Paranapanema	17	1.449	17	R\$ 2.372.904,35
02 – Andradina	45	3.874	45	R\$ 5.659.414,46
03 – Promissão	21	1.780	21	R\$ 3.162.063,86
04 – Araraquara	22	2.735	31	R\$ 4.816.679,38
05 – Grande São Paulo	20	1.293	15	R\$ 2.055.988,01
<b>TOTAL</b>	<b>125</b>	<b>11.131</b>	<b>129</b>	<b>R\$ 18.067.050,06</b>

### **Ação 210S – PO Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural**

Inexistiu meta física a ser executada para o exercício.

### **Ação 0427 – PO Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas**

Inexistiu meta física a ser executada para o exercício. Em função da não descentralização de recursos financeiros, não houve ação desta natureza.

## **Ação 211A – PO Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento**

As obras de abastecimento de água executadas no ano de 2013 representam a continuidade do esforço da Superintendência em sanar o déficit de abastecimento de água de projetos de assentamento criados em outros anos, e que não contavam com a infra-estrutura adequada para tanto. Nesse sentido, a estratégia de ação se desdobrou em duas etapas: a primeira constitui-se da perfuração de poços, visando obter fontes de água potável; e a segunda será a construção de redes de distribuição, a partir dos poços implantados, para possibilitar o efetivo suprimento de água às famílias, nas suas habitações.

No ano de 2013, em continuidade ao ano anterior, houve o desenvolvimento da primeira etapa, com a implantação de 17 poços tubulares profundos em diversos projetos de assentamento. Todos os poços são dotados de componentes necessários à posterior instalação de rede de distribuição, constituídos pelo poço propriamente dito (perfuração), reservatório, equipamento de bombeamento e rede adutora, em estações protegidas por cerca de alambrado (isolamento sanitário). Possibilitarão o abastecimento de água potável às famílias assentadas, visando o uso doméstico, em volume estimado de 1,6 a 2,3 m<sup>3</sup> por família por dia.

Isso representou investimento de mais R\$ 2,6 milhões, correspondendo à média de aproximadamente R\$ 6.920,00 por família. Cada poço tendo capacidade para atender, em média, 22,5 famílias.

Em relação às obras de abastecimento de água, foram implantados poços tubulares profundos em diversos projetos de assentamento do Estado, no âmbito do Contrato CRT/SP Nº 000030/2010 – Primeiro e Segundo Termo Aditivo (Processos 54190.003594/2010-20 e 54190.001775/2011-01), através de perfuração, a partir de estudo geológico prévio, contemplando os seguintes serviços e materiais:

- Diâmetros de perfuração: solos argilosos / arenitos – 20”; arenitos / sedimentares – 12 ¼”;
- rocha sá / rocha cristalina – 6”;
- Tubos de revestimento, filtros e pré-filtro: revestimento com 16” em tubos de aço preto, revestimento com 6” em tubos e filtros geomecânicos e pré-filtro com seixos selecionados de origem fluvial;
- Cimentação do espaço anular;
- Construção de laje de proteção;
- Desinfecção do conjunto;
- Instalação de equipamento de bombeamento – moto bomba submersa, p/ vazão de 8,0 a 18,0 m<sup>3</sup>/h, com acionamento automático;
- Instalação de cavalete, contendo registro de gaveta, válvula de retenção e hidrômetro;
- Instalação de reservatório metálico, tubular, com 10.000 l de capacidade;
- Instalação de tubulação de recalque em PVC 60mm, aterrada;
- Instalação de quadro de comando, em mureta de alvenaria;
- Instalação de poste padrão para ligação à rede de energia elétrica;
- Instalação de cerca de alambrado ao redor do conjunto;
- Cobertura do espaço interno com lastro de pedra britada;
- Requerimentos para Outorga de Licença de Execução de Poço Tubular Profundo e Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, protocolados junto ao DAEE;
- Laudo técnico de teste de bombeamento;
- Laudo de análise físico-química e microbiológica da água;
- Foram os seguintes projetos de assentamento contemplados, com os respectivos quantitativos de unidades implantadas e de famílias atendidas.

**Metas do Exercício Para a Ação**

<b>PA</b>	<b>Município</b>	<b>Nº poços</b>	<b>Nº Famílias</b>
PDS Boa Esperança	João Ramalho	1	15
PDS Bom Jesus	Iepê	2	27
PA Dona Carmem	Mirante do Paranapanema	6	179
PA Brasília Paulista	Cabrália Paulista	3	54
PA Fortaleza	Bocaina	1	16
PDS Milton Santos	Americana	1	27
PDS Manoel Neto	Taubaté	1	19
PDS Olga Benário	Tremembé	2	45
	<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>382</b>

As obras de abertura e recuperação de estradas internas dos projetos de assentamento tem o objetivo de propiciar acesso físico conveniente aos mesmos, otimizar o aproveitamento da malha viária e minimizar a ocorrência de processos erosivos relacionados à conservação das estradas.

A perenização das condições adequadas de tráfego tem fundamental importância no acesso das comunidades a serviços sociais básicos, como saúde e educação, além de contribuir decisivamente para o desenvolvimento econômico dos assentamentos, vez que sua falta compromete o escoamento da produção agropecuária.

No exercício de 2013, através do PROCESSO/INCRA/Nº 54190.004537/2013-17, foram contratados serviços de execução de implantação e recuperação de infra estrutura básica em projetos de assentamento sob responsabilidade desta Superintendência Regional (abertura e recuperação de estradas), estimando-se o atendimento de 4.119 beneficiários.

## **Ação 211A – PO Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol**

As três emendas parlamentares destinaram-se a execução direta, onde foram realizados os pregões:

Nº DO PREGÃO	OBJETO	VALOR (R\$)	Nº FAMÍLIAS
			BENEFICIADAS
020	Aquisição de 10 (dez) tanques de expansão (refreadores) de leite com capacidade de armazenar 1.000 litros para assentamentos no município de Promissão/SP.	98.991,22	798
021	Aquisição de equipamentos agroindustrial para processamento e pré-processamento de hortifruti e de leite para produção de doces e polpa de frutas para assentamentos no município de Promissão/SP	53.680,00	609
028	Aquisição de equipamentos e utensílios para panificação multifuncional.	1.764,00	77 diretas 798 indiretas
029	Aquisição de 01 (um) caminhão com capacidade de transportar 4.000 kg, equipado com carroceria de madeira sobre gaiola e 08 (oito) micro tratores.	206.455,30	1.000
030	Contratação de empresa de engenharia com fornecimento de mão de obra e materiais para construção de unidade padrão de processamento de leite e derivados no assentamento 17 de abril.	220.996,00	159
031	Contratação de empresa de engenharia com fornecimento de mão de obra e materiais para construção de unidade padrão de processamento de alimentos no assentamento Carlos Lamarca.	363.228,00	275
032	Contratação de empresa de engenharia para fornecimento de mão de obra e materiais para construção de unidade padrão de processamento de alimentos do assentamento Luiz David de Macedo.	363.228,00	85

033	Contratação de empresa de engenharia para fornecimento de mão de obra e materiais para construção de unidade padrão de processamento de alimentos do assentamento Estrela da Ilha.	362.199,00	210
034	Contratação de empresa de engenharia para execução de obras de adequação sanitária e de comercialização – Unidade de Padronização e Classificação de Hortifrutigranjeiros e Base de Serviços.	270.000,00	1.672

Para os Recursos oriundos da Lei Orçamentária Anual – LOA (R\$ 2.906.903,92) também foram realizados pregões, sendo:

Nº DO PREGÃO	OBJETO	VALOR (R\$)	Nº FAMÍLIAS BENEFICIADAS
017	Implantação de agroindústria localizada na região do Pontal do Paranapanema.	830.000,00	328
035	Contratação de empresa de engenharia para fornecimento de mão de obra e materiais para construção de 02 (duas) Unidades Padrão de Processamento de Alimentos no assentamento Tremembé	724.000,00	88
036	Contratação de empresa de engenharia para fornecimento de mão de obra e materiais para construção de Unidade Padrão de Processamento de Alimentos no assentamento Sumaré I	330.999,00	65
037	Contratação de empresa de engenharia para fornecimento de mão de obra e materiais para construção de Unidade Padrão de Processamento de Alimentos no assentamento Bela Vista do Chibarro.	360.000,00	204

E ainda, a celebração de um convênio com a Prefeitura Municipal de Andradina/SP, no valor de R\$ 300.000,00 para construção de um Galpão em consonância com a ação “Terra Sol”.

## **Ação 211A – PO Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária**

No exercício foram executadas atividades de fiscalização da aplicação de créditos em 268 lotes, atendendo à solicitação dos órgãos de controle externo (CGU e Ministério Público Federal), os quais questionam sobre a adoção de providências da autarquia sobre a má verificação da aplicação dos créditos apontados pela equipe de fiscalização e averiguação de crédito instalação criadas na administração anterior para dar transparência na aplicação dos recursos concedidos pelo INCRA aos beneficiários do PNRA.

## **Ação 211A – PO Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento**

No exercício foram realizados levantamento in loco em lotes apontados com indícios de irregularidades, seja com beneficiários e/ou ocupantes irregulares, sendo que, foram vistoriados 496 lotes e, paralelamente, aplicadas notificações sobre as irregularidades cometidas em cumprimento ao estabelecido pela Instrução Normativa/nº 71/2012, no intuito de decisão ocupacional dos lotes constatados como suspeita de irregularidades. Em cumprimento a determinação do Ministério Público de Bauru, houve uma força tarefa no Horto Aimorés onde foram realizadas 203 notificações aos beneficiários que extraíram madeira sem anuência desta autarquia em seus lotes e também os que possuíam fornos de carvão onde faziam a queima dos resíduos florestais sem a devida autorização junto aos órgãos competentes.

## **Ação 211A – PO Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento**

No exercício de 2013, foi realizada a demarcação topográfica de 1957 parcelas de famílias assentadas nos Projetos de Assentamento:

Nº DO CONTRATO: 0000020000/2012 – PUBLICAÇÃO 14/11/2012 MODALIDADE PREGÃO

VIGÊNCIA: 05/11/2012 a 04/11/2013 VALOR: R\$ 705.000,00

TERMO ADITIVO: Nº 20001/2013 - PUBLICAÇÃO 25/06/2013 VALOR: R\$ 176.250,00

VIGÊNCIA: 27/05/2013 a 04/11/2013

Nº LOTES	ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	ORDEM DE SERVIÇO	PARCELAS DEMARCADAS
	PDS DA BARRA	RIB PRETO	1.548,4838	02/2013	517
416	PA VISTA GRANDE	MIRACATU	2.469,4000	03/2013	422
210	PA. FLORESTAN FERNANDES	MIRANDÓPOLIS	2.868,1571	24/2013	220
77	PA ORLANDO MOLINA	MURUTINGA DO SUL	1.528,5118	18/2013	85

14	PA ORLÂNDIA	ORLÂNDIA	53,0067	-	24
	A. JOSUÉ DE CASTRO	ANDRADINA	790,3402	12/2013	57
60	PA. HUGO SILVEIRA HERÉDIA	ARAÇATUBA	963,4175	14/2013	66
67	PA CHICO MENDES	ARAÇATUBA	4.512,7000	15/2013	293
82	PA. ARAÇÁ	ARAÇATUBA	1.386,7300	13/2013	95
43	PA. SITIO CASA GRANDE	BIRITIBA MIRIM	359,8453	20/2013	55
79	PA. PORTAL DO PARAISO	GÁLIA	868,2804	26/2013	90
28	PA FAZ PASTO DO PLANALTO	GUARANTÃ	679,6498	10/2013	33
1807				TOTAL	1957

**Ação 211A – PO Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento**

*No exercício foram emitidos 886 Contratos de Concessão de Uso – CCU:*

<b>SIPRA</b>	<b>PROJETO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>Nº CCU - EMITIDOS</b>
SP0156000	ANHUMAS	CASTILHO	52
SP0242000	DOIS IRMÃOS	MURUTINGA DO SUL	92
SP0199000	REGÊNCIA	PAULICÉIA	33
SP0230000	SANTA MARIA DA LAGOA	ILHA SOLTEIRA	39
SP0210000	SÃO JOAQUIM	CASTILHO	33
SP0215000	TERRA É VIDA	PEREIRA BARRETO	31
SP0296000	JOSUÉ DE CASTRO	CASTILHO	34
SP0299000	ESPERANÇA DE LUZ	CASTILHO	54
SP0082000	ANTONIO CONSELHEIRO	GUARANTÃ	115
SP0017000	CHICO CASTRO ALVES	MARTINÓPOLIS	67
SP0297000	DONA CARMEM	M. DO PARANAPANEMA	45
SP0340000	FREI PEDRO	PEREIRA BARRETO	55
SP0157000	PASTO DO PLANALTO	GUARANTÃ	24
SP0286000	SIMON BOLIVAR	GETULINA	37
SP0209000	TERRA LIVRE	CASTILHO	22
SP0298000	PENDENGO	CASTILHO	153
<b>16</b>			<b>886</b>

## **Ação 210T – PO Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)**

O PRONERA opera por meio de uma parceria do INCRA com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições públicas de ensino, entidades privadas sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais.

Na Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA), a SR(08)/SP tinha a meta de atender 480 educandos de diferentes projetos de assentamento e acampamentos no Estado de São Paulo. O projeto - Educação de Base para a Construção da Cidadania Plena e Participativa - São Paulo: “Territórios da Reforma Agrária Livres do Analfabetismo” foi selecionado por meio da Chamada Pública Edital PRONERA Nº 001/2012, conforme exigência da Portaria Interministerial nº 507/2011, e o resultado foi divulgado nas páginas virtuais do INCRA ([www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/educacao-no-campopronera](http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/educacao-no-campopronera)) e do SICONV. Terá o repasse total de R\$ 1.127.898,00 no projeto, a ser descentralizado em 3 parcelas e a contrapartida do MEB será de R\$ 24.000,00, oferecida em bens e serviços. O convênio SICONV nº 792263/2013, proposta nº 068109/2013 foi assinado no dia 31/12/2013, mas foi publicado no DOU nº 10, de 15/01/2014, com o Movimento de Educação de Base (MEB), no intuito de alfabetizar/escolarizar no nível fundamental (anos iniciais) 480 (quatro centos e oitenta) jovens, adultos e idosos, em 24 turmas no Estado de São Paulo, no prazo de 2 anos. Como o convênio foi assinado no final do exercício, o repasse de 2013 foi inscrito em restos a pagar, no valor de R\$ 276.756,80. As aulas começarão no primeiro semestre de 2014.

## **Ação 210T – PO Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária**

No caso da Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária, a meta inicial para 2013 eram 105 alunos, mas foi encerrado o período com a perspectiva de 110 alunos, sendo 51 estudantes, oriundos de Projetos de Assentamento, do curso de Agronomia e 60 do curso de Pedagogia, publicado no Diário Oficial da União nº 214, em 04/11/2013, para descentralização do crédito nº 5, de 24/10/2013. O curso de Bacharelado em Agronomia, convênio CRT/SP/84.000/2007, Processo: Nº 54.190.002784/2007-24, foi celebrado com a Universidade Federal de São Carlos, UFSCar e a Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, FAI. Teve início em outubro de 2007, com vigência até dezembro de 2015.

O curso de Licenciatura Plena em Pedagogia será oferecido para alunos oriundos de Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF), com duração de 04 anos. O Termo de Cooperação, Processo: Nº 54190.005416/2012-03, foi celebrado com a Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. Terá o repasse total de R\$1.320.000,00 a ser descentralizado em 4 parcelas. Em 2013 foi repassada a parcela no valor de R\$330.000,00. Em 2013 ocorreram atividades de organização para o processo seletivo dos estudantes e dos profissionais que atuarão no curso. A seleção e as aulas iniciarão no primeiro semestre de 2014. Como se trata de um Termo de Cooperação entre o INCRA e a UFSCar, a Superintendência Regional de São Paulo só acompanhará a execução física, pois os recursos são descentralizados diretamente pelo INCRA/Sede, em Brasília, para a outra entidade federal.

Todos os cursos tiveram as demandas das famílias beneficiárias da reforma agrária contempladas na construção do projeto pedagógico, sendo que os mesmos seguiram as diretrizes curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação e atenderam simultaneamente a legislação específica de cada universidade. Os cursos são desenvolvidos na modalidade de alternância, com os tempos distribuídos em Tempo Escola e etapas à distância, denominadas Tempo Comunidade, onde os educandos colocam em prática, os conteúdos adquiridos na escola e assim sucessivamente.

Em relação aos gastos, a maioria das despesas, concentra-se em: consumo (aquisição de material didático e pedagógico, material de expediente, combustível, manutenção de veículos); pagamento de pessoa jurídica (empresa que fará o processo seletivo, locação de espaço, hospedagem, alimentação, fotocópias e aquisição de livros); pagamento de diárias aos professores para acompanhamento do tempo comunidade; pagamento de serviço de terceiro pessoa física (monitores e serviço técnico de apoio); despesa de locomoção (aquisição de passagens aéreas e/ou terrestre e locação de veículos) e encargos sociais (monitores e serviço técnico de apoio).

No caso do curso de Agronomia, um dos problemas enfrentados foi o embate entre diferentes movimentos sociais e sindicais, representantes dos alunos que estudam no curso, o que tem causado um grande desgaste tanto da parte do INCRA quanto da Instituição de Ensino na gestão do projeto. Outro problema a ser enfrentado refere-se aos gastos totais do curso, que devido à demora no repasse dos recursos por parte do INCRA; à inflação do período de sua execução; ao embate interno entre os estudantes; à greve de professores das universidades; ao aumento da quantidade de disciplinas do curso, solicitado pelo MEC e pelo CREA, tendo como consequência a necessidade da majoração dos recursos para o seu término. Com isso, a universidade solicitou no final do exercício de 2013 a complementação de recursos, no valor de R\$ 234.080,00. Apesar de todas essas dificuldades, o curso de Bacharelado em Agronomia ainda apresenta uma média de desistência baixa em relação aos cursos regulares.

### **Ação 210T – PO Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social**

Em relação à Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social, foi realizado um Termo de Cooperação entre o INCRA/MDA/CNPq para realização da Chamada Pública CNPq/MDA-Incra nº26/2012, que resultou na contratação de 36 projetos de Residência Agrária, voltados à formação de 1,6 mil alunos, em 27 universidades distribuídas por todo o País. Cada projeto contará com R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) anuais para custeio de ações nos exercícios de 2013, 2014 e 2015. A chamada ainda prevê ainda o pagamento de até 58 bolsas mensais do CNPq por núcleo de residência agrária para o próximo triênio. Esses cursos objetivam atender ao público do Artigo 13º do Decreto nº 7.352/04/11/2010, bem como, técnicos que prestam assistência técnica a assentados da Reforma Agrária. Por tratar-se de um Termo de Cooperação entre o INCRA e o CNPq, a Superintendência Regional de São Paulo só acompanhará a execução física dos cursos, pois os recursos são descentralizados diretamente pelo INCRA/Sede, em Brasília, para a outra entidade federal.

Foram selecionados 4 projetos na jurisdição da SR(08)/SP, com 3 diferentes Instituições de Ensino: 1 mestrado Stricto Sensu e 3 especializações Lato Sensu. A meta inicial para 2013 eram 200 estudantes, mas estão frequentando os cursos 191 alunos, devido à evasão ocorrida no início.

O Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Educação do Campo em Territórios da Cidadania e Assentamentos de Reforma Agrária nas Cinco Macrorregiões, Processo 54190.001503/2013-64, é oferecido pela Cátedra da Unesco em Educação do Campo da Universidade Estadual Paulista, UNESP, para o atendimento de 39 estudantes, entre janeiro de 2013 a julho de 2015. O Processo Seletivo dos estudantes ocorreu entre 28/05 e 21/06/2013. O primeiro Tempo Universidade do curso de mestrado ocorreu entre 29/08/2013 e 29/09/2013, na Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema-SP. A próxima etapa ocorrerá entre os dias 10 e 31/03/2014, no mesmo local que ocorreu a etapa anterior.

O curso de Especialização Lato Sensu em Desenvolvimento Territorial, Trabalho, Educação do Campo e Saberes Agroecológicos, Processo 54190.001504/2013-17, é oferecido pela Faculdade

de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, UNESP, para o atendimento de 48 alunos, no período entre julho/2013 a janeiro/2015. O Processo Seletivo dos estudantes ocorreu nos meses de maio e junho de 2013. O primeiro Tempo Escola ocorreu entre 08 e 26/07/2013, na Casa da Cúria Diocesana, em Martinópolis (SP). Foram realizados dois seminários durante o Tempo Comunidade, nos dias 26 e 27/10/2013, na Escola de Agroecologia do Projeto de Assentamento da Área 5, da Fazenda Pirituba, em Itapeva, e o outro nos dias 09 e 10/11/2013, no Projeto de Assentamento Che Guevara, em Mirante do Paranapanema.

O curso de Especialização Lato Sensu Educação do Campo e Agroecologia: uma Proposta Metodológica para Assentamentos da Reforma Agrária, Processo 54190.001506/2013-06, é oferecido pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, USP, para o atendimento de 45 alunos, no período entre janeiro de 2013 a julho de 2015. A primeira etapa ocorreu entre os dias 09-15/08/2013 e a segunda etapa entre os dias 03 e 16/11/2013. Os módulos foram organizados da seguinte maneira: 1) os onze dias iniciais de cada um dos módulos, sempre acontecerá na Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema; 2) os 3 dias finais, as aulas e os seminários serão na Faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo, em São Paulo.

O curso de Especialização Lato Sensu Educação do Campo e Agroecologia para a Agricultura Familiar e Camponesa: Formação Extensionista para o Combate à Pobreza em Assentamentos da Reforma Agrária especialização em Educação do Campo e Agroecologia para a Agricultura Familiar e Camponesa: Formação Extensionista para o Combate à Pobreza em Assentamentos da Reforma Agrária, Processo 54190.001505/2013-53, é oferecido pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, para o atendimento de 59 alunos, entre janeiro de 2013 a julho de 2015. Entre os dias 05 e 06/11/2013 foram realizadas 06 bancas de seleção para a realização de entrevistas do curso de Residência Agrária da Unicamp, no total de 60 candidatos. No dia 05/11/2013 ocorreram 03 bancas na Feagri, em Campinas. No dia 06 ocorreram bancas em 04 lugares diferentes: em Campinas, na Feagri; em Jaboticabal; em Itapetininga e em Botucatu. O primeiro tempo escola ocorreu entre os dias 18 e 29/11/2013.

*Quadro 9 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar\*.*

<b>Ação</b>	<b>Plano Orçamentário</b>	<b>Meta Física (Produto/Unidade)</b>	<b>Execução física** (RAP)</b>	<b>RAP Inscritos</b>	<b>RAP Cancelados</b>	<b>Rap Pagos</b>	<b>Rap a Pagar</b>
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	10.387	R\$ 10.024.150,95	R\$ 492.037,05	R\$ 6.140.341,52	R\$ 3.391.772,38
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	0	R\$ 26.260.000,00	R\$ 2.938.400,00	R\$ 4.556.800,00	R\$ 18.764.800,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	373	R\$ 7.777.845,49	R\$ 0	R\$ 2.137.184,95	R\$ 5.640.660,54
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	0	R\$ 21.014,18	R\$ 0	R\$ 18.546,18	R\$ 2.468,00
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	416	R\$ 94.987,46	R\$ 0	R\$ 52.971,16	R\$ 42.016,30
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	0	R\$ 1.237,50	R\$ 1.237,50	R\$ 0	R\$ 0
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	0	R\$ 284.400,00	R\$ 7.200,00	R\$ 197.812,80	R\$ 79.387,20
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0

\*Incluem RAP processado e não-processado.

\*\*A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

**Ação 210S – PO Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária**

A vigência de todos os contratos estendeu-se até abril de 2013.

<b>CONTRATOS ATER</b>					
<b>Lote</b>	<b>Nº de PAs</b>	<b>Nº de famílias</b>	<b>Nº de técnicos</b>	<b>Valor do Lote</b>	<b>Vigência</b>
01 – Pontal do Paranapanema	17	1.449	17	R\$ 2.372.904,35	12/04/12 à 11/04/13
02 – Andradina	45	3.874	45	R\$ 5.659.414,46	29/03/12 à 28/03/13
03 – Promissão	21	1.780	21	R\$ 3.162.063,86	29/03/12 à 28/03/13
04 – Araraquara	22	2.735	31	R\$ 4.816.679,38	29/03/12 à 28/03/13
05 – Grande São Paulo	20	1.293	15	R\$ 2.055.988,01	29/03/12 à 28/03/13

**Ação 210S – PO Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural**

Inexistiu meta física a ser executada para o exercício.

**Ação 0427 – PO Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas**

No exercício foi descentralizado a importância de R\$ 4.556.800,00 que estava em processo de aplicação aos beneficiários quando ocorreu o estorno por força do artigo 2º da Portaria 352/2013, o qual determina o recolhimento dos recursos financeiros do crédito instalação depositados pela Autarquia nas contas bancárias abertas para esse fim para a UG 133087/DD/INCRA, que devido ao não enquadramento nos incisos do Art. 3º - Será admitido o restabelecimento das operações de crédito instalação, não foram restituídos a autarquia para a devida utilização.

**CRÉDITOS PAGOS E RECOLHIDOS NO EXERCÍCIO 2013**

SIPRA	PA / PDS / PE	Município	Fam.	VALOR MODALIDADE	TIPO DE MODALIDADE	VALOR DEPOSITADO
SP0019000	PA TIMBORÉ - GR LIBERDADE	ANDRADINA	114	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 342.000,00
SP0019000	PA TIMPORÉ-GRUPO CHICO MENDES	ANDRADINA	41	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 123.000,00
SP0210000	PA SÃO JOAQUIM	CASTILHO	42	R\$ 2.200,00	APOIO MULHER	R\$ 92.400,00
SP0228000	PA ESTRELA DA ILHA	ILHA SOLTEIRA	1	R\$ 3.200,00	FOMENTO	R\$ 3.200,00
SP0012000	PA SÃO JOSÉ	GUARAÇAI	33	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 99.000,00
SP0331000	PA ZUMBI DOS PALMARES- GRP MST	ITAPURA	53	R\$ 3.200,00	ADICIONAL DE FOMENTO	R\$ 169.600,00
SP0340000	PA FREI PEDRO	PEREIRA BARRETO	50	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 150.000,00
SP0299000	PA ESPERANÇA DE LUZ- GRUPO I	CASTILHO	44	R\$ 3.200,00	ADICIONAL DE FOMENTO	R\$ 140.800,00
SP0299000	PA ESPERANÇA DE LUZ- GRUPO II	CASTILHO	27	R\$ 3.200,00	ADICIONAL DE FOMENTO	R\$ 86.400,00
SP0005000	PA AROEIRA	GUARAÇAI	33	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 99.000,00
SP0339000	PA ELDORADO DOS CARAJAS	PEREIRA BARRETO	42	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 126.000,00
SP0011000	PA REUNIDAS- AGROVILA PENÁPOLIS- GRUPO HORTALIÇAS	PROMISSÃO	10	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 30.000,00
SP0011000	PA REUNIDAS- AGROVILA QUARENTA E QUATRO- GRUPO PSICULTURA	PROMISSÃO	10	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 30.000,00
SP0011000	PA REUNIDAS- AGROVILA JOSÉ BONIFÁCIO- GRUPO LEITE	PROMISSÃO	50	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 150.000,00

SP0011000	PA REUNIDAS- AGROVILA CAMPINAS-GRUPO LEITE	PROMISSÃO	50	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 150.000,00
SP0011000	PA REUNIDAS- AGROVILA QUARENTA E QUATRO- GRUPO GRANJAS	PROMISSÃO	15	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 45.000,00
SP0011000	PA REUNIDAS- AGROVILA QUARENTA E QUATRO- GRUPO LEITE	PROMISSÃO	45	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 135.000,00
SP0011000	PA REUNIDAS- AGROVILA JOSÉ BONIFÁCIO- GRUPO HORTALIÇAS	PROMISSÃO	20	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 60.000,00
SP0011000	PA REUNIDAS- AGROVILA CENTRAL-GRUPO LEITE	PROMISSÃO	65	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 195.000,00
SP0011000	PA REUNIDAS- AGROVILA BIRIGUI- GRUPO HORTALIÇAS	PROMISSÃO	40	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 120.000,00
SP0011000	PA REUNIDAS- AGROVILA CAMPINAS-GRUPO HORTALIÇAS	PROMISSÃO	40	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 120.000,00
SP0011000	PA REUNIDAS- AGROVILA BIRIGUI- GRUPO LEITE	PROMISSÃO	35	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 105.000,00
SP0011000	PA REUNIDAS- AGROVILA PENÁPOLIS-GRUPO LEITE	PROMISSÃO	45	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 135.000,00
SP0011000	PA REUNIDAS- AGROVILA CINTRA- GRUPO HORTALIÇAS	PROMISSÃO	30	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 90.000,00
SP0011000	PA REUNIDAS- AGROVILA QUARENTA E QUATRO- GRUPO HORTALIÇAS	PROMISSÃO	35	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 105.000,00
SP0011000	PA REUNIDAS- AGROVILA CINTRA- GRUPO LEITE	PROMISSÃO	40	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 120.000,00
SP0020000	PA IPANEMA- AREA II	IPERÓ	51	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 153.000,00
SP0020000	PA IPANEMA- AREA I	IPERÓ	66	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 198.000,00
SP0082000	PA ANTONIO CONSELHEIRO- GRUPO GRANJAS	GUARANTÃ	5	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 15.000,00

SP0082000	PA ANTONIO CONSELHEIRO- GRUPO HORTALIÇAS	GUARANTÃ	10	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 30.000,00
SP0082000	PA ANTONIO CONSELHEIRO- GRUPO LEITE	GUARANTÃ	90	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 270.000,00
SP0083000	PA PORTO VELHO	PRESIDENTE EPITÁCIO	72	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 216.000,00
SP0018000	PA TREMEMBÉ	TREMEMBÉ	77	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 231.000,00
SP0084000	PA ENGENHO- GRUPO HORTIFRUTIGRANJEIROS	CAIUÁ	7	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 21.000,00
SP0084000	PA ENGENHO- GRUPO PECUÁRIA LEITEIRA	CAIUÁ	18	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 54.000,00
SP0292000	PA CHICO MENDES- GRUPO 12	ARAÇATUBA	3	R\$ 3.200,00	FOMENTO	R\$ 9.600,00
SP0292000	PA CHICO MENDES- GRUPO 12	ARAÇATUBA	3	R\$ 3.200,00	APOIO INICIAL	R\$ 9.600,00
SP0149000	PA CORREGO RICO	JABOTICABAL	36	R\$ 2.200,00	APOIO MULHER	R\$ 79.200,00
SP0094000	PA NOVA ESPERANÇA	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	44	R\$ 3.000,00	APOIO MULHER	R\$ 132.000,00
<b>CRÉDITO PAGO EM 2013</b>						<b>R\$ 4.439.800,00</b>

## **Ação 211A – PO Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento**

As obras de abastecimento de água executadas no ano de 2013 representam a continuidade do esforço da Superintendência em sanar o déficit de abastecimento de água de projetos de assentamento criados em outros anos, e que não contavam com a infra-estrutura adequada para tanto.

Nesse sentido, a estratégia de ação se desdobrou em duas etapas: a primeira constitui-se da perfuração de poços, visando obter fontes de água potável; e a segunda será a construção de redes de distribuição, a partir dos poços implantados, para possibilitar o efetivo suprimento de água às famílias, nas suas habitações.

No ano de 2013, em continuidade ao ano anterior, houve o desenvolvimento da primeira etapa, com a implantação de 17 poços tubulares profundos em diversos projetos de assentamento. Todos os poços são dotados de componentes necessários à posterior instalação de rede de distribuição, constituídos pelo poço propriamente dito (perfuração), reservatório, equipamento de bombeamento e rede adutora, em estações protegidas por cerca de alambrado (isolamento sanitário). Possibilitarão o abastecimento de água potável às famílias assentadas, visando o uso doméstico, em volume estimado de 1,6 a 2,3 m<sup>3</sup> por família por dia.

Isso representou investimento de mais R\$ 2,6 milhões, correspondendo à média de aproximadamente R\$ 6.920,00 por família. Cada poço tendo capacidade para atender, em média, 22,5 famílias.

Em relação às obras de abastecimento de água, foram implantados poços tubulares profundos em diversos projetos de assentamento do Estado, no âmbito do Contrato CRT/SP Nº 000030/2010 – Primeiro e Segundo Termo Aditivo (Processos 54190.003594/2010-20 e 54190.001775/2011-01), através de perfuração, a partir de estudo geológico prévio, contemplando os seguintes serviços e materiais:

- Diâmetros de perfuração: solos argilosos / arenitos – 20”; arenitos / sedimentares – 12 ¼”; rocha sá / rocha cristalina – 6”;
- Tubos de revestimento, filtros e pré-filtro: revestimento com 16” em tubos de aço preto, revestimento com 6” em tubos e filtros geomecânicos e pré-filtro com seixos selecionados de origem fluvial;
- Cimentação do espaço anular;
- Construção de laje de proteção;
- Desinfecção do conjunto;
- Instalação de equipamento de bombeamento – moto bomba submersa, p/ vazão de 8,0 a 18,0 m<sup>3</sup>/h, com acionamento automático;
- Instalação de cavalete, contendo registro de gaveta, válvula de retenção e hidrômetro;
- Instalação de reservatório metálico, tubular, com 10.000 l de capacidade;
- Instalação de tubulação de recalque em PVC 60mm, aterrada;
- Instalação de quadro de comando, em mureta de alvenaria;

- Instalação de poste padrão para ligação à rede de energia elétrica;
- Instalação de cerca de alambrado ao redor do conjunto;
- Cobertura do espaço interno com lastro de pedra britada.
- Requerimentos para Outorga de Licença de Execução de Poço Tubular Profundo e Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, protocolados junto ao DAEE;
- Laudo técnico de teste de bombeamento;
- Laudo de análise físico-química e microbiológica da água.

Foram os seguintes projetos de assentamento contemplados, com os respectivos quantitativos de unidades implantadas e de famílias atendidas.

#### **Metas do Exercício Para a Ação**

<b>PA</b>	<b>Município</b>	<b>Nº poços</b>	<b>Nº Famílias</b>
PDS Boa Esperança	João Ramalho	1	15
PDS Bom Jesus	Iepê	2	27
PA Dona Carmem	Mirante do Paranapanema	6	179
PA Brasília Paulista	Cabrália Paulista	3	54
PA Fortaleza	Bocaina	1	16
PDS Milton Santos	Americana	1	27
PDS Manoel Neto	Taubaté	1	19
PDS Olga Benário	Tremembé	2	45
	<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>382</b>

No exercício de 2013, através do PROCESSO/INCRA/Nº 54190. 000001 /2010-73, foram realizadas obras de abertura e recuperação de estradas internas em projetos de assentamento sob responsabilidade desta SR, a saber:

<b>SIPRA</b>	<b>PROJETO</b>	<b>Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS</b>	<b>OBRAS</b>
SP0269000	HORTO AIMORÉS	373	ESTRADAS
SP0332000	LOIVA LOURDES	050	ESTRADAS
SP0264000	PROF LUIZ DAVID DE MACEDO	087	ESTRADAS
SP0292000	CHICO MENDES	267	ESTRADAS
SP0261000	HUGO SILVEIRA HERÉDIA	060	ESTRADAS
SP0294000	ARAÇA	080	ESTRADAS
<b>06</b>		<b>917</b>	

## **Ação 211A – PO Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol**

Inexistiu meta física a ser executada para o exercício.

## **Ação 211A – PO Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária**

Inexistiu meta física a ser executada para o exercício.

No exercício foram executadas atividade de fiscalização da aplicação de crédito em atendimento à solicitação aos órgãos de controle externo (CGU e Ministério Público Federal), os quais questionam sobre a adoção de providências da autarquia sobre a má versação da aplicação do crédito apontados pela equipe de fiscalização e averiguação de crédito instalação criadas na administração anterior para dar transparência na aplicação dos recurso concedidos pelo INCRA aos beneficiários do PNRA.

<b>AÇÃO 211A – PO SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO DO CRÉDITO INSTALAÇÃO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS DA REFORMA AGRÁRIA</b>							
<b>PROCESSO</b>	<b>SIPRA</b>	<b>PROJETO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>DATA/MÊS SUPERVISÃO</b>	<b>Nº TÉCNICOS</b>	<b>CRÉDITO</b>	<b>Nº DE FAMÍLIAS SUPERVISIONADAS</b>
54190.002373/2007-39	SP0141000	GUARANY	PRADÓPOLIS	03/13	02	AQUIS. MAT. DE CONSTRUÇÃO	170
54190.000927/2007-63	SP0149000	CÓRREGO RICO	JABOTICABAL	04/13	02	AQUIS. MAT. DE CONSTRUÇÃO	031
54190.000846/2008-44	SP0082000	ANTONIO CONSELHEIRO	GUARANTÃ	04/13	01	APOIO INICIAL	03
54190.000549/2008-88	SP0082000	ANTONIO CONSELHEIRO	GUARANTÃ	04/13	01	AQUIS. MAT. DE CONSTRUÇÃO	03
54190.002411/2007-53	SP0103000	REAGE BRASIL	BEBEDOURO	05/13	02	AQUIS. MAT. DE CONSTRUÇÃO	04
54190.002256/2013-13	SP0332000	LOIVA LOURDES	AGUDOS	05/13	02	AQUIS. MAT. DE CONSTRUÇÃO	44
54190.003586/2008-69	SP0108000	BELA VISTA	IPERÓ	08/13	01	AQUIS. MAT. DE CONSTRUÇÃO	07
54190.002411/2007-53	SP0103000	REAGE BRASIL	BEBEDOURO	09/13	01	AQUIS. MAT. DE CONSTRUÇÃO	04
54190.003586/2008-69	SP0108000	BELA VISTA	IPERÓ	12/13	01	AQUIS. MAT. DE CONSTRUÇÃO	02

### **Ação 211A – PO Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento**

Inexistiu meta física a ser executada para o exercício.

### **Ação 211A – PO Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento**

A vigência do contrato e do termo aditivo estendeu-se até novembro de 2013.

**AÇÃO 211A PO 09 – DEMARCAÇÃO TOPOGRÁFICA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTOS – DEMARCAÇÃO**

**Nº DO CONTRATO: 0000020000/2012 – PUBLICAÇÃO 14/11/2012 MODALIDADE PREGÃO**

**VIGÊNCIA: 05/11/2012 a 04/11/2013 VALOR: R\$ 705.000,00**

**TERMO ADITIVO: Nº 20001/2013 - PUBLICAÇÃO 25/06/2013 VALOR: R\$ 176.250,00**

**VIGÊNCIA: 27/05/2013 a 04/11/2013**

### **Ação 211A - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento**

Inexistiu meta física a ser executada para o exercício.

### **Ação 210T – PO Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)**

Inexistiu meta física a ser executada para o exercício.

### **Ação 210T – PO Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária**

Devido à complexidade do assunto; todas as atividades realizadas e caracterizadas como Restos a Pagar – RAP, neste item, são descritas acima, na **Ação 210T – PO Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária**.

## **Ação 210T - PO Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social**

Inexistiu meta física a ser executada para o exercício.

### **3.3.2 Diagnóstico, por microregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura**

A demanda referente ao déficit de infraestrutura nos projetos de assentamento sob responsabilidade da Superintendência Regional do INCRA no Estado de São Paulo- SR(08), foi levantada no primeiro semestre de 2013, pelas empresas contratadas para prestação de serviços de assistência técnica.

As ações foram focadas no atendimento prioritário aos projetos de assentamento inclusos no Programa Brasil Sem Miséria, projetos novos e em atendimento a demandas judiciais.

O objetivo das ações executadas foi o de proporcionar o acesso as infraestruturas básicas por parte das famílias recém-assentadas, bem como, propiciar condições para que o processo produtivo fosse iniciado e assim, facilitar a execução das demais políticas governamentais.

### **3.3.3 Demonstração dos resultados das ações**

No exercício de 2013 foram realizadas vistorias a fim de constatar a situação ocupacional em diversos projetos de assentamento no estado, sendo realizadas 496 vistoriais acompanhadas de notificações em consonância com a IN 71/2012. Destacando a operação realizada em Bauru, no projeto de assentamento Aimorés, composta por 3 equipes de servidores, cujo objetivo fora a notificação aos beneficiários que retiram a madeira em área superior ao autorizado pelo INCRA e também, beneficiários ocupantes de área de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente, e possuidores de fornos de carvão em seus referidos lotes. Sendo que a referida ação contou com o Apoio do Batalhão da Polícia Militar de Bauru. Tal atividade deu-se em cumprimento ao requerido pela Procuradoria da República de Bauru.

Com referência aos beneficiários notificados, a maioria apresentou defesa que após serem analisadas por equipe da Divisão de Desenvolvimento, foram indeferidas, não restando outra alternativa, a não ser, a adoção dos meios judiciais necessários a respeito das irregularidades constatadas e insanáveis, junto a Procuradoria Federal Especializada - PFE/INCRA/SP.

No tocante a ação, os demais processos que não correspondem a operação de Bauru, mediante análise processual, deparou dentre os processos analisados, teve o seguinte encaminhamento:

- a) Á Procuradoria Federal Especializada para impetração de reintegração de posse;
- b) Ao SIPRA para homologação dos candidatos em função do enquadramento nos princípios normativos vigentes;
- c) Devolução aos escritórios de assistência técnica para elaboração de relatório circunstanciado a respeito da exploração e constatação, a fim de confirmar a alegação das defesas apresentadas pelos beneficiários identificados como indícios de irregularidades nos referidos lotes;
- d) Parte destes está sob a análise dos servidores responsáveis pela supervisão da situação ocupacional nos projetos de assentamentos.

### **3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento**

Agregando-se ao fato de que todos os projetos de assentamento sob responsabilidade desta SR são providos de assistência técnica, a estratégia adotada inicialmente foi a de diagnosticar através de levantamento “in loco” o déficit de infraestrutura, realizar o georreferenciamento dos projetos, e ainda, focar ao máximo a inclusão/manutenção das famílias nas políticas governamentais (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social – PPAIS e os programas TERRA SOL e TERRA FORTE);

Uma das metas atribuídas as empresas contratadas para prestação de serviços de assistência técnica é a orientação e elaboração de projetos técnicos para acesso ao PRONAF em todas as linhas, com o objetivo de fortalecer as atividades produtivas e econômicas dos beneficiários, tanto individualmente como coletivamente;

A concessão/cobrança dos créditos de instalação estão no aguardo da regulamentação decorrente inicialmente do Mem. 07/P – Circular/2013 ( suspensão de pagamento aos fornecedores – Crédito Instalação), PORTARIA Nº 352 de 18/06/2013 e a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 636 de 26/12/2013;

O objetivo foi prejudicado devido ao contingenciamento dos recursos da autarquia no exercício, e ainda o reduzido número de servidores.

### **3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor**

O controle das ações se deu através do Sistema de Informações Rurais, reuniões periódicas com o corpo técnico da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e com a equipe técnica das empresas contratadas para prestação de assistência técnica. Salientamos que os asseguradores das ações utilizaram ferramentas disponibilizadas pelo sistema, bem como, conferências e revisões.

### 3.3.6 Indicadores

Quadro 10 - Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;.	<b>40,59 %*</b>
				Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra Rel. 229.	
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – Fonte Módulo de monitoramento.	<b>0%</b>
				Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra – relatório 227.	
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;	<b>4,25%</b>
				Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra <b>Rel. 233.</b>	
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	<b>2.250</b>

Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR;	<b>100%</b>
				Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra relatório 229 em 12.01.2013	
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	<b>4,45%</b>
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra Rel 229.	<b>0%</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento – SR(08)D

## Comentários aos resultados dos indicadores

### Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos.

#### a) Índice de acesso à água para consumo doméstico

Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico	Quantidade total de famílias assentadas	Porcentagem
		%
382	941	40,59

**OBSERVAÇÃO:** Quanto ao Índice de acesso à água para consumo doméstico, utilizamos o número de famílias assentadas em projetos de assentamento federais, portanto, desconsideramos as famílias assentadas em projetos de assentamento sob responsabilidade do ITESP.

#### b) Índice de provimento de PDA/PRA

Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA	Total PA(s)	Porcentagem
		%
0	125	0%

A superintendência Regional de São Paulo não firmou contratos exclusivos para elaboração de Planos de Desenvolvimento de Assentamento e de Planos de Recuperação de Assentamento. A elaboração de 19 desses Planos está prevista nos contratos firmados com as prestadoras de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, contratos cuja vigência foi prorrogada até abril de 2014.

A elaboração dos PDAs e PRAs está condicionada a autorização da chefia da Divisão de Desenvolvimento, que seleciona os Projetos de Assentamento a serem atendidos. Assim, em 2013 foram produzidos 2 Planos de Recuperação do Assentamento (PAs Margarida Alves e PA Dona Carmem) e 1 Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PA Florestan Fernandes), todos em análise. Estão em elaboração pelas prestadoras de ATER 2 PRAs (PA Bela Vista do Chibarro e PDS da Barra).

**c) Índice de acesso à moradia nos assentamentos**

Número de unidades habitacionais efetivamente construídas	Número de famílias assentadas	Porcentagem
		%
40	941	4,25

**d) Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção**

	Quantidade contratos firmados	
	unidade	
	2.250	

Durante o exercício de 2013, em todo o Estado de São Paulo foram emitidas 2.250 declarações de aptidão ao PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, (sendo deste total, 772 do grupo A, 1.154 do grupo A/C, 10 do grupo A - complementar, 09 do grupo Jovem, 02 do grupo Mulher e 303 DAP provisórias). O PRONAF destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio de financiamentos de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. Os créditos podem ser concedidos de forma individual, coletiva (quando formalizado com um grupo de produtores, para finalidades coletivas) ou grupal (quando formalizado com grupo de produtores, para finalidades individuais). A unidade neste indicador foi extraída do total de DAPs emitidas e enviadas para o banco para a possível contratação.

As dificuldades encontradas na operacionalização do Pronaf devem-se principalmente a falta de conhecimento do programa, cujo normativo é anualmente atualizado, e aspectos legais do mesmo por parte das agências locais do Banco do Brasil, que em alguns casos recusam-se a conceder o financiamento aos beneficiários devido ao desconhecimento das normas emitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário relacionadas às declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP). Há ainda o problema de não haver um responsável no Banco do Brasil no qual os técnicos da ATER ou do Incra possam consultar em caso de problemas ou dúvidas que possam surgir nas diversas agências do Estado.

Não há também o repasse de informações do Banco para o Incra quanto ao número de contratos firmados pelo Pronaf, dificultando o monitoramento desta ação.

<b>MODALIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
DAP A	772
DAP A- Complementar	10
DAP A/C	1.154
DAP Jovem	09
DAP Mulher	02
DAP Provisória	303
<b>TOTAL</b>	<b>2.250</b>

Tabela: Quantitativo de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), emitidas em 2013.

**e) Índice de provimento de Assistência Técnica**

<b>Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica</b>	<b>Número de famílias dos PA(s)</b>	<b>Porcentagem</b>
		%
<b>11131</b>	<b>11131</b>	<b>100</b>

**f) Índice de Parcelas Supervisionadas**

<b>Quantidade de parcelas fiscalizadas</b>	<b>Quantidade total de parcelas</b>	<b>Porcentagem</b>
		%
<b>496</b>	<b>11131</b>	<b>4,46</b>

**g) Índice de consolidação de assentamentos**

Número de famílias assentadas em PA(s)	Número total de famílias existentes nos PA(s)	Porcentagem
		%
0	0	0%

No exercício de 2013, não houve a consolidação de nenhum projeto de assentamento. A consolidação de um PA depende de inúmeros fatores como o pleno desenvolvimento do projeto e independência técnica e financeira dos beneficiários da reforma agrária. Além disso, há necessidade de corpo técnico especializado para realizar a fiscalização e dar encaminhamento ao processo, o que no INCRA ainda é insuficiente.

**3.3.7 Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste**

**Não se aplica no âmbito da UJ**

**3.3.8 Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul**

Em São Paulo, o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural, ATER atendeu, em 2013, 11.131 famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária. Essas famílias são oriundas de 125 Projetos de Assentamento Federais localizados no estado, organizados em 5 regiões, respeitadas as particularidades da produção agropastoril. A cada uma das regiões corresponde um contrato de Assistência Técnica. Todos os contratos foram firmados através de Chamada Pública realizada em 2011, renovados em 2012.

Foram contratados e executados os seguintes serviços de ATER: Oficina de Planejamento Inicial e Oficina de Avaliação Final nos Núcleos Operacionais (NO), Oficina de Planejamento Inicial e Oficina de Avaliação Final nos Projetos de Assentamento, Plano de Desenvolvimento do Assentamento e Plano de Recuperação do Assentamento, Visitas Técnicas (Visitas Técnicas Obrigatórias e Visitas Técnicas por Demanda), Cursos de Curta Duração (Sistemas Produtivos Sustentáveis, Meio Ambiente, Beneficiamento da Produção e Comercialização, Pluriatividade nos Assentamentos, Acesso às Políticas Públicas e Fortalecimento das Organizações), Dia de Campo, Reuniões (Reunião de Orientação para Crédito Instalação, Apoio Inicial, Habitação, Fomento, Complemento Habitação, Fomento Complementar, Recuperação, Apoio Mulher), Elaboração de Plano de Aplicação de Créditos Instalação (Apoio Inicial, Habitação, Fomento, Complemento Habitação, Fomento Complementar, Recuperação, Apoio Mulher), Visitas de Acompanhamento dos Créditos Instalação (Apoio Inicial, Habitação, Fomento, Complemento Habitação, Fomento

Complementar, Recuperação, Apoio Mulher), Elaboração de Projetos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), Fomento a Organizações (Visita Técnica a Grupos e Organizações para fomentar projetos de Comercialização, Visita Técnica a Grupos e Organizações para projetos de Infraestrutura Produtiva, Projetos PAA, Projetos PNAE, Projetos PPAIS, Visita de Acompanhamento a Grupos e Organizações para acompanhamento de Projetos de Comercialização), Elaboração do Pronaf (Visita Inicial para levantamento de Informações ao PRONAF, Elaboração de Projeto, Visita de Acompanhamento de Aplicação de Créditos do PRONAF), Memorial de Caracterização do Empreendimento (Relatório de Informações Complementares, Elaboração do MCE visando a obtenção da Licença Prévia, Elaboração do MCE visando a obtenção da Licença de Instalação, Elaboração do MCE visando a obtenção da Licença de Operação), Visita Técnica a Grupos e Organizações (Acompanhamento da Infraestrutura do Projeto de Assentamento), Atividade Complementar e Programa Brasil Sem Miséria (visitas técnicas e reuniões).

Embora haja uma variedade de serviços a serem executados pelas prestadoras contratadas, tais serviços visam, regra geral, promover a organização dos beneficiários do PNRA de forma a permitir sua inserção nos competitivos mercados de produtos agrícolas. Assim, considera-se satisfatório o desempenho da prestadora quando, decorrido um ano de execução do contrato, há um aumento na comercialização dos produtos agropecuários.

A maior dificuldade enfrentada pela Superintendência Regional é o reduzido número de servidores para acompanhar a execução dos serviços contratados, o que compromete a organização, o planejamento e a própria qualidade dos serviços prestados. Por essa mesma razão, ainda não dispomos de indicadores confiáveis que possam avaliar de forma objetiva o desempenho das prestadoras e, especialmente, a capacidade de comercialização das famílias beneficiárias.

A utilização do Siater trouxe avanços na forma de organizar e planejar a Assistência Técnica, além de permitir o monitoramento a distância. Não é suficiente, porém, para avaliar qualitativamente os serviços prestados, pois essa avaliação exige o acompanhamento in loco, por servidor competente designado. Considerando que apenas quatro servidores devem monitorar e fiscalizar os serviços prestados para 11.131 famílias, essa foi a maior dificuldade enfrentada em 2013.

Paralelamente há o CONTRATO CRT/SP/13001/2012 - Contratação de Serviços de Análise Técnica sobre a Implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural com vistas a assistir e subsidiar o Monitoramento dessas políticas sob a jurisdição da Superintendência Regional do INCRA no Estado de São Paulo - que desenvolve o monitoramento presencial, por meio de visitas e observações locais, onde monitores ou outros agentes realizam pesquisas rápidas e simplificadas, quantitativas ou qualitativas, por meio da qual os gestores da Superintendência Regional do INCRA no Estado de São Paulo, obtém dados, informações e subsídios, de forma ágil, durante a execução dos Serviços de ATER e úteis para verificar como a implementação da PNATER está sendo realizada, e se está atingindo seus objetivos e metas e para possibilitar tempestivamente eventuais correções ou melhorias, além de verificar que problemas estão interferindo nas ações, processos e consecução dos objetivos previstos.

São realizadas 40 entrevistas por N.O./ mês com 29 perguntas em 6 seções e 117 variáveis (dados dos entrevistados; execução dos serviços de ATER; perfil produtivo dos entrevistados; qualidade da infraestrutura básica do PA; visão do entrevistado sobre seu problema central e avaliação do entrevistado sobre a ATER). As informações e dados coletados permitem a comparação com outros dados/informações disponíveis na Autarquia.

Esse serviço de Monitoramento e Avaliação constitui atividade complementar e subsidiária, essencialmente de levantamento de dados e informações e não se confunde, seja com a atividade de Monitoramento “à distância”, seja com a atividade de Fiscalização, essas efetuadas exclusivamente pelos servidores responsáveis.

## **Principais Resultados**

O monitoramento “in loco” detecta níveis de satisfação com os serviços prestados diferenciados nos Núcleos Operacionais na diversas regiões do estado.

A avaliação identificou dois problemas centrais:

1. Falta de atendimento a direitos básicos de cidadania: renda básica, saúde, saneamento, transporte, educação, habitação, documentação, cultura, lazer;

2. Falta de inserção produtiva no mercado em condições que propiciem excedente econômico suficiente para que os assentados possam reinvestir no próprio desenvolvimento.

E definiu três grupos prioritários para ações de desenvolvimento da Ater no estado:

Grupo 1 - Prioritário nas ações voltadas para a promoção de direitos básicos de cidadania: famílias carentes, com alta vulnerabilidade social, dificuldade para produzir, comunidade de perfil urbano ou de assalariado rural e localizadas em assentamentos recentes (sem infraestrutura básica resolvida) e áreas menos férteis e mais sujeitas à degradação ambiental;

Grupo 2 - Prioritário nas ações voltadas para a promoção de direitos básicos de cidadania e para inserção produtiva: famílias com produção inicial de maior risco, participantes apenas do mercado institucional (só PAA – Programa de Aquisição de Alimentos), sem organização produtiva atuante, sem excedente acima do nível de subsistência, com comunidade de perfil variado, localizada tanto em assentamentos recentes como antigos, em situação variada de resolução da infraestrutura básica, risco de degradação ambiental;

Grupo 3 - Prioritário para a inserção produtiva sustentada no mercado: famílias com inserção produtiva sustentada no mercado (institucional em geral), com organização social e econômica integradas a cadeias e redes produtivas, com comunidade de perfil rural e localizadas em assentamentos antigos (com infraestrutura básica resolvida) e áreas mais férteis e menos sujeitas à degradação ambiental.

### **3.3.9 Para as Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal**

**Não se aplica no âmbito da UJ**

## **4. Prestação Direta de Serviços ao Público**

### **4.1 Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo**

## **4.2 Principais atividades de controle do Gestor**

## 5.Gestão de Pessoas

### 5.1Distribuição de servidores

MACROPROCESSOS	UNIDADE	DISTRIBUIÇÃO ATUAL															
		A(APOIO ADM)	A1(MOTORISTA)	B(NI – ADM)	C(NS – ADM)	D(CONTADOR)	E(JORNALISTA)	G(NI – TÉC)	H(NS – TÉC)	I(ANTROP)	J(AGRIMENSURA)	K(ENG. CIVIL)	L(ENG. FLOREST)	M(ENG. AGRON)	Y(DAS S/VINCULO)	Z(Terceirizados)	TOTAL
	08/SP	4	3	26	5	3	3	13	28	3	4		1	34	3		130
GABINETE																	
GABINETE				2					2						1		
SALA DA CIDADANIA									1						1		
PLANEJAMENTO/ TI																	
COMUNICAÇÃO SOCIAL							3										
OUVIDORIA AGRÁRIA				1													
ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA																	
CADASTRO				1	1			2	9								
CARTOGRAFIA								2	1		3			7			
REG. FUNDIÁRIA									1								
REG. TERRIT QUIL										3				2			
OBTENÇÃO DE TERRAS																	
OBTENÇÃO				1				1					1	14			

[illegible]

GESTÃO CONVÊNIOS		1		1		2											
------------------	--	---	--	---	--	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

**PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA**

ÓRGÃO CONSULTIVO								1							1		
------------------	--	--	--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--	---	--	--

Fonte: Divisão de Administração – Serviço de Recursos Humanos – SR(08)A

## 5.2Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR

Como estratégia de atuação a Sede do INCRA procura verificar em todas as UJ(s) demandas em comum formando turmas de acordo com a Região, capacitando os servidores de forma organizada com os temas propostos pelas SR(s). Porém não há interação direta das unidades Organizacionais, o que dificulta o ambiente de trabalho, inviabilizando o acompanhamento futuro dos resultados das ações de treinamento.

## 5.3Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

As ações de treinamento/capacitação dos servidores do INCRA/SP foram definidas através de demandas das Divisões, solicitação direta dos servidores de acordo com a programação da Sede.

Ressaltamos a dificuldade de acompanhar e registrar as ações de capacitação internas ou externas no decorrer do exercício, vez que as informações se apresentam cada vez mais dispersas, as informações não chegam a este serviço de Desenvolvimento Humano como deveria, tendo em vista ser competência deste setor efetuar levantamento das necessidades de treinamento, acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação, conforme consta do Regimento Interno do INCRA.

## 5.4Recursos humanos da unidade

### 5.4.1 Composição do quadro de servidores ativos

*Quadro 11: Composição do quadro de servidores ativos.*

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	0	125	1	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	2	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	0	2	0	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	0	129	1	0

Fonte: Divisão de Administração/Setor de Recursos Humanos – SR(08)SP

### 5.4.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Quadro 12: Composição do quadro de servidores inativos.

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	82	5
1.1 Voluntária	75	5
1.2 Compulsória	1	0
1.3 Invalidez Permanente	7	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	27	0
2.1 Voluntária	20	0
2.2 Compulsória	2	0
2.3 Invalidez Permanente	4	0
2.4 Outras	1	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	110	5

Fonte: Divisão de Administração/Setor de Recursos Humanos – SR(08)SP

Quadro 13: Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	40	12
1.1. Integral	39	1
1.2. Proporcional	8	0
<b>2. Em Atividade</b>	2	1
<b>3. Total (1+2)</b>	47	2

Fonte: Divisão de Administração/Setor de Recursos Humanos – SR(08)SP

### 5.4.3 Composição do quadro de estagiários e custos relacionados

Quadro 14: Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>9</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	
1.1 Área Fim	5	7	7	5	
1.2 Área Meio	4	4	5	4	
<b>2. Nível Médio</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	
2.1 Área Fim	1	1	2	5	
2.2 Área Meio	3	3	1	2	
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>14</b>	

Fonte: Divisão de Administração/Setor de Recursos Humanos – SR(08)SP

#### 5.4.4 Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa

Quadro 15: Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa.

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0		0		
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão	7.701.228,27	255.085,14	702.065,88	219.204,62	1.431.083,25	465.974,72	1.002,94	14.551,95		
Servidores com Contratos Temporários	0									
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença	0									
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza	0									
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior	132.089,50				23.989,63					
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas	10.279,44									

Fonte: Divisão de Administração/Serviço de Recursos Humanos – SR(8)SP

### 5.4.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Quadro 16: Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.

Unidade Contratante													
Nome: INCRA –INSTITUO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO DE REFORMA AGRARIA													
UG/Gestão:						CNPJ:00.375.972/0010-51							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	Outras	O	0006/2011	00028986014672	01.01.2014	01.01.2015							P
2010	Telecomunicações	O	000019/2010	02558157000162	07.01.2014	07.01.2015							P
2012	Outras	O	111000/2012	01551920000160	04.12.2013	04.12.2014							P
2014	Outras	O	006/2014	02328280000197	31.12.2013	31.12.2014							A
2011	Telecomunicações	O	20000/2011	02558157000162	19.09.2013	19.09.2014							P
2010	Transportes/Recepção	O	00020/2010	03022122000177	01.09.2013	01.09.2014			20	24			P
2012	Informática	O	00060/2012	05810631000190	30.10.2013	30.10.2014							A
2012	Outras	O	33000/2012	07671517000151	19.09.2013	19.09.2014							A
2014	Outras	O	25000/2014	08933526000136	29.01.2014	28.01.2015				2			P
2014	Outras	O	005/2014	33050196000188	30.12.2013	30.12.2014							A
2014	Outras	O	002/2014	43776517000180	08.02.2014	08.02.2015							A
2012	Outras	O	26000/2012	09274298000100	17.01.2014	17.01.2015				2			P
2012	Outras	O	60000/2012	61262382000116	01.08.2013	01.08.2014							P
2014	Outras	O	004/2014	61695227000193	07.07.2013	07.07.2014							A
2010	Segurança	O	80000/2010	67803726000133 -SÃO PAULO	31.08.2013	31.08.2014		5					P
2008	Segurança	O	11000/2008	67803726000133 - ANDRADINA	02.09.2013	02.09.2014		4					A
2014	Outras	O	0001/2014	09168704000142	01.10.2013	01.10.2014							A
2010	Informática	O	34000/2010	32185480000107	17.10.2013	17.10.2014			5	6	1	1	P

2014	Outras	O	010/2014	04196645000100	07.02.2014	07.02.2015							A
2011	Outras	O	0027/2011	08088541000125	16.01.2014	16.01.2015							P
2014	Outras	O	003/2014	48066047000184	31.12.2013	31.12.2014							A
2010	Transportes	O	000033/2010	00604122000197	31.01.2014	31.01.2015							P
2010	Transportes	O	000031/2010	00604122000197	17.01.2014	17.01.2015							P
2012	Transportes	O	11001/2012	11246575000105	21.12.2013	21.12.2014							P
2012	Outras	O	39000/2012	02402925000194	06.12.2013	06.12.2014							P
2012	Transportes	O	12001/2012	85490746000183	13.12.2013	13.12.2014							P
2012	Transportes	O	11002/2012	07459320000153	11.12.2013	10.12.2014							P
2011	Reprografia	O	0003/2011	00642799000110	01.08.2013	01.08.2014							P
2012	Outras	O	25000/2012	10297576000116	11.01.2014	11.01.2015				16			P

#### **LEGENDA**

##### **Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S)

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

#### 5.4.6 Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício

*Quadro 17: Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.*

Tipos de Atos	Número de eventos ocorridos no exercício
Admissão	1
Desligamento	1
Concessão de aposentadoria	6
Concessão de pensão	4
<b>Total</b>	<b>12</b>

Fonte: Divisão de Administração/Setor de Recursos Humanos – SR(08)SP

#### 5.4.7 Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal

O demonstrativo da prospecção de aposentadoria no INCRA indica que 1.305 servidores atingiram, no mínimo, em 31/12/13, a idade limite para aposentadoria (homem = 60 anos e mulher = 55 anos). Em decorrência, estima-se que aproximadamente, no período de 2014 a 2018, aproximadamente 300 servidores devem anualmente solicitar aposentadoria. Este quantitativo corresponde a aproximadamente a 5,5% da força de trabalho (ocupantes de cargos efetivos). O demonstrativo também indica que é mais preocupante a situação das seguintes unidades: SR-01/PA (UPAG 418), SR-02/CE (UPAG 442), SR-05/BA (UPAG 503), SR-12/MA (UPAG 650), SR-14/AC (UPAG 705), SR-15/AM (UPAG 735), SR-17/RO (UPAG 792), SR-18/PB (UPAG 925), SR-21/AP (UPAG 885), SR-26/TO (UPAG 989), SR-27/MBA (UPAG 1012), SR-28/DFE (UPAG 1037) e SR-30/STM (UPAG 1077). Nas unidades citadas o quantitativo de servidores que já completaram, no mínimo, a idade limite de aposentadoria é próximo de 30%. Como alternativa para a recomposição da força de trabalho, considerando que o último concurso público realizado pelo INCRA expirou em 30/12/13, no presente exercício será encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) solicitação de autorização para a realização de concurso público, com vistas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

UNIDADE	UPAG	2014		2015			2016			2017			2018			TOTAL (2014/2018)	% - TOTAL (2014/2018)	2019 EM DIANTE	TOTAL
		QTDE	25%	SALDO	QTDE	25%	SALDO	QTDE	25%	SALDO	QTDE	25%	SALDO	QTDE	25%				
SR-01/PA	000000418	86	22	65	13	19	58	10	17	51	8	15	44	14	15	87	36,7%	107	238
SR-02/CE	000000442	59	15	44	7	13	38	6	11	33	15	12	36	8	11	62	52,8%	85	180
SR-03/PE	000000462	51	13	38	12	13	38	5	11	32	5	9	28	7	9	54	37,0%	136	216
SR-04/GO	000000483	34	9	26	7	8	24	15	10	30	11	10	30	10	10	47	47,5%	85	162
SR-05/BA	000000503	47	12	35	5	10	30	9	10	29	6	9	27	5	8	48	37,9%	118	190
SR-06/MG	000000526	29	7	22	9	8	23	4	7	20	12	8	24	4	7	37	41,7%	81	139
SR-07/RJ	000000546	24	6	18	6	6	18	4	6	17	6	6	17	6	6	29	41,1%	66	112
<b>SR-08/SP</b>	<b>000000567</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>11</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>18</b>	<b>23,3%</b>	<b>99</b>	<b>129</b>
SR-09/PR	000000587	22	6	17	2	5	14	5	5	14	4	5	14	10	6	25	31,9%	92	135
SR-10/SC	000000609	11	3	8	2	3	8	7	4	11	6	4	13	3	4	17	33,0%	59	88
SR-11/RS	000000630	24	6	18	1	5	14	2	4	12	3	4	11	2	3	22	28,6%	80	112
SR-12/MA	000000650	90	23	68	9	19	57	24	20	61	15	19	57	14	18	99	55,9%	120	272
SR-13/MT	000000675	77	19	58	26	21	63	19	20	61	17	20	59	17	19	99	47,0%	176	332
SR-14/AC	000000705	64	16	48	12	15	45	17	16	47	16	16	47	18	16	78	51,2%	121	248
SR-15/AM	000000735	66	17	50	12	15	46	7	13	40	9	12	37	11	12	69	47,1%	118	223
SR-16/MS	000000766	34	9	26	8	8	25	17	11	32	6	9	28	11	10	47	38,4%	122	198
SR-17/RO	000000792	93	23	70	19	22	67	16	21	62	19	20	61	15	19	105	57,7%	119	281
SR-18/PB	000000825	40	10	30	5	9	26	3	7	22	3	6	19	8	7	39	51,8%	55	114
SR-19/RN	000000845	29	7	22	4	6	19	3	6	17	2	5	14	6	5	29	38,9%	69	113
SR-20/ES	000000865	6	2	5	5	2	7	2	2	7	2	2	7	1	2	10	20,3%	63	79
SR-21/AP	000000885	27	7	20	5	6	19	2	5	16	4	5	15	1	4	27	42,4%	53	92

[illegible]

#### 5.4.8 Indicadores Gerenciais sobre Pessoal

*Quadro 18: indicadores Gerenciais sobre Pessoal.*

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários (5.504) no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	38,80%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	14,46%

Fonte: Divisão de Administração/Setor de Recursos Humanos – SR(08)SP

No âmbito da Administração Pública Federal, as ações de capacitação seguem as diretrizes estabelecidas pelo Decreto 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, o qual instituiu as bases para o desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal e trouxe o modelo de Gestão por Competência, cuja metodologia é a capacitação orientada para o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando o alcance dos objetivos da instituição.

As ações de capacitação da Superintendência foram definidas através de levantamentos orientados pela Administração Central, bem como por demandas pontuais.

No exercício 2013 foram capacitados 46 servidores em cursos, oficinas e especialização, na modalidade presencial, representando 38,80% do número de servidores da Superintendência Regional, sendo que alguns servidores participaram de mais de um treinamento.

Capacitação de Servidores Públicos Federais do INCRA  
Superintendência Regional de São Paulo  
Exercício de 2013

<b>Curso</b>	<b>Participantes</b>	<b>Horas-Aula</b>
Ambientação dos Novos Servidores do INCRA e MDA 2013	8	28
Capacitação Novos Antropólogos dos Serviços Quilombolas	2	32
Capacitação Operacional em SICONV – Módulo de Prestação de Contas – Perfil no SICONV Financeiro da Concedente Legislação Tributária	3	40
Especialização Lato Sensu em Educação do Campo	1	270
Legislação/Normas e Procedimentos para Aquisição e Arrendamento de Imóvel Rural por Estrangeiros no Brasil e Fiscalização Cadastral	1	24
Módulo Cronograma Físico Financeiro SIASG/SICON	3	28
Oficina de Capacitação – Lei de Acesso à Informação	1	12
Processamento Digital de Imagens	2	40
Simpósio de Restauração Ecológica	4	40
Sistema Informatizado de ATER/SIATER	4	24
Treinamento em QUANTUM GIS – 2ª. Turma	1	12
Certificação de Imóveis Rurais, utilizando o Sistema de Gestão Fundiária (SIGEP)	1	40
Encontro Nacional de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e Gestão	2	32
Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira – Turma 1/2013	1	20
Workshop sobre a Previdência Complementar do Poder Executivo	1	12
SICAJ	1	20
Debate “A Questão Agrária no Brasil Hoje”	1	3
PAD – Formação para Membros de Comissões 2013	1	27
Oficina “Capacitação sobre Normas e Procedimentos previstos no Manual de Cadastro e Legislação Agrária pertinente ao Setor de Cadastro	6	72
Aposentadoria e Pensão	2	40
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>	<b>1.844</b>

Fonte: Divisão de Administração/Serviço de Recursos Humanos – SR(08)SP

## 5.5 Análise crítica sobre a distribuição de servidores

1 - A conveniência ausência de concursos por parte do INCRA reflete a falta de servidores, sendo adotada a alternativa da contratação de prestadoras de serviços visando atender os Projetos de Assentamentos.

2 – Em relação ao tema contingente, nesta não há critérios específicos na distribuição de servidores entre os Departamentos, conforme Regimento interno procura-se alocar os servidores de acordo com sua função aliado as atividades pelo qual foram aprovados. Infelizmente por problemas internos de relacionamento interpessoais, os servidores trocam de departamento de acordo com a conveniência.

3 – Encontra-se em andamento estudo da Sede, para diagnóstico da força de trabalho do INCRA, para corrigir distorções.

## 6. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil

### 6.1 Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres

Quadro 19: Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO INCRA EM SÃO PAULO – INCRA/SP									
CNPJ: 00.375.972/0010-51					UG/GESTÃO: 373066/37201				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	597248	66.991.647/0001-30	1.418.212,80	266.400,00	197.812,80	1.418.212,80	18.12.08	29.02.16	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				

4 - Termo de Compromisso

4 - Concluído

5 - Excluído

6 - Rescindido

7 - Arquivado

Fonte: Divisão de Administração/Setor de Contabilidade – SR(08)SP

*Quadro 20: Informações sobre transferências realizadas.*

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome:			
CNPJ:		UG/GESTÃO:	
Situação	Status	Quantidade	Valores Globais (R\$)
Instrumentos vigentes	A aprovar	0	0,00
	A comprovar	1	475.012,80
	<b>Total</b>	1	475.012,80
Instrumentos com prazo de vigência expirado (vencidos)	A aprovar	16	60.778.002,12
	A comprovar	0	0,00
	<b>Total</b>	16	60.778.002,12

Fonte: Divisão de Administração/Setor de Contabilidade – SR(08)SP

Em 31.12.2013 existiam no SIAFI 16 convênios, com vigência vencida, na situação de “a aprovar” os quais cabem algumas considerações conforme abaixo:

- O convênio, nº SIAFI 559176, teve um repasse de R\$ 28.000.000,00 (vinte oito milhões), sendo que este convênio foi formalizado pelo INCRA SEDE, constando nos autos que o mesmo deveria ser encaminhado ao INCRA SEDE para análise da prestação de contas, cabendo a Superintendência regional do INCRA São Paulo e emissão do Relatório Técnico final conclusivo, o qual já foi providenciado e o respectivo processo encaminhado ao INCRA SEDE;
- O convênio, nº SIAFI 523255, teve um valor total de R\$ 35.858.709,37 sendo que o INCRA/SP repassou R\$ 33.965.869,21, deste valor encontra-se aprovado o valor de R\$ 18.795.940,65 restando saldo na situação de “a aprovar” o valor de 15.169.928,56. O setor contábil efetuou a análise da prestação de contas e atualmente o processo encontra-se na Divisão de desenvolvimento desta Superintendência para emissão do relatório Técnico final conclusivo.
- Em 31.12.2013 existiam 16 (dezesesseis) convênios na situação de “a aprovar” no SIAFI todos pendentes de Relatório Técnico final conclusivo, sendo que destes 11 (onze) tem análise da prestação de contas pelo setor contábil.
- O acúmulo dos convênios na situação de “a aprovar” é fruto de vários repasses efetuados em exercícios anteriores sem que o INCRA/SP - órgão concedente – tivesse capacidade operacional de gerenciar tais convênios, em julho de 2010 existiam 93 convênios na situação de “a aprovar” número este que foi se reduzindo em função dos trabalhos desenvolvidos por esta Superintendência. Contudo a Superintendência Regional do Incra em São Paulo vem mantendo esforços com objetivo concluir tais convênios, trabalho este que vem sendo monitorado pelo INCRA SEDE juntamente com o TCU – Tribunal de Contas da União – os quais determinaram o mês de julho de 2014 como prazo para conclusão dos convênios.

## 6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR

Apenas o imóvel da sede desta UJ, INCRA/SP, encontra-se cadastrada na Secretaria do Patrimônio da Unia – SPU.

## 6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber

Por tratar-se de situações complementares, o assunto abordado neste item foi melhor detalhado no item 7.4 Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos. Assim, optamos por considerar o texto explicativo válido para os dois itens em comento.

## 6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR

Como fluxo de controle, todos os processos que tramitam pelo setorial orçamentário e financeiro, são analisados pelo setorial que analisa a classificação contábil, documentação fiscal e regularidade do fornecedor.

## 7. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

### 7.1 Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência

Quadro 21: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL.

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<b>Análise Crítica:</b>					

## **7.2 Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos**

Esta UJ por meio SIR, utiliza-se do módulo de Monitoramento e Avaliação, cujo objetivo é registrar e avaliar as informações relativas à execução física e financeira dos principais Programas e Ações estabelecidos no Plano Plurianual (PPA), definidos pela Agenda de Gestão. O módulo de Monitoramento e Avaliação possibilita também a geração de relatórios gerenciais referentes à movimentação orçamentária e financeira, bem como da execução das metas físicas propostas, tendo por base os dados disponibilizados pelo SIAFI, bem como aqueles registrados neste Módulo. As informações inseridas no módulo de Monitoramento e Avaliação de forma geral são as mesmas que constam do SIGPLAN, pois cada ação possui um assegurador nacional, responsável por seu acompanhamento e atualização no SIGPLAN.

## **7.3 Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações**

Cada macroprocesso desta UJ é responsável pelo acompanhamento da execução das ações quanto suas metas físicas e financeiras e dentro dos prazos estabelecidos. Conforme descrito no item anterior, toda a aferição de metas físicas e financeiras é realizada e atualizada mensalmente pelo módulo de Monitoramento e Avaliação. Todavia, por necessidade, esta UJ também acompanha através de Relatório Geral de Acompanhamento de Descentralização de Recursos Orçamentários, toda movimentação financeira diária, tendo por base os dados disponibilizados pelo SIAFI.

As atividades de controle são acompanhadas pelos macroprocessos desta UJ, que alimentam mensalmente o Módulo de Monitoramento e Avaliação e dele fazem uso para extrair relatórios de monitoramento disponibilizados na rede interna do Órgão - INTRANET, pois refletem os dados fornecidos pelas próprias divisões - portanto sólidos - de acompanhamento de programas e ações afetos a cada divisão. Todavia, as atividades de controle ficam prejudicadas quando ocorrem inconsistências na descentralização dos recursos financeiros.

## **7.4 Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos**

### **Demonstração de gestão de créditos a receber**

**Demonstração dos créditos a receber registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceiros e 1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos, contemplando no mínimo as seguintes informações:**

1) A conta e 1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos, registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Preocupado com a arrecadação dos valores repassados aos assentados, bem como no atendimento às recomendações dos Órgãos de Controle, a Presidente da Autarquia, determinou o desenvolvimento do SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação.

Em agosto do 2013, foi concluso o **Módulo Cadastro do SNCCI**, permitindo às Superintendências Regionais iniciar o processo de alimentação dos créditos aplicados, após o

saneamento processual em curso e recebimento do treinamento devidos e senhas de acesso. Etapa necessária para podermos iniciar a devida cobrança de forma sistematizada e sua conseqüente baixa contábil no Siafi.

Dando continuidade ao SNCCI e logo após a conclusão do Módulo Cadastro, foi dado prosseguimento ao Módulo Cobrança, o qual será o responsável por emitir todas as guias de recolhimentos, além de evidenciar a situação financeira individual dos assentados.

Para dar início ao desenvolvimento do Módulo Cobrança, foram realizadas inúmeras reuniões com o Banco do Brasil e com a Secretaria do Tesouro Nacional, visando dirimir questões quanto aos valores mínimos por GRU emitida, recebimento do arquivo retorno dos pagamentos efetuados pelos assentados, dentre outros assuntos inerentes à cobrança.

Superadas todas as dificuldades o Módulo Cobrança, os trabalhos foram divididos em 3 partes (iterações 1, 2 e 3), visando facilitar o desenvolvimento do aplicativo. As Iterações 1 e 2 dizem respeito à geração da GRU e do processo de cobrança em si. A Iteração 3, focou os relatórios gerenciais, **bem como o cálculo da provisão para devedores duvidosos.**

**A previsão inicial para conclusão de todas as iterações (1, 2 e 3) era de 31 de março de 2014. Contudo, em 26 de dezembro de 2013, foi editada a Medida Provisória 636, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências; trazendo mudanças significativas ao desenvolvimento do Módulo Cobrança que estava em fase final de conclusão.**

Segundo os artigos 1º a 6º da referida MP fica estabelecido critérios e condições para remissões, liquidações e renegociações dos créditos, nas mais diversas modalidades, concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013.

Diante deste fato, faz-se necessário uma readaptação de todos os procedimentos, tendo em vista que dos valores inscritos no SIAFI "inversão financeira" com valor aproximado de R\$ 7,2 bilhões. Em estudos já realizados pela Diretoria de Desenvolvimento e, diante das regras definidas no marco regulatório, estima-se que cerca de 30% serão remitidos, por estarem incluídos na previsão do Art. 3º, ou seja, valores originalmente concedidos, em uma ou mais operações, somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por beneficiário.

Ressalte-se, inclusive, que desde o momento em que começou a ser desenvolvido o SNCCI, esta Autarquia noticiou à Controladoria-Geral da União – CGU e ao Tribunal de Contas da União – TCU, tendo sido realizadas desde 2011 inúmeras reuniões, onde foram apresentados os avanços, dirimidas dúvidas, de modo que todo o processo de construção do sistema, por mais complexo que se apresentasse, fosse de amplo conhecimento de todas as partes em tela citadas.

Após o estudo acurado da Medida Provisória, novo cronograma de conclusão do Módulo Cobrança foi realizado, bem como foi apresentado ao TCU um plano de ação, considerando as necessidades de ajustes a serem realizados, conforme segue:

<b>Ação a ser implementada</b>	<b>Prazo para implementação</b>	<b>Responsável pela implementação</b>
Realização de Projeto-Piloto (SR-18/PB) para elaboração de metodologia de remissão e renegociação dos créditos em atendimento à Medida Provisória, bem como a elaboração de Roteiro Contábil a ser replicado nacionalmente.	31/mar/2014	DA/DD

Publicação de listagem de Famílias Assentadas do Programa Nacional de Reforma Agrária que não receberam créditos.  Público Estimado: 23.000 famílias	20/abr/2014	DD
Liquidação de Dívidas de Assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária acima de R\$ 10.000,00.  Público Estimado: 9.888 famílias	31/mar/2016	DD
Renegociação de Dívidas decorrentes do Crédito Instalação – Habitação. Rebate de 96% e renegociação.  Público Estimado: 60% das famílias	31/dez/2017	DD
Remissão de Famílias que receberam Crédito Instalação (estornados os Créditos Habitação) abaixo de R\$ 10.000,00.  Público Estimado: 99% das famílias	31/mar/2016	DD
Revisão e finalização das regras de negócio das Iterações 01 (cadastro de modalidades e operações) e 02 (emissão de GRU) em virtude da edição da MP 636/2013.	30/jun/2014	DA
Revisão e finalização das regras de negócio da Iteração 03 (relatórios gerenciais, remissão ou renegociação de dívidas e provisão para devedores duvidosos)	31/dez/2014	DA/DD

Por fim é importante frisar que após a realização do projeto piloto na SR-18 (Paraíba), serão realizadas atividades em mais 12 polos no Brasil, com a participação dos técnicos das SR que não serão visitadas para aprenderem na prática os procedimentos para as remissões, baixas contábeis na conta **1.2.2.4.9.10.00**, manuseio do Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI e demais procedimentos. A intenção destes polos é dar a iniciativa dos trabalhos com a metodologia: "aprenda a fazer fazendo".

2) A **conta 1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceiros**, registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Atualmente o processo de arrecadação de tais créditos é feito em cada Superintendência Regional, a qual após realizar o cálculo do valor devido, emite GRU – Guia de Recolhimento da União e repassa ao assentado para pagamento.

Os montantes arrecadados diretamente em 2013 foram os seguintes:

**Receitas Diretamente Arrecadadas**

Fonte	Natureza	Descrição da Natureza	Código GRU	Previsto	Arrecadado
250	13153000	Taxa de ocupação	28804-7	88.758	66.438
250	16001300	Serviços administrativos	28830-6	50.852	206.429
250	19192700	Multas previstas em contratos	28867-5	-	25.113
250	19199900	Outras multas	28848-9	234.506	439.611
250	19189900	Multas e juros de mora de outras receitas	28891-8	-	
250	19229900	Outras restituições	28852-7	3.982.024	5.319.221
250	22190000	Alienação de outros bens móveis	28868-3	332.520	-
250	22210000	Alienação de imóveis rurais p/col. ref. agrária	28874-8	25.967.835	33.058.348
280	23009900	Amortização de Empréstimos Diversos	48807-0	347.979	589.355
<b>TOTAL</b>				<b>31.004.474</b>	<b>39.704.515</b>

Inobstante à arrecadação superavitária e como forma de alavancar ainda mais a arrecadação própria, bem assim melhorar o atendimento aos assentados, a **Presidência desta Autarquia determinou a criação de um aplicativo denominado – Módulo Cobrança do Título – integrado ao Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI**, cujo cronograma desenvolvimento é o seguinte:

Ação a ser implementada	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Estudo, compilação e atualização das normas atinentes ao à cobrança do título	31/12/2014	DA/PFE/PRESID
Elaboração de requisitos para construção do Módulo Cobrança do Título	30/06/2015	DA/PRESI
Confecção do Módulo Cobrança do Título	31/12/2015	DA/DE/PRESI

Ressalte-se que este aplicativo permitirá um maior controle e agilidade na emissão da GRU, contribuindo sobremaneira para o aumento da arrecadação, além de facilitar o acesso pelo assentado das guias para pagamento e declaração de quitação de débitos.

## 7.5 Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais

### TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - INCRA – Superintendência Regional de São Paulo SR(08) - posição em dez/2013

Nº PROC. TCE	Nº PROC. CONV.	AGENTE RESP.	ENTIDADE	MOTIVO TCE	(R\$) Inic./Atual.	RESUMO DO OBJETO CONVÊNIO	CRT/SP	Nº SIAFI	Instauração	SITUAÇÃO
54190.002684/09-60	54190.004286/07-16	Vagmar Nunes da Silva	A.P. Assaré	PC não aprovada	2500.000,00 / 427.597,50	Formação téc.agric.no P. do Paranap.	92.000/07	602900	Concluída	Concluída Out/11
54190.002730/10-64	54190.001182/07-50	José Eduardo G.Moraes	AATS	PC não aprovada	181.566,93 / 356.189,99	Construção/reforma e ampliação hab.	1.000/07	590962	Concluída	Concluída Nov/11
54190.002746/10-77	54190.003457/07-90	José Eduardo G.Moraes	AATS	PC não aprovada	2.300.995,00 / 4.120.460,08	Produção de biodiesel nos PA`s	22.000/07	594391	Concluída	Concluída Mai/12
54190.003267/10-78	54190.003869/07-20	Miguel da Luz Serpa	COCAFI	PC não aprovada	2.165.541,20 / 3.499.943,68	Extração e comerc. de madeira	48.000/07	NIHIL	Concluída	Concluída Out/12
54190.004445/10-88	54190.003153/07-22	Adenilson Pan D Almeida	ARCAR	Cumprimento parcial objeto	67.197,44 / 123.897,57	Erradic.cana-de-açúcar PA Z.Palmares	17.000/07	593775	Concluída	Concluída Jul/11
54190.005635/10-12	54190.004096/07-07	Miguel da Luz Serpa	COCAFI	PC não aprovada	4.823.114,88 / 7.643.971,85	Extração e comerc. de madeira	64.000/07	NIHIL	Concluída	Concluída Abr/13
54190.002619/11-59	54190.003441/07-87	José Eduardo G.Moraes	FAAFOP	PC não aprovada	1.058.575,61 / 2.031.587,18	Produção de biodiesel nos PA`s	19.000/07	594389	Concluída	Concluída Set/12
54190.004300/11-68	54190.003982/06-24	Sebastião B.de Carvalho	INOCAR	Cumprimento parcial objeto	1.396.390,64 / 2.649.217,34	Georreferenciamento imóveis até 4 MF	28.500/06	565540	Concluída	Concluída Abr/12
54190.004866/11-90	54190.001966/04-35	Rosely Maria Paini	CCA	PC não aprovada	1667262,94 / 2.743.760,62	ATES nos PA`s	90.000/04	510196	12/9/2011	Sobrestado p/ sindicância
54190.004867/11-34	54190.004479/05-13	Hélio Neves	UNICAMP O	PC não aprovada	361267,53 / NIHIL	Implant. de Agroindústria	54.000/05	535604	12/9/2011	Análise SR(08)A
54190.005967/12-69	54190.001504/03-37	Neusa P. B. Lima	CCA	impug. par. desp.	281.608,27 / 925.170,25	Assistência Técnica	30.000/03	480641	Concluída	Concluída Jun/13
54190.005754/12-37	54190.001749/08-79	Edivaldo D. Velini	FEPAPF	Irreg. Contrato	1.071.628,75 / 1.159.245,40	Serviços de ATES	0006/08(*)	NIHIL	13/12/2012	Sobrestado p/ sindicância

(\*) Não é Convênio - Objeto Referente à Licitação/Pregão/Contratos

## 8.Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas

### 8.1Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício

#### Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA / Superintendência Regional de São Paulo					4033
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA em São Paulo					4033
Descrição da Deliberação					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA em São Paulo					4033
Síntese da Providência Adotada					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

## 8.2 Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior

### Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA em São Paulo					4033
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	034.631/2011-9	369/2012 - 2ª Câmara	1.6.1, 1.6.2, 1.6.2.1 e 1.6.2.2	Representação	
02	002.594/2012-9	1565/2012 - Plenário	9.1, 9.2 e 9.3	Monitoramento	Ofício 1248/2012-TCU/SECEX-SP
03	027.213/2012-9	1790/2013 – 2ª Câmara	1.7.1	Monitoramento	Ofício 0723/2013-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA em São Paulo					4033
Descrição da Deliberação					
<p>01 – Item 1 – Processo TC-034.631/2011-9 (REPRESENTAÇÃO)</p> <p>subitem 1.6.1 à Superintendência Regional de São Paulo do INCRA – SR(08) que informe este Tribunal, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, quais as medidas adotadas com relação ao ressarcimento ao erário;</p> <p>subitem 1.6.2.1 encaminhe cópia desta deliberação ao representante, Departamento de Polícia Federal, na pessoa do Delegado de Polícia Federal em Bauru/SP, Dr. Gustavo Pachioni Martins;</p> <p>subitem 1.6.2.2. archive os presentes autos após constatado o cumprimento da determinação contida no subitem 1.6.1.</p>					
<p>02 – Vistos, relatados e discutidos estes autos de monitoramento realizado pela Secex-SP com o objetivo de verificar o cumprimento do Acórdão 3021/2011-TCU-Plenário.</p> <p>Subitem 9.1 determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que, no prazo de 90 (noventa) dias, adote as medidas necessárias para promover a cobrança administrativa ou instaure a devida tomada de contas especial, nos termos dos subitens 9.1 e 9.2 do Acórdão 3021/2011-TCU-Plenário;</p> <p>9.2 determinar à Secex-SP que efetue o monitoramento da determinação constante do subitem 9.1 supra;</p> <p>9.3 encerrar o processo e arquivar os autos.</p>					
<p>03 – 1.7 Determinações:</p> <p>1.7.1 à Superintendência Regional do INCRA/SP para que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, adote as medidas necessárias com a finalidade de terminar a análise dos processos e documentos, bem como a elaboração dos pareceres conclusivos relativos</p>					

aos 15 (quinze) convênios vencidos que atualmente apresentam o status de “a aprovar”.

1.7.2 à Secex/SP que monitore o cumprimento da determinação constante do subitem acima.

**Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento**

**Setor Responsável pela Implementação**

**Código SIORG**

Superintendência Regional do INCRA em São Paulo

4033

**Justificativa para o seu não Cumprimento:**

Em implementação das recomendações constantes nos Acórdãos do TCU.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

## **9.Ouvidoria**

### **9.1Demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria no âmbito de atuação da Superintendência, contemplando a quantidade de cada tipo de registro (denúncia, pedido de informações, etc.), prazos de atendimentos, proporção de registros não atendidos.**

No ano de 2013 a OAR-SP era formada por quatro servidores sendo:

Um ouvidor agrário regional – nomeado via DAS.

03 servidoras de nível médio.

Não há nesta OAR-SP registros tabulados das ações realizadas no ano de 2013.Há porém informações pontuais que tentaremos sintetizar:

Foram realizadas diversas ações de acompanhamento de famílias acampadas através de intervenções pontuais na tentativa de evitar o despejo forçados destas famílias quando objeto de ações de reintegração de posse, como exemplo temos: a intervenção em Piracicaba, acampamento Nelson Mandela. Ação ainda na cidade de Brejo Alegre e Ribeirão Preto.

A OAR-SP desenvolveu ainda a gestão da entrega das cestas de alimentos às famílias acampadas através do trabalho da assistente Zulema Santos.Tendo a mesma ainda coordenado os trabalhos de cadastro dos famílias acampadas. Ações que no início desse ano foram transferidas à Divisão de Obtenção.

Como ações realizadas temos ainda o recebimento de reclamações dos usuários da autarquia, em especial referentes ao atendimento prestado pela Sala da Cidadania e a demora na emissão do CCIR.Segundo relato oral das servidoras que compõem a OAR-SP eram recebidas no ano de 2013 uma média de 03 reclamações semanais referentes a estas questões, que foram encaminhadas ao chefe de divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária. Ainda como ação realizada pela OAR-SP tivemos a distribuição de 115 bobinas de lonas para a reforma de barracos de famílias acampadas.

### **9.2Principais resultados no tratamento de registros feitos pela Ouvidoria relacionados a invasões de terras e conflitos no campo**

Sobre o tema em questão, todas as situações caracterizadas como conflitos no campo, foram gerenciadas pelo Gabinete da UJ, assessorado pelos macroprocessos de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento e Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

## **10.Correição**

### **10.1Consolidação das informações sobre os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados no âmbito da Superintendência, incluindo informações sobre a obrigação da Superintendência de registro de tais Processos no Sistema CGU-PAD.**

No exercício de 2013, não houve registro de processos administrativos disciplinares (PAD) no âmbito desta UJ.